



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
PROGRAMA DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

SEVERINO ARRUDA DA SILVA

**ECOLOGIA, RELIGIÃO E ENSINO ECOLÓGICO DO MAGISTÉRIO  
DA IGREJA CATÓLICA E DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA  
DE DEUS NO BRASIL (DE 1990 A 2015)**

RECIFE/2018

SEVERINO ARRUDA DA SILVA

**ECOLOGIA, RELIGIÃO E ENSINO ECOLÓGICO DO MAGISTÉRIO  
DA IGREJA CATÓLICA E DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA  
DE DEUS NO BRASIL (DE 1990 A 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Linha de Pesquisa: Tradições e Experiências Religiosas, Cultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Correia Júnior

RECIFE/ 2018

S586e

Silva, Severino Arruda da

Ecologia, religião e ensino ecológico do magistério da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil (de 1990 a 2015) / Severino Arruda da Silva, 2018.  
122 f.

Orientador: João Luiz Correia Júnior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2018.

1. Ecologia - Aspectos religiosos. 2. Educação ambiental.  
3. Igrejas. 4. Criação. I. Título.


CDU 2:577.4

Ficha catalográfica elaborada por Mércia Maria R. do Nascimento – CRB-4/788

SEVERINO ARRUDA DA SILVA

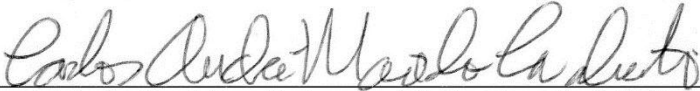
**ECOLOGIA, RELIGIÃO E ENSINO ECOLÓGICO DO MAGISTÉRIO  
DA IGREJA CATÓLICA E DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA  
DE DEUS NO BRASIL (DE 1990 A 2015)**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:



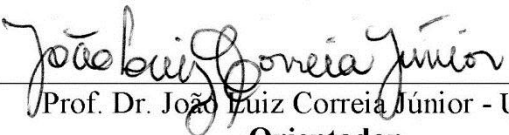
---

Prof. Dr. José Afonso Chaves - UNICAP  
Avaliador Interno



---

Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti - UFPB  
Avaliador Externo



---

Prof. Dr. João Luiz Correia Júnior - UNICAP  
**Orientador**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me proporcionou força e persistência para a conclusão deste trabalho.

De forma especial agradeço à minha esposa Eliane, meu filho Ewerton e minha filha Ewene pela compreensão, apoio e paciência ao longo destes dois anos de Mestrado.

Ao meu orientador Prof. Dr. João Luiz Correia Júnior pela amizade, apoio, conhecimento e paciência na construção desse trabalho.

Ao Prof. Dr. José Afonso Chaves por ter participado da banca de qualificação e da banca de defesa, pelas importantes considerações, críticas e sugestões no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Carlos André Cavalcanti por ter participado da banca de defesa e pelas importantes considerações e sugestões para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Valmor da Silva por ter aceitado o convite para participar da banca de qualificação, contribuindo de forma significativa com suas observações e sugestões para o aperfeiçoamento deste trabalho.

A todos os meus professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (PPGCR) pelos preciosos ensinamentos e dedicação.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edite Marques Moura pelo apoio e incentivo nesta pesquisa.

A todos os colegas da 12<sup>a</sup> turma do Mestrado em Ciências da Religião pelos momentos inesquecíveis de aprendizagem e amizade, em especial à colega de mestrado e agora doutoranda Eunaide Monteiro de Almeida Silva, por suas contribuições nesta pesquisa.

## RESUMO

Desenvolvida como dissertação de mestrado em Ciências da Religião, esta pesquisa bibliográfica, qualitativa e interdisciplinar, investigou as relações que as Religiões estabelecem com a Ecologia. Parte-se da percepção de que as instituições religiosas não promovem o cuidado com o ambiente em intensidade e metodologia apropriada, além de considerar que as Religiões têm um papel essencial na conscientização ambiental, por aguçar a sensibilidade do cuidado do ser humano com o Cosmos e com o mistério da nossa existência. Realizou-se pesquisa em textos acadêmicos publicados na área de Ecologia e no campo epistemológico das Ciências da Religião, observando o período de 1990 a 2015. Utilizou-se como parâmetro de análise a abordagem interdisciplinar e o paradigma ecológico defendido por Leonardo Boff. A Dissertação foi organizada em três capítulos: no primeiro, é apresentado o paradigma ecológico atual e seus pressupostos para a compreensão da ecologia em seus principais conceitos. No segundo, apresenta-se a Ecologia nas principais expressões religiosas da humanidade com atuação no Brasil. No terceiro capítulo, é feito um estudo crítico das contribuições ecológicas do magistério da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil. Considera-se que, tanto a Igreja Católica quanto as Assembleias de Deus, não promovem uma educação que possa ajudar seus fiéis a buscarem superar os desafios socioambientais atuais. Porém, o Vaticano e a CNBB têm abordado as temáticas ecológicas em seus documentos, nas campanhas da fraternidade e em pronunciamentos em fóruns e visitas oficiais. Enquanto nas Assembleias de Deus, a questão ambiental é abordada nas Escolas Bíblicas Dominicais, atendendo a pessoas de determinadas faixas etárias, tratando apenas a questão ética ligada à mordomia cristã, além do ensino escatológico escapista assembleiano, que é antagônico ao cuidado com o Planeta. Em vista disso, é necessária uma mudança de posicionamento teológico e ambiental dessa Igreja, no sentido de promover conscientização ambiental e mudança de comportamento da comunidade em defesa da Natureza.

Palavras-chave: Religiões. Ecologia. Igrejas. Criação. Educação Ambiental.

## **ABSTRACT**

Developed as a master's degree dissertation in Science of Religion, this bibliographic, qualitative and interdisciplinary research, investigated the relationship that Religions establish with the Ecology. Starts the perception that religious institutions do not promote the care with the environment in intensity and appropriate methodology, besides considering that the Religions have an essential paper in environmental awareness, because it stimulates the sensitivity of the human's care being with the cosmos and with the mystery of our existence. Was accomplished research in academic texts published in the area of ecology and in the epistemological field of the Sciences of Religion, observing the period from 1990 to 2015. It was used as analysis parameter the interdisciplinary approach and the ecological paradigm advocated by Leonardo Boff. The dissertation was organized in three chapter: in the first, is presented the current ecological paradigm and its assumptions for the understanding of ecology in its main concepts. In the second, the Ecology in the main religious expressions of humanity with operating in Brazil. In the third chapter, it is made a critical study the ecological contributions of the magisterium of the Catholic Church and the Evangelical Church Assembly of God in Brazil. It is considered that both the Catholic Church as the Assemblies of God, does not promote an education that can help the faithful to seek to overcome the current socio-environmental challenges. However, the Vatican and the CNBB have addressed ecological themes in their documents, in brotherhood's campaigns and pronouncements in forums and official visits. While in the Assemblies of God, the environmental issue is explained to Christians in the Sunday Biblical Schools, serving people of certain age groups, treating only the ethical questions related to the Christian stewardship, besides the escapist eschatological teaching, of this Church that is antagonistic to the care with the Planet. In view of this, it is necessary a change of theological and environmental position of this Church, in the sense of promoting environmental awareness and change of behavior of the community in defense of Nature.

**Keywords:** Religions. Ecology. Churches. Creation. Education Environmental.

## ABREVIATURAS E SIGLAS

### 1. Bíblicas

Am	Amós
Ap	Apocalipse
Cl	Epístola aos Colossenses
Dt	Deuteronômio
Ef	Epístola aos Efésios
Ex	Êxodo
Ez	Ezequiel
Fl	Epístola aos Filipenses
Gn	Gênesis
I Cor	1ª Epístola aos Coríntios
II Cor	2ª Epístola aos Coríntios
I Ts	1ª Epístola aos Tessalonissenses
II Ts	2ª Epístola aos Tessalonissenses
Is	Isaias
Lc	Evangelho de Lucas
Lv	Levítico
Mt	Evangelho de Mateus
Rm	Epístola aos Romanos

### 2. Outras

AD	Igreja Evangélica Assembleia de Deus
CELAM	Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CIDP	Conferência internacional sobre população e desenvolvimento
CF	Campanha da fraternidade
CFE	Campanha da fraternidade ecumênica
CMI	Conselho Mundial de Igreja
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil



CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CPAD	Casa Publicadora das Assembleias de Deus
EBD	Escola bíblica dominical
FAO	Organização mundial para a agricultura e alimentação
MIT	Instituto Tecnológico de Massachussets
NMRs	Novos Movimentos Religiosos
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Rio-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Realizada no Rio de Janeiro em 1992.
Rio +20	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Realizada no Rio de Janeiro em 2012.
SBB	Sociedade Bíblica do Brasil
SNI	Seicho-no-Iê
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	<i>World Wild Fund for Nature</i>

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>ECOLOGIA E SEUS PRESSUPOSTOS.....</b>	<b>14</b>
1.1	O PARADIGMA DA CIÊNCIA NA MODERNIDADE.....	14
1.2	O PARADIGMA ECOLÓGICO.....	17
1.2.1	<b>Biosfera.....</b>	<b>20</b>
1.2.2	<b>Teoria Geral dos Sistemas (TGS) .....</b>	<b>22</b>
1.2.3	<b>A Hipótese Gaia.....</b>	<b>24</b>
1.3	ECOLOGIA: UMA CIÊNCIA INTERDISCIPLINAR.....	25
1.3.1	<b>Ecologia Ambiental.....</b>	<b>26</b>
1.3.2	<b>Ecologia Social .....</b>	<b>27</b>
1.3.3	<b>Ecologia Feminista.....</b>	<b>28</b>
1.3.4	<b>Ecologia Mental.....</b>	<b>29</b>
1.3.5	<b>Ecologia Integral.....</b>	<b>31</b>
<b>2</b>	<b>ECOLOGIA NAS EXPRESSÕES RELIGIOSAS DA HUMANIDADE.....</b>	<b>33</b>
2.1	ECOLOGIA NAS RELIGIÕES DOS POVOS PRIMEVOS.....	33
2.1.1	<b>Ecologia nas Religiões da Antiga Mesopotâmia.....</b>	<b>34</b>
2.1.1.1	O Conceito de Mito.....	35
2.1.1.2	Mitos Cosmogônicos Babilônicos.....	36
2.1.1.3	Mito Babilônico do Dilúvio.....	37
2.1.2	<b>Ecologia nas Religiões de Matriz Africana.....</b>	<b>40</b>
2.1.3	<b>Ecologia nas Religiões Ameríndias.....</b>	<b>42</b>
2.2	ECOLOGIA NA RELIGIÃO JUDAICA E NA RELIGIÃO CRISTÃ.....	43
2.2.1	<b>Ecoteologia Judaica.....</b>	<b>44</b>
2.2.1.1	Ecoteologia Judaica da Criação.....	44
2.2.1.2	Hermenêutica Ecológica da Criação.....	48
2.2.1.3	Tempo de Descanso e Festa da Criação.....	52
2.2.2	<b>Ecoteologia Cristã .....</b>	<b>55</b>
2.2.2.1	Ecoteologia Trinitária da Criação.....	56
2.2.2.2	Nova Criação e Criação Contínua.....	58
2.2.2.3	Os Cristãos e os Cuidados Ambientais.....	62
2.3	ECOLOGIA NOS NOVOS MOVIMENTOS RELIGIOSOS NO BRASIL.....	65
2.3.1	Ecologia no Movimento Nova Era.....	67
2.3.2	<b>Ecologia nos Movimentos de Origem Orientais.....</b>	<b>70</b>
2.3.3	<b>Ecologia no Movimento Feminista.....</b>	<b>73</b>

<b>3</b>	<b>ENSINO ECOLÓGICO DO MAGISTÉRIO DA IGREJA CATÓLICA E DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL (1990-2015)</b> .....	<b>81</b>
3.1	A CONTRIBUIÇÃO ECOLÓGICA DO MAGISTÉRIO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	82
3.1.1	<b>Ecologia nos Documentos e Pronunciamentos do Vaticano</b> .....	83
3.1.1.1	Ecologia no Catecismo da Igreja Católica (CIC) .....	89
3.1.1.2	Carta Encíclica <i>Laudato Si'</i> : Sobre o Cuidado da Casa Comum.....	90
3.1.2	<b>Ecologia nos documentos e pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB)</b> .....	93
3.1.2.1	Ecologia nos documentos da CNBB construídos durante as Conferências Rio – 92 e a Rio +20.....	94
3.1.2.2	Ecologia nas Campanhas da Fraternidade(CF) promovida pela CNBB.....	96
3.2	A CONTRIBUIÇÃO ECOLÓGICA DO MAGISTÉRIO IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL.....	99
3.2.1	<b>Desafios Ecológicos diante da separação Igreja/Mundo e da teoria dispensacionalista</b> .....	100
3.2.2	<b>Ecologia nas Revista Lições Bíblicas da Escola Bíblica Dominical - EBD</b> .....	103
3.2.3	<b>Ecologia em outros Projetos e Participações das Assembleias de Deus</b> .....	109
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	115

## INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação surgiu do entendimento de que as questões ambientais precisam ser mais aprofundadas em todos os espaços sociais e educativos, tais como Associações Comunitárias, Sindicatos, Partidos Políticos, Instituições de Ensino, desde o Fundamental ao Nível Superior. É importante promover a conscientização ambiental na perspectiva da mudança de comportamento em prol da preservação e conservação do meio ambiente, baseada no diálogo entre gerações e culturas, na construção contínua da Cidadania, por meio da participação efetiva de todos os cidadãos na busca da solução dos problemas ambientais.

Considerando que viver em um ambiente ecologicamente equilibrado é um direito humano para esta e as futuras gerações, este é, sem dúvida, um grande desafio para toda sociedade: saber cuidar da nossa Casa comum, a “Terra”.

Nesse aspecto, parte-se da hipótese de que a Religião tem um papel primordial, por aguçá-la a sensibilidade do cuidado para com a dimensão holística de interação do ser humano com a totalidade da realidade na qual estamos inseridos e com o mistério da nossa existência neste Planeta.

Nessa perspectiva, fez-se nesta pesquisa uma abordagem ampla do que se entende por Ecologia e sua relação com a Religião, procurando demonstrar a compreensão atual do magistério da Igreja sobre essa importante temática no período de 1990 a 2015.

Para tanto, realizou-se pesquisa em textos acadêmicos publicados no âmbito dos estudos ecológicos e no campo epistemológico das Ciências da Religião<sup>1</sup>. Utilizou-se como parâmetro de análise o paradigma ecológico defendido pelo filósofo e teólogo Leonardo Boff. Tal abordagem tem os seguintes objetivos: apresentar o paradigma ecológico atual e seus pressupostos para a compreensão da Ecologia em seus principais conceitos; analisar textos da área bíblica e das Ciências da Religião que abordam a relação entre Ecologia e Religião; analisar, a partir de documentos e artigos, a contribuição do magistério da Igreja no Brasil; contribuir com novos trabalhos nesta área do conhecimento e avançar nas discussões que envolvem a Religião e os cuidados ambientais, como forma de estender o debate sobre a importância de trabalhar as questões ambientais em todos os espaços educativos.

---

<sup>1</sup> O campo epistemológico das Ciências da Religião é constituído pelas disciplinas: Teologia, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Linguística e História e Geografia comparadas, além da Fenomenologia da Religião e da Hermenêutica (TEIXEIRA, 2011, p. 843).

Segundo Faustino Teixeira (2011, p. 841), “as Ciências da Religião constituem um campo disciplinar marcado por uma estrutura dinâmica e aberta”. Sendo assim, colocam-se os referenciais das Ciências da Religião, tais como a Teologia, em diálogo interdisciplinar com a Ecologia, como forma de subsidiar e orientar esta pesquisa, legitimando e valorizando os conhecimentos a serem construídos, considerando a individualidade e a subjetividade da experiência religiosa.

Na busca por um saber integrador várias semelhanças podem ser encontradas entre o saber da Ecologia e a Teologia. Ambas apontam os limites da Ciência moderna, com seu caráter segmentado, trabalhando os componentes curriculares de forma compartimentalizada e a função dominadora do conhecimento. Ambas defendem o desenvolvimento do saber na linha da teoria da complexidade: aberto a novas sínteses, integrado com outros saberes, de forma inter e transdisciplinar, assumido em sua provisoriade. À luz da Ecologia, a Teologia revê sua forma de elaborar e transmitir o conhecimento sobre a fé cristã, produz um saber interdependente, relacional, conectado à prática pastoral, à espiritualidade e às grandes questões do mundo contemporâneo (MURAD, 2008, p. 240).

Neste trabalho, a análise dos textos bibliográficos consultados foi baseada nos pressupostos dos métodos qualitativos de pesquisa, por considerar que é uma abordagem adequada aos objetos e objetivos propostos, tendo em vista a Natureza desta pesquisa, envolvendo levantamento de variados textos, permitindo interpretações e análise qualitativa dos dados relevantes, sendo organizados de modo a serem estabelecidas comparações e possíveis generalizações.

Com o propósito de aprofundar a compreensão da temática ecológica e sua interface com o campo religioso, este estudo está estruturado em três capítulos. No primeiro, é apresentado o paradigma ecológico e seus pressupostos teóricos para a compreensão da Ecologia em seus principais conceitos bem como os fatores que exerceram importância na evolução e na compreensão do paradigma ecológico: o conceito de Biosfera, a teoria geral dos sistemas e a hipótese *Gaia*. Aborda-se a Ecologia com uma Ciência interdisciplinar, na qual distinguem-se cinco tipos de Ecologias: a Ambiental, a Mental, a Social, a Feminista e a Integral.

No segundo capítulo, apresenta-se a Ecologia nas expressões religiosas da humanidade; a Ecologia nas Religiões dos povos primevos; destaca-se a Ecologia na Religião judaica e na Religião cristã; na sequência, é apresentada a Ecologia nos Novos Movimentos Religiosos no Brasil e o Movimento Ecofeminista.

No terceiro capítulo, é feito um estudo crítico das contribuições ecológicas do magistério da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, como forma de estender o debate sobre a importância de trabalhar as questões ambientais de forma mais intensa nas Igrejas.

Ademais, para melhor nortear esta pesquisa, utilizou-se o livro “Como Normatizar Trabalhos Acadêmicos: Projetos, Monografias e Artigos” (COSTA, 2013, p. 130).

Por fim, o leitor é convidado a conhecer o conteúdo deste estudo, pela urgente demanda da abordagem das questões ambientais em todos os espaços sociais e educativos, numa perspectiva que envolva todas as áreas do conhecimento, como forma de avançar na melhoria da realidade socioambiental e da qualidade de vida, a partir de um ensino que promova o cuidado com o ambiente através da abordagem de fundamentos teóricos norteadores de práticas que considerem o ser humano e demais formas de vida como membros da mesma Casa comum.

## 1 ECOLOGIA E SEUS PRESSUPOSTOS

Este capítulo aborda as várias dimensões da Ecologia. Inicia-se com uma breve apresentação do paradigma da Modernidade, que se caracteriza pela dicotomia entre o ser humano e a Natureza, sendo os ecossistemas e suas comunidades reduzidos a fonte de recursos naturais a serviço das necessidades de produção para alcançar as metas do mercado, através da dominação, da exploração e da degradação da Natureza. O paradigma da Modernidade privilegia o progresso unilateral do desenvolvimento intelectual, do conhecimento científico e das qualificações tecnológicas, em detrimento da sabedoria, da espiritualidade e da ética (CAPRA, 1991, p. 39).

Na sequência, argumenta-se sobre a necessidade da utilização do paradigma ecológico, holístico, segundo o qual o ser humano está junto com os outros seres, estabelecendo relações de cooperação e de interdependência; um conhecimento que promova a comunhão e não apenas a dominação da realidade. Com o propósito de promover a reflexão e melhorar a compreensão, são apresentados três importantes fatores relacionados ao paradigma ecológico: o conceito de Biosfera, a teoria geral dos sistemas e a hipótese *Gaia*.

Destaca-se, ainda, a Ecologia como uma Ciência interdisciplinar, com o estudo de cinco tipos de Ecologias: a Ambiental, a Mental ou Profunda, a Social, a Feminista e a Integral, tendo o propósito de dinamizar a compreensão das questões ecológicas e favorecer o desenvolvimento da prática ambientalmente sustentável.

### 1.1 O PARADIGMA DA CIÊNCIA NA MODERNIDADE

Considera-se que o paradigma da Ciência na Modernidade é antropocêntrico<sup>2</sup> e dicotômico, com visão linear e otimista da história. A crença no progresso infinito e do desenvolvimento ilimitado, a partir do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico, é uma das principais ilusões do paradigma da Modernidade, pois o avanço da Ciência e da Tecnologia não tem conseguido resolver os problemas das questões ambientais do nosso Planeta nem são oferecidas soluções práticas para as crises econômica, política, social e ecológica.

---

<sup>2</sup> Antropocentrismo – ideologia que atribui ao ser humano uma posição de centralidade em relação a todo o universo, como o centro de toda a criação. Essa visão suscita um ser humano “sempre mais autossuficiente na satisfação das suas necessidades e confiante em suas próprias capacidades. Passa uma autoimagem de força e vitória sobre os condicionamentos” (JUNGES, 2001, p. 52).

De acordo com Leonardo Boff, paradigma é

o conjunto articulado de visões da realidade, de valores, de tradições, de hábitos consagrados, de ideias, de sonhos, de modo de produção e de consumo; de saberes, de ciências, de expressões culturais e estéticas e de caminhos ético-espirituais. Esse conjunto articulado, criando uma visão sistêmica, relativamente coerente, é denominado também de cosmologia, que significa uma visão geral do universo, da Terra, da vida e do ser humano, que serve de orientação para as pessoas e para as sociedades, e que atende a uma necessidade humana por um sentido globalizador de tudo (BOFF, 2012, p. 76).

Segundo os pressupostos do paradigma da Modernidade, o ser humano está afastado da Natureza, sendo os ecossistemas e suas comunidades reduzidos a fonte de recursos naturais, a serviço das necessidades de produção para alcançar as metas do mercado, através da dominação, da exploração e da degradação da Natureza.

Ludmila Freire (2015, p. 62) aborda o paradigma da Ciência na Modernidade e sua pretensão de ser a única abordagem válida do conhecimento:

O paradigma da ciência moderna, como um tipo de racionalidade hegemônica, emergiu no século XVI, através da revolução científica[...]. Esse modelo científico veio a consolidar-se integralmente a partir do século XIX, com a ascensão das ciências sociais. Essa racionalidade, que passou a balizar, inclusive, a emergente ciência dos fenômenos sociais, desde o início, buscou deslegitimar e defender-se de todo conhecimento que não se submetesse a seus princípios epistemológicos e metodológicos, sobretudo cerceando dois: os do senso comum e os dos estudos humanísticos (históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos (FREIRE, 2015, p. 62).

Certamente, não pode-se negar os avanços da Ciência e da Tecnologia a partir dos ideais iluministas, da pesquisa empírica, com observação e experimentação, criticando os dogmas, duvidando da veracidade das experiências imediatas. Mas, ao superar a visão cosmológica e metafísica vivenciadas na Idade Média, a Ciência trouxe para si uma responsabilidade enorme, porém, não tem alcançado sucesso. Devido à visão de mundo mecanicista e cartesiana, ao reduzir a complexidade, dividindo um fenômeno em partes menores para depois tentar estabelecer relações sistemáticas entre elas, e esta dinâmica termina prejudicando a visão do todo.

Leonardo Boff assim se expressou sobre o profundo dualismo do paradigma da Modernidade:

Separou-se capital do trabalho, trabalho do lazer, pessoa da natureza, homem da mulher, corpo do espírito, sexo da ternura, eficiência da poesia, admiração da organização, Deus do mundo. E um dos polos passou a dominar o outro. Assim surgiu o antropocentrismo, o capitalismo, o materialismo, o patriarcalismo, o machismo, o performancismo (fordismo,



taylorismo), o secularismo e o monoteísmo monárquico e atrinitário. E o que é pior aconteceu: o ser humano se isolou da comunidade cósmica, esquecido da teia das interdependências e da sinergia de todos os elementos cósmicos para que ele emergisse no processo evolucionário (BOFF, 1995, p. 109 - 110).

Então, o ser humano se isolou, afastou-se de sua dignidade esquecendo-se de sua função social; não percebeu o que está por trás da racionalidade moderna com seu sistema capitalista. De certa forma, mesmo que se tenha consciência da insustentabilidade desse paradigma, compartilha-se dele, sendo beneficiado pela tecnologia e por seu modelo de consumo.

Porém, diante das graves questões ambientais e da estrutura social atual, sem perspectiva de melhoria no futuro próximo, é preciso criticar os princípios da racionalidade moderna com sua óptica dominadora e exploratória, e trabalhar no desenvolvimento de uma proposta onde predomine a solidariedade, a partilha, a justiça social e o respeito ao meio ambiente e à vida.

Fritjof Capra afirma que nas duas últimas décadas do século XX, nossa sociedade se encontrava no estado de profunda crise mundial. Considera que esta crise tem se agravado neste início de século, constituindo uma crise generalizada e sem precedentes:

Uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida - a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade (CAPRA, 1991, p. 19).

Constata-se que o paradigma da Modernidade não contribui para soluções dos graves problemas enfrentados pela comunidade de vida, pois, crescimento econômico e tecnológico sem responsabilidade ecológica provoca exploração dos recursos naturais e danos irreversíveis ao meio ambiente, trazendo consequências a todas as formas de vida.

Acerca do avanço da conscientização da população sobre os cuidados ambientais, assim se expressa Fabricio Wantoil Lima:

Apesar de ainda estar imerso no paradigma moderno de produção capitalista, traços de um novo paradigma se fazem notar. Uma consciência coletiva dá sinais do seu surgimento. As pessoas começam a se preocupar com a preservação do meio ambiente. Nasce, dessa forma, um novo contexto social e econômico, em que organizações e empresas produtivas e de serviços apresentam um agir “ético” e voltado à preservação do meio ambiente, cujos reflexos atingem a sua imagem institucional no mercado (LIMA, 2014, p. 85).

Portanto, tem-se avançado no cuidado com o ambiente, com muitas experiências e práticas sustentáveis. Entretanto, diante do sistema capitalista, da competição nos âmbitos local e global, das questões econômicas, sociais e ambientais atuais, considerando, ainda, os desafios de uma educação para a cidadania ambiental e planetária, evidencia-se que a mudança de paradigma está em estágio embrionário.

A esse respeito, Marco Abreu afirma que apenas a conscientização e a cobrança social quanto às necessidades de mudança na postura organizacional não são suficientes para o cuidado com o ambiente, devido à própria dinâmica do paradigma vigente. Segundo ele:

Cabe ao poder público e às corporações estabelecerem limites e responsabilidades aos atores responsáveis pela dinâmica produtiva, a fim de que se possa viabilizar e incorporar em sua missão o cumprimento dos compromissos relacionados à preservação do meio ambiente e às suas responsabilidades para com a sociedade (ABREU, 2008, p. 33).

A proposta para a preservação da Natureza é que o paradigma da Modernidade seja problematizado e revisto criticamente a partir do paradigma ecológico que possui preceitos como: estar junto para cuidar, relacionar, integrar, religar. Nesse paradigma, o ser humano está junto com os outros seres, estabelecendo relações de cooperação e interdependência, na construção de um conhecimento que promova a comunhão e não apenas a dominação da realidade. É o que se verá, a seguir, com mais detalhes.

## 1.2 O PARADIGMA ECOLÓGICO

Uma das conquistas do tempo presente é o paradigma ecológico, caracterizado pelo pensamento sistêmico e holístico que considera o ambiente como um conjunto de elementos inter-relacionados, incluindo os seres humanos. Propõe o fim das relações de exploração em relação à Natureza e à humanidade, como caminho para a convivência de todas as formas de vida, considerando os seres humanos como protagonistas no cuidado, na conservação, e coparticipante na restauração da criação, promovendo a perpetuação e o crescimento da vida em todos os seus aspectos. Esse paradigma implica na aceitação da complexidade científica como proposta de racionalidade aberta, considerando as interações entre os fenômenos e a compreensão da realidade sempre em transformação.

Nesse sentido, propõe uma nova consciência planetária, onde todos os esforços humanos, em todas as áreas do conhecimento, tenham como prioridade a questão ambiental e

a sustentabilidade<sup>3</sup>, pois o futuro da humanidade e da vida na Terra depende da mudança de mentalidade e de comportamento do ser humano, percebendo-se como parte integrante e participante da totalidade da Natureza, tendo posturas e atitudes de comunhão e de corresponsabilidade com todos os seres.

Leonardo Boff, com sua ética do cuidado, alerta que,

precisamos percorrer um longo caminho de conversão de nossos hábitos cotidianos e políticos, privados e públicos, pois necessitamos de um novo paradigma de convivência que promova uma relação mais harmônica com a Terra e inaugure um novo pacto social entre os povos no sentido de respeito e de conservação de todos os seres vivos e os recursos ambientais (BOFF, 2012, p. 93).

De acordo com o paradigma ecológico, são necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida. O ser humano precisa conviver em sintonia com a Natureza, ao invés de dominá-la; reconhecer o valor intrínseco de cada ser, não vê-lo apenas como uma mera fonte de recursos; ter respeito por toda forma de vida; perceber a dignidade da Natureza, considerar o cuidado com o corpo e com a espiritualidade como um dado da realidade humana e não apenas como expressão de uma Religião ou de um paradigma.

Segundo Maurício Pereira (2013, p. 37-41), entre os principais teóricos que influenciaram o pensamento e o trabalho de Leonardo Boff, contribuindo para a construção do paradigma ecológico, está o padre jesuíta Francês, Teilhard de Chardin. Com a sua visão integradora entre Ciência e Fé, é considerado o precursor de uma cosmovisão sistêmica do universo, segundo à qual tudo nasce, cresce e se desenvolve em um processo de evolução convergente e de ascendência. Também contribuíram com este autor, Edgar Morin, ao oferecer novas perspectivas de compreensão da epistemologia do pensamento complexo; Felix Guattari, especialmente através da sua obra “As três Ecologias”, trazendo três modos de compreender a Ecologia; e outro que influenciou fortemente foi Fritjot Capra, com sua visão holística ou ecológica de mundo.

Considera-se que a sustentabilidade busca o relacionamento mútuo, com o cuidado para com todas as formas de vida, de acordo com o paradigma ecológico. A esse respeito, Leonardo Boff afirma:

A questão ecológica nos remete a um novo patamar da consciência mundial: a importância da Terra como um todo, o destino comum da natureza e do ser

---

<sup>3</sup>Conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2012, p. 14).

humano, a interdependência reinante entre todos, o risco apocalíptico que pesa sobre o criado. Os seres humanos podem ser homicidas e genocidas como a história tem mostrado, e podem também ser biocidas, ecocidas e geocidas (BOFF, 2008, p. 31).

A concepção de Küng, a seguir, permite a reflexão sobre os desafios a serem enfrentados na construção do paradigma ecológico, pluralista e holístico, que de fato funcione para toda a humanidade, convergindo para o cuidado com a vida e a conservação ambiental em níveis local e global:

Este mundo uno necessita de uma ética básica. Certamente a sociedade mundial não necessita de uma religião unitária, nem de uma ideologia única. Necessita, porém, de normas, valores, ideais e objetivos que interliguem todas as pessoas e que todos sejam válidos (KÜNG, 2003, p. 9).

Assim, é fundamental uma visão ampla da realidade, segundo a qual todos os seres humanos e demais membros da criação possam estar incluídos, sendo construída uma ética mundial de cuidados com todas as criaturas; caso contrário, se forem mantidos os interesses mesquinhos e a visão dicotômica, a consequência será mesmo a manutenção de um mundo de exclusão, violência e insustentabilidade.

Citando Leonardo Boff, o pesquisador José Santos afirma que:

Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão interligadas. Cada um compartilha responsabilidades pelo presente e pelo futuro bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade e de parentesco com toda a vida dos seres vivos é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade em relação ao lugar que o ser humano ocupa na natureza (SANTOS, 2014, p. 113).

Segundo Lúcio Flávio Cirne (2013, p. 95), na evolução e na compreensão do paradigma ecológico, pelo menos três fatores exerceram importância: o conceito de Biosfera, a teoria geral dos sistemas e a hipótese *Gaia*. Portanto, nos próximos tópicos será apresentada uma breve análise desses fatores, com o propósito de promover a reflexão e melhorar a compreensão do paradigma ecológico. Começa-se apresentando a Biosfera e, conseqüentemente, a Terra como um Planeta adaptado à vida; em seguida, abordar-se-á a teoria geral dos sistemas, que nos ajudarão a compreender a importância da conservação dos ecossistemas; e no terceiro tópico, haverá a exposição da hipótese *Gaia*, que está interligada aos outros dois fatores, mostrando que nosso Planeta se comporta como um organismo vivo, ocorrendo uma homeostase planetária e, por conta dos desequilíbrios atuais, se pode verificar tantas alterações climáticas e desastres ambientais que atingem a toda a comunidade de vida.

### 1.2.1 Biosfera

No que diz respeito à Biosfera, essa corresponde ao conjunto de todos os seres vivos do nosso Planeta, considerando os ambientes terrestre, aquático e aéreo. A compreensão do ser humano como membro da mesma comunidade de vida e de sua dinâmica de funcionamento interligada e interdependente faz com que se reflita sobre a necessidade de assumir-se corresponsabilidades sobre o destino comum de toda a criação. Como seres éticos e conscientes, podemos nos articular, tomar decisões e práticas em defesa do ambiente, promovendo a conservação dos seres vivos, as condições ambientais e o futuro da vida em nosso Planeta.

Diante do reconhecimento, por parte dos cientistas, de que ocorre na Biosfera um processo cíclico de todos os elementos constituintes, surgiram algumas discussões, como por exemplo, sobre a capacidade do nosso Planeta manter-se em equilíbrio, conseguindo reciclar e assimilar os poluentes e os resíduos da produção (biocapacidade). A conclusão óbvia é que o nosso Planeta está em desequilíbrio, os ciclos naturais estão sendo alterados e provocando danos irreparáveis. A percepção e a ideia de que estamos numa mesma casa, com interdependências entre todos os seres vivos e com o meio abiótico, trazem a questão de que os riscos ambientais são compartilhados por todos os seres humanos, sobretudo os mais carentes, mesmo consumindo menos recursos ambientais.

Uma das metodologias para analisar os impactos ambientais que as atividades antrópicas provocam em nosso Planeta é o estudo das pegadas ecológicas<sup>4</sup>. Esse instrumento de análise é um método comparativo, de fácil comunicação, aplicável em diferentes escalas: individual, regional, nacional e mundial, como estratégia de mobilização e incentivo às pessoas para repensarem seus hábitos de consumo e a adotarem práticas mais sustentáveis (BARROS, 2014, p. 34).

O termo Pegadas ecológicas é uma forma de traduzir, em hectares (ha), a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade utiliza para sobreviver: “a pegada ecológica brasileira é de 2,9 hectares globais por habitante, indicando que o consumo médio de recursos ecológicos do brasileiro é bem próximo da média mundial, por habitante, equivalente a 2,7 hectares globais” (WWF - BRASIL, 2017).

---

<sup>4</sup> Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressada em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta (WWF – Brasil, 2017).

Segundo a ONG *World Wild Fund for Nature* (WWF- BRASIL, 2017), a pegada ecológica brasileira tem mostrado uma tendência de aumento pouco acentuada, o que indica estabilidade nos padrões de consumo, porém a biocapacidade brasileira vem sofrendo um forte declínio ao longo dos anos devido ao empobrecimento dos serviços ecológicos e degradação dos ecossistemas.

Ainda assim, de acordo com a WWF- BRASIL (2017), o Brasil é um dos maiores credores ecológicos do Planeta. Porém, para se manter nesta posição, precisa reverter o quadro de declínio de sua biocapacidade com ações de conservação, de produção ecoeficiente e consumo consciente de sua população. Pois, segundo a análise de Márcio Barros, “se todas as pessoas do Planeta consumissem como o brasileiro, seria necessário 1,6 Planeta para sustentar esse estilo de vida. A média mundial é de 1,5 Planeta. Ou seja, estamos consumindo 50% além da capacidade anual do Planeta” (BARROS, 2014, p. 34).

Nessa perspectiva, o modelo consumista e exploratório dos recursos naturais, praticado atualmente pelo sistema político e o modelo de economia de mercado, está causando destruição ambiental, esgotamento dos recursos e extinção de espécies. Seria necessário uma Terra e meia para que nosso Planeta mantivesse a capacidade de recuperação, diante do nível atual de geração de poluentes e resíduos. Essa realidade coloca em extremo risco a sobrevivência dos seres vivos, incluindo toda a humanidade.

A extinção de espécies diminui a biodiversidade e a biocapacidade dos ecossistemas, pois, quanto mais espécies interagem, maior a resistência e a capacidade de reequilibrar-se. Nesse sentido, o ser humano deveria levar a sério o fato de que “os processos evolutivos do nosso Planeta mostraram que não foram os mais fortes que sobreviveram, e sim, aqueles que conseguiram estabelecer relações fortes de cooperação e interdependência” (MURAD, 2008, p. 239).

Desde a Conferencia de Estocolmo, com o relatório “O Limite do Crescimento”, já se afirmava a impossibilidade ambiental da expansão do modelo de consumo norte-americano e europeus para todo o Globo, por não existir recursos naturais suficientes no Planeta para suportar este aumento. Porém o relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado para a Conferência Rio-92, traz a proposta de desenvolvimento sustentável, baseado no paradigma da Modernidade do crescimento contínuo e desenvolvimento tecnológico, aliando o sistema capitalista às questões ambientais.

Com relação a essa proposta de desenvolvimento sustentável, há uma corrente que defende que a sustentabilidade será alcançada em curto prazo, com o desenvolvimento da tecnologia, da ecoeficiência, de melhorias no sistema de extração, produção, distribuição,

consumo e descarte dos produtos. Porém, outra corrente denuncia que essa proposta é um engodo do capitalismo internacional e defende um modelo de desenvolvimento sustentável baseado no paradigma ecológico, sendo necessário, além das ações técnicas, incluir a promoção de mudanças profundas nas mentes e nos corações das pessoas e das culturas (MURAD, 2013a, p. 445).

Sobre a situação de degradação ambiental de nosso Planeta, Leonardo Boff afirma que:

Atualmente alcançamos um nível tal de agressão que equivale a uma espécie de guerra total. Atacamos a Terra no solo, no subsolo, no ar, no mar, nas montanhas, nas florestas, nos reinos animal e vegetal, em todas as partes, onde podemos arrancar dela algo para nosso benefício, sem qualquer sentido de retribuição e sem qualquer disposição de dar-lhe repouso e tempo para se regenerar (BOFF, 2012, p. 23).

Considera-se que o comportamento egoísta, a ganância, o desperdício que ameaçam a vida e a biodiversidade são frutos do atual modelo de desenvolvimento, baseado no paradigma da modernidade, fazendo com que nossa sociedade privilegie a competição, o desenvolvimento intelectual, científico e tecnológico em detrimento da sabedoria, da espiritualidade e da ética.

Nesse sentido, a maioria dos empresários e demais agentes sociais, não compreendem que estamos todos em uma Casa comum, que necessita de recursos naturais comuns. A incompreensão desse aspecto tem causado o aquecimento global, provocando muitas consequências econômicas, sociais e ambientais. Para a efetiva resolução desses problemas, é preciso a participação de toda a sociedade a partir de uma alfabetização ecológica baseada em um modelo de desenvolvimento mais solidário e integral, proposto pelo paradigma ecológico. A seguir serão apresentados outros três componentes que nos ajudarão a compreender melhor este paradigma.

## **1.2.2 Teoria Geral dos Sistemas (TGS)**

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) foi desenvolvida pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy (CIRNE, 2013, p. 99). Os sistemas podem ser abertos ou fechados; esse último ocorre quando são isolados do ambiente, sem entrada ou saída de matéria ou energia. Já no sistema aberto ocorrem a entrada e a saída de matéria, de energia e de informações, através das trocas e das interações com o ambiente e com outros sistemas.

Considerando que todos os sistemas vivos são abertos, pode-se compreender a TGS a partir do conceito de ecossistema, definido como o conjunto de todos os seres vivos e os componentes abióticos de um ambiente, e as inter-relações que os seres vivos mantêm entre si e com o meio ambiente. “Uma alteração em um dos elementos do sistema provoca mudanças nos demais ou na totalidade do sistema. Assim, uma investigação de qualquer parte do sistema deve sempre ser realizada em relação ao todo” (CIRNE, 2013, p. 100).

Desta forma, quando são feitas alterações no ambiente, como desmatamentos e poluição, o ecossistema se desequilibra, podendo provocar prejuízos nos ecossistemas próximos e conseqüente aparecimento de pragas, doenças, dentre outras.

As interações entre os componentes do ecossistema permitem autorregulação regenerativa, sendo que o prazo para esta reciclagem depende do grau de degradação ambiental suportado.

Por sua vez, a TGS segue as abordagens reducionista ou sistêmica. A reducionista procura identificar cada parte em um sistema e sua respectiva função em busca de soluções de problemas específicos, enquanto na abordagem sistêmica ou holística não existem elementos isolados, mas sim, subsistemas inter-relacionados, fazendo com que o sistema em si não consiga ser explicado de forma fragmentada, somente como um todo integrado. O todo é maior que a soma das partes. Sobre isso, Mauro Guimarães afirma:

Visto como diversidade em uma unidade, as partes coexistem num todo em que, além do antagonismo entre as partes, percebem-se também as suas complementaridades. Esta visão de mundo mais relacional permite uma maior e melhor aproximação com a complexidade da realidade (GUIMARÃES, 2006, p. 20).

A TGS e o pensamento complexo, proposto por Edgar Morin, estão interligados, pois, ambos buscam a unidade do conhecimento na relação entre as partes e o todo. Focar na parte aprofunda a compreensão, mas reduz e simplifica a realidade; por outro lado, compreender os fatos a partir de uma abordagem da totalidade permite uma compreensão mais ampla da realidade, no entanto, mais superficial. No pensamento complexo, estas duas abordagens podem ser vistas como antagônicas e complementares ao mesmo tempo.

Aborda-se, a seguir, a compreensão da Terra como um organismo vivo, interligado ao cosmos, conforme a visão do paradigma ecológico.



### 1.2.3 A Hipótese *Gaia*

Com relação ao termo *Gaia*, vem da mitologia grega, referindo-se à Deusa *Gaia*, que representava a Terra. Os estudos que deram origem a esta teoria começaram na década de 1960, pelo cientista britânico James Lovelock, em Laboratório da NASA. O referido cientista buscava verificar a existência de vida nos Planetas Vênus e Marte. Para isso, foi realizada a comparação das atmosferas desses dois Planetas com a atmosfera da Terra.

De acordo com a hipótese *Gaia*, nosso Planeta se comporta como organismo vivo, um grande e complexo sistema com capacidade de manter a superfície da Terra, incluindo o solo e os oceanos em estado propício para a continuidade da existência dos seres vivos. É capaz de obter energia para seu funcionamento, regular seu clima e temperatura, se reciclar, ou seja, funcionando como um organismo capaz de autorregulação. A partir de leitura de James Lovelock, Lucio Flávio Cirne afirma que a Terra vista como *Gaia* tem os seguintes parâmetros:

a) vida é um fenômeno planetário; b) não pode existir ocupação parcial de um Planeta por organismos vivos; c) lei de Darwin é modificada, porque é necessário acrescentar que o organismo afeta o seu ambiente; d) tomando as espécies e seu ambiente físico num conjunto único, podemos construir modelos ecológicos que são matematicamente estáveis (CIRNE, 2013, p. 103).

Analisando estas afirmações, pode-se constatar que os dois primeiros parâmetros foram elaborados a partir dos estudos comparativos de Lovelock entre as condições de vida do Planeta Terra e as dos Planetas Vênus e Marte. Nosso Planeta está adaptado à vida, possui condições adequadas de temperaturas e de pressão, permitindo a existência de água no estado líquido, além do equilíbrio do percentual dos gases da atmosfera, dentre outros fatores, o que permite a existência da vida em todos os ambientes, desde o fundo dos mares até altas montanhas e desertos.

Considerando o terceiro parâmetro, este refere-se às interações entre os componentes bióticos e abióticos nos ecossistemas. Os seres vivos influenciam e sofrem influência do ambiente, estando intimamente interligados, de forma que a Terra se mantém em equilíbrio e em condições climáticas e biogeoquímicas propícias ao desenvolvimento da vida. Ocorre, assim, uma verdadeira homeostase planetária, caracterizada pela conservação das condições ambientais relativamente constantes e adequadas à vida.

Avalia-se que o último parâmetro tem relação com a compreensão do relatório “O Limite do Crescimento”, elaborado pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) para a

Conferência de Estocolmo de 1972. Esse relatório traz levantamento das condições ambientais globais, a partir de modelos matemáticos, com utilização de programas de computadores.

Em entrevista, James Lovelock resumiu sua visão sistêmica e inter-relacional da vida em nosso Planeta:

Minha Teoria diz que a Terra se comporta como se estivesse viva [...] Somos, por meio da nossa inteligência e comunicação, o sistema nervoso do Planeta. Deveríamos ser o coração e a mente da Terra, não sua moléstia. Sejam corajosos e paremos de pensar somente nos direitos e necessidades da humanidade, e enxerguemos que nós ferimos a Terra e precisamos fazer as pazes com *Gaia*. Acima de tudo, precisamos lembrar que somos parte dela, e que ela é de fato nosso lar (LOVELOCK, 2006, p. 13).

Avalia-se a hipótese *Gaia* importante, pois completa a compreensão do paradigma ecológico, podendo contribuir para a abordagem interdisciplinar, o pensamento local e global, estando em consonância com o funcionamento da Biosfera e a teoria geral dos sistemas. Destaca-se que o comportamento da Terra como organismo vivo e sua condição adequada à vida não se estende às camadas interiores da Terra, onde as condições de temperatura e pressão são semelhantes à de outros Planetas. Então, a Terra em sua totalidade não é um organismo vivo, mas se comporta como tal.

### 1.3 ECOLOGIA: UMA CIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

O paradigma ecológico constitui uma proposta de compreensão do funcionamento ambiental de forma sistêmica e integral, pois, não faz separação entre os seres humanos e a Natureza, estando toda a comunidade de vida interligada e interdependente. Nesse sentido, a Ecologia integral e relacional trabalha a partir da realidade socioambiental das pessoas envolvidas, como forma de provocar mudança de percepção e de comportamentos que promovam a conservação ambiental.

Assim, de acordo com o pensamento complexo (MORIN, 2000, p. 37), o ser humano e a Natureza fazem parte da mesma teia da vida, da mesma realidade e unidade; diferente da lógica da não-contradição onde o ser humano não é Natureza e, portanto, não podem existir como unidade.

Sobre a necessidade de utilizar o pensamento complexo como forma de integrar o conhecimento, Mauro Guimarães afirma que,

estabelecemos dualidade entre vida e morte, bem e mal, certo e errado, verdadeiro e falso (...) seres humanos e natureza. Só que ao focarmos em uma parte, considerando-a diferente e desigual (superior), criamos um antagonismo dicotômico entre as partes e que ofusca a complementaridade entre essas mesmas partes, fundamental para compreendê-la como uma unidade em uma diversidade (GUIMARÃES, 2006, p. 20).

Nessa perspectiva, Akiko Santos afirma:

A ciência especializada não explica a vida. Esta só adquire sentido ao ser contextualizada através de todos os saberes acumulados, reconhecendo o direito de cada ser humano, qualquer que seja sua verdade, religião, sexo, cultura e raça de existir, convivendo e contribuindo, respeitando e sendo respeitado nas suas diferenças individuais e grupais (SANTOS, 2005, p. 2).

Portanto, a produção de conhecimentos na área da Ecologia, utilizando a abordagem interdisciplinar e o pensamento complexo, permite a compreensão do funcionamento do todo, conseguindo uma visão mais aproximada da realidade, facilitando a análise crítico-reflexiva, sobretudo das questões ecológicas e as interações envolvidas na complexa e sistêmica teia da vida, pois todos os fatores estão inter-relacionados. As questões sociais, ambientais, políticas, econômicas, legais, emocionais e religiosas precisam ser consideradas na discussão e na proposição de soluções para problemas ecológicos locais, regionais e globais do nosso Planeta.

Assim, como forma de dinamizar a compreensão da interdisciplinaridade da Ecologia, e favorecer o desenvolvimento da prática ambiental sustentável, apresenta-se, a seguir, cinco tipos de Ecologias, a partir das abordagens de Leonardo Boff e Frijof Capra: Ecologia Ambiental, Social, Mental ou Profunda, Feminista e a Integral.

### **1.3.1 Ecologia Ambiental**

A Ecologia Ambiental se preocupa com o meio ambiente, com a qualidade de vida e, sobretudo, com a preservação das espécies ameaçadas de extinção. Procura novas tecnologias como forma de diminuir os impactos ambientais gerados pelas produções, pelos consumos e pelos descartes. Apesar de considerar que todos os seres vivos estão inter-relacionados e são interdependentes, fazendo parte da mesma Biosfera, nesta Ecologia prevalece a visão dicotômica do ser humano separado da Natureza.

Por isso, ao criticar as intervenções humanas na Natureza como forma de conseguir o equilíbrio natural, proposta pela Ecologia Ambiental, Félix Guattari, fez a seguinte afirmação:

Um tempo virá em que será necessário empreender imensos programas para regular as relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico na atmosfera terrestre. Poderíamos perfeitamente requalificar a ecologia ambiental de ecologia maquínica já que, tanto do lado do cosmos quanto das práxis humanas, a questão é sempre a de máquinas - e eu ousaria até dizer de máquinas de guerra (GUATTARI, 2001, p. 52).

Ainda assim, procura fazer integração do ser humano com a Natureza através de mudanças de comportamentos como: a redução do consumo e do desperdício, o incentivo à reutilização e à reciclagem de materiais, bem como a conservação e defesa do meio ambiente. Fazemos parte da mesma matéria, com interesses comuns; a qualidade de vida sustentável deve ser para todos os seres vivos. Devem ser verificadas, então, as demais propostas ecológicas.

### **1.3.2 Ecologia Social**

A Ecologia Social estuda as formas de relação dos seres humanos entre si e destes com os demais seres da Natureza e o meio ambiente: como organizam os seus modos de produção, a distribuição dos recursos produzidos, como tratam os dejetos, como dividem os recursos escassos; assim, preocupa-se com a injustiça social e a ecológica.

Nesse sentido, prioriza o saneamento básico e o desenvolvimento sustentável, em relativa satisfação e felicidade, pois, o desenvolvimento baseado nos modelos consumistas é impossível de ser levado a todos os seres humanos.

Segundo Leônidas Machado (2010), o grande desafio é “reinventar” para que se tenha uma sociedade

na qual todos possam caber e fazer inclusa a natureza. Uma sociedade que seja sustentável, onde o modo de vida permita qualidade e longevidade, para todo o sistema vivente! Sociedade que saiba usar os recursos renováveis e permita que a Terra se recupere e use os recursos não renováveis de maneira racional. Sociedade sustentável é aquela que diminui a pobreza e cria relativa equidade para o bem estar de todas as pessoas! Para que essa sociedade possa ser construída é necessária uma mudança de mente e de coração (MACHADO, 2010, p. 94).

Necessita-se dessa proposta de sociedade sustentável que pense de forma integral o ser humano, a Natureza, o sócio-econômico e o espiritual sem exploração, que promova a qualidade de vida na sociedade em geral. Pois o atual modelo de sociedade não é bom para a grande maioria das pessoas e muito menos para a Natureza.

Portanto, precisa-se de uma sociedade e de um ambiente sustentável, que atenda às necessidades da humanidade e dos demais seres vivos, pois fazemos parte da mesma rede de vida, da mesma casa e nossa sobrevivência depende de toda a criação.

Considera-se que, para ocorrer justiça ecológica, é necessária uma justiça social mínima. Aqui está uma questão fundamental e grave no contexto ecológico nacional e mundial, pois, fica muito difícil cuidar do ambiente, trabalhar em projetos socioambientais, de interesse coletivo se o ser humano não se sentir incluído nem tiver suas necessidades vitais atendidas.

Para haver justiça ecológica, é necessária uma relação adequada com a Natureza, com acesso equânime a seus recursos e garantia da qualidade de vida. Para tanto, exige-se uma nova aliança entre os seres humanos e demais seres da criação, em favor da nossa Casa comum. Caso contrário, o que se intensificará serão as migrações e imigração de populações excluídas em busca de ambientes mais adequados ao desenvolvimento da vida humana.

### **1.3.3 Ecologia Feminista**

O termo Ecofeminismo foi utilizado pela primeira vez em 1974, por Françoise d'Eaubonne, em seu livro *Le féminisme ou la mort*, “O feminismo ou a morte”. Em 1978 essa escritora fundou, na França, o movimento Ecologia e Feminismo. De acordo com Wanda Deifelt (2013, p. 111), o Ecofeminismo, na América Latina, é influenciado pelo pensamento de duas teólogas: Rosemary Radford Ruether, dos Estados Unidos, e Ivone Gebara, do Brasil. Em comum, estas autoras têm a ênfase no estabelecimento de relações mais paritárias e integradas, que afirmam a dignidade de toda a criação e que promovem nossa capacidade, como seres humanos, de nos relacionar com a criação. Portanto, procura superar a visão dualista, com ênfase no estabelecimento de relações mais integradas com a criação, reafirmando a dignidade desta.

Fritjot Capra, ao relacionar o Ecofeminismo como sendo parte da Ecologia social, faz a seguinte ressalva:

Entretanto, sua análise cultural das muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social [...] a exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a das mulheres, que tem sido identificada com a natureza através dos séculos (CAPRA, 2006, p. 27).

Sobre o Ecofeminismo e a situação de opressão e violência sofrida pelas mulheres e pela Natureza, assim se expressa, Soave Buscemi:

O ecofeminismo quer colocar em evidência todos os vínculos da opressão e da violência, desde a opressão dentro da família, entre homens e mulheres, até a destruição do Planeta. [...] O ecofeminismo propõe uma nova cultura de relações recriadas que superem as relações dualistas, antropocêntricas e androcêntricas por relações de interdependência e mutualidade. Estas relações irão superar a cultura violenta da conquista por uma cultura não-violenta da integralidade (BUSCEMI *apud* MORAIS, 2008, p. 23).

Ecofeminismo é definido como a capacidade das mulheres, como impulsionadoras de uma revolução ecológica, ocasionar e desenvolver uma nova estrutura relacional de gênero entre os sexos, bem como entre a humanidade e o meio ambiente. Considera que a crise ecológica atual envolve um colapso nas relações do ser humano com a Natureza, dos seres humanos entre si e com seu Criador. Este movimento defende que para superar a atual crise ecológica é necessária a reinterpretação da Bíblia, a revisão da Teologia; é preciso haver novas propostas de espiritualidade e de compromisso da humanidade com uma vivência real de valores que promovam o bem comum.

#### **1.3.4 Ecologia Mental**

A Ecologia Mental ou Profunda afirma que as causas dos problemas ambientais da Terra se encontram no tipo de mentalidade que vigora na sociedade atual, cujas raízes alcançam épocas anteriores à nossa história moderna.

Devido à cultura antropocêntrica, nossa mente procura reafirmar nossa independência da Natureza, nos impulsionando a querer dominá-la explorá-la, quebrando a lei natural de cooperação e interdependência nas relações entre os seres vivos e destes com o ambiente. O ser humano esquece que faz parte da mesma teia da vida, onde todos os seres são importantes.

Por sua vez, cabe à Ecologia Mental se contrapor ao modelo de produção e consumo atual, que está baseado nos ideais do capitalismo, da propaganda de desenvolvimento linear e contínuo, considerando que esse modelo é insustentável e exclui a maior parte da população mundial do benefício deste desenvolvimento. Por isso, torna-se necessário compreender o passado, redimensioná-lo no presente em busca de um futuro promissor que propicie ao ser humano ter uma mente ecológica que produz uma cultura ecológica.

Nesse sentido, essa Ecologia trata da formação das pessoas, suas visões de mundo, seus preceitos, princípios e valores. É necessário trabalhar com as transformações das mentes e dos corações, na quebra de preconceitos, de hábitos inadequados e da indiferença em relação aos seres vivos e ao ambiente.

Segundo Rosemary Ruether,

Os expoentes da ecologia profunda têm insistido que não basta analisar essa devastação da terra em termos de uso social e tecnológico humano. Temos de examinar os padrões simbólicos, psicológicos e culturais pelos quais os seres humanos se distanciaram da natureza, negaram sua realidade de seres que fazem parte da natureza e pretenderam dominá-la a partir de fora. A cura ecológica requer uma conversão psicocultural/espiritual dessa postura antropocêntrica de separação e dominação. Temos de recuperar a experiência de comunhão na natureza e reconstruir uma nova cultura baseada na afirmação de que somos uma única comunidade de vida interligada (RUETHER, 1996, p. 129).

Considera-se que os obstáculos são enormes para as mudanças de comportamento; é preciso uma verdadeira renovação da mente, através de uma Educação Ambiental que promova a reflexão, o altruísmo, a empatia com os mais pobres, que são os primeiros a sofrerem as consequências do desequilíbrio ambiental. É preciso compreender que o ser humano não é centro de todas as coisas, mas que faz parte da criação e tem a responsabilidade de cuidar e de participar da conservação da Natureza. Precisa mudar sua condição de agressor a de cuidador da Natureza, entendendo que a Terra tem recursos limitados.

De acordo com Fritjof Capra (2006, p. 25), “a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência de todos os fenômenos e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da Natureza”, estando dependente desses processos. Como nas demais abordagens sistêmicas, a Ecologia Mental ou Profunda não separa o ser humano do ambiente, reconhecendo a importância de todos os seres vivos; considera os seres humanos como um dos filamentos da teia da vida, inseridos nos processos cíclicos da Natureza onde todos são codependentes.

A Ecologia Mental está relacionada com a questão da alfabetização ecológica, na qual, segundo Naia Oliveira:

A metodologia da alfabetização ecológica guarda os princípios ecológicos que precisamos compreender e com os quais precisamos viver em conformidade para garantir a vida das gerações futuras de todos os seres vivos. Trata-se de aprender lições que as comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de micro-organismos nos oferecem e aplicá-las no cotidiano das comunidades humanas (OLIVEIRA, 2005, p. 105).

Assim, a alfabetização ecológica corresponde à capacidade de compreender os princípios básicos da Ecologia, da organização que os ecossistemas desenvolveram para manter a teia da vida. A partir desta compreensão, é necessário viver de acordo com esses princípios, para que se possa contribuir para a vida na Terra, desta e das gerações futuras de todos os seres vivos.

### **1.3.5 Ecologia Integral**

De acordo com a Ecologia Integral, todos os seres vivos habitam uma mesma Casa, formando uma rede de interdependência com todos os componentes. Essa compreensão de Ecologia é marcada pelo holismo, cuja equivalência etimológica com a totalidade proporciona afirmar que a Ecologia refere-se ao esforço de entender o todo nas partes e as partes no todo. Trata-se de uma síntese que ordena, organiza, regula e finaliza as partes num todo, e cada todo com outro ainda maior.

Assim, a Ecologia Integral traz uma percepção holística da Natureza; não separa seres humanos do meio ambiente, reconhece a importância de todos os seres vivos; compreende a Natureza e seus componentes como uma rede ou teia da vida, na qual os fenômenos estão inter-relacionados e interdependentes.

Sobre esse sistema holístico de relações, abordado pela Ecologia Integral, Leonardo Boff afirma que:

Ecologia é a relação, interação e dialogação de todas as coisas existentes entre si e com tudo o que existe, real ou potencial [...] Tudo que existe e preexiste subsiste através de uma teia infinita de relações omnicompreensivas. Nada existe fora da relação. Tudo se relaciona com tudo em todos os pontos (BOFF, 2008, p. 21).

De acordo com Leonardo Boff (2008, p. 22), a “questão ecológica remete a um novo nível de consciência mundial: a importância da Terra como um todo, o bem comum como bem das pessoas, das sociedades e do conjunto dos seres da Natureza, o risco apocalíptico que pesa sobre todo criado”. Nessa perspectiva, compreender a grandeza da criação e a humanidade como componente desta criação faz parte da Ecologia Integral. No despertar dessa consciência, surge o sentimento de reverência e respeito pela grandiosidade da criação. E o que é mais importante: o desejo do cuidado, que é peculiar àquele que se entende parte do todo.



De acordo com Leonardo Boff, na questão da justiça, da igualdade, da vida se descobre uma nova dimensão do pobre – a Terra e todos os demais seres –

A centralidade não está mais no pobre – socioeconômico, político, cultural, étnico, feminino – [...] mas no grande pobre que é a Terra [...]. Na opção original pelos pobres deve entrar, primeiramente, o grande pobre que é a Terra e a humanidade, base que, garantida, possibilita então colocar a questão do futuro dos pobres e condenados da Terra (BOFF, 2003, p. 44).

Portanto, a Ecologia é um saber marcado pela excelência das relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo, com tudo, em todos os pontos e em todos os momentos. Nesta linha de compreensão, Ecologia não pode ser definida em si mesma, fora de suas implicações com outros saberes. Ela não é um saber de objetos de conhecimento, mas de relações entre os objetos de conhecimento. Ela é um saber de vários saberes relacionados entre si.

A Encíclica “*Laudato Si'*, Sobre o cuidado da Casa comum”, chama a atenção para se “investir na formação para uma Ecologia Integral, segundo a qual o ambiente é compreendido como um dom de Deus, uma herança comum que se deve administrar e não destruir” (FRANCISCO, 2015, p. 107).

A respeito da integralidade do conhecimento ecológico e citando Guattari, assim se expressa Leônidas Machado:

Para Guattari, não existe a mínima condição de mudança da mentalidade global, no que diz respeito à consciência ecológica, sem o caráter holístico, o senso de integralidade. Isto é, não abordando apenas o aspecto ambiental da crise ecológica. Pois, dentro desta perspectiva, a crise ambiental é uma consequência de uma crise maior, a das relações (MACHADO, 2010, p. 86).

Fritjof Capra (2006, p. 23) afirma que “quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente”. São problemas sistêmicos, o que significa dizer que eles estão interligados e são interdependentes. Esta percepção holística da realidade é ainda mais adequada quando se trata das questões ambientais, pois muitos fatores e fenômenos físicos, biológicos, sociais e culturais estão envolvidos em uma verdadeira teia de relações e de vida.

Diante de tamanho desafio ambiental, no próximo capítulo aborda-se-á a Ecologia nas expressões religiosas da humanidade. Inicialmente, a Ecologia nas Religiões dos povos primevos; na sequência, a Ecologia na Religião judaica e nas Religiões cristãs; em seguida, será estudada a Ecologia nos Novos Movimentos Religiosos no Brasil representado pela Seicho-No-Iê, o Movimento Nova Era representando as religiões orientais e o Ecofeminismo, que foi visto de forma preliminar neste primeiro capítulo.

## 2 ECOLOGIA NAS EXPRESSÕES RELIGIOSAS DA HUMANIDADE

Neste capítulo, aborda-se a relação entre Ecologia e Religiões nos textos acadêmicos e/ou sagrados das principais expressões religiosas da humanidade que atuam no Brasil. Com esse estudo, espera-se contribuir para a compreensão e as discussões sobre a importância dos cuidados ambientais desenvolvidos pelos participantes das diferentes expressões religiosas, considerando que elas surgiram a partir das interações entre diferentes culturas dos povos primevos; não só as Religiões de tradições orais, as quais apresentam inúmeras versões míticas para a origem do Cosmos e da criação, mas também, as Religiões de tradições escritas que, antes da escrita, também viviam com suas versões míticas sobre a origem do Cosmos e da criação.

Alguns ambientalistas se servem de diferentes tradições religiosas para fazer um processo de evolução espiritual, que inclui a integração das pulsões, o autoconhecimento, o equilíbrio energético e a prática da meditação. Tomam-se elementos de tradições religiosas diversas, como as Religiões de matriz africana ou ameríndias, o hinduísmo e o budismo, o esoterismo moderno e até mesmo o cristianismo (MURAD, 2008, p. 234).

Na continuidade, trabalhou-se a abordagem ecológica nas Religiões dos povos primevos, com um estudo das relações com a Natureza vivenciadas nas Religiões da antiga Mesopotâmia, Religiões de matriz africana e nas Religiões ameríndias.

### 2.1 ECOLOGIA NAS RELIGIÕES DOS POVOS PRIMEVOS

As Religiões dos povos primevos (adjetivo relativo a “primeiros tempos”) vivenciam a integração do ser humano com a Terra, valorizando todos os elementos da Natureza (ar, água, terra, fogo, rochas, plantas, dentro outros), através de seus ritos religiosos de reverência e respeito a esses elementos e cultos às entidades da Natureza.

Os povos primevos estão integrados ao ambiente natural em que vivem, retirando dele os recursos para sua subsistência e seguindo os ritmos da Natureza como meio de assegurar a sua sobrevivência. Porém, estão mais susceptíveis às consequências das mudanças climáticas provocadas pela exploração antrópica, do modelo capitalista e consumista da sociedade moderna.

Nas sociedades tradicionais, o ser humano é considerado parte integrante da Natureza, envolvido de sacralidade e de simbologia. O ser humano religioso considera que a

Natureza não é apenas “natural”, está carregada de um valor religioso, estando o mundo impregnado de sacralidade. Assim, Micea Eliade, considera que:

É preciso não esquecer que, para o ser humano religioso, o “sobrenatural” está indissoluvelmente ligado ao “natural”; que a natureza sempre exprime algo que transcende. Como já dissemos, uma pedra sagrada é venerada porque é sagrada e não porque é pedra, é a sacralidade manifestada pelo modo de ser da pedra que revela sua verdadeira essência (ELIADE, 1992, p. 59).

Objetivando a valorização e o reconhecimentos dos povos primevos como defensores e cuidadores da Natureza, apresenta-se, a seguir, como a humanidade se relacionava com os demais seres vivos na cultura mesopotâmica, a partir do mito do dilúvio e como as Religiões de matriz africana e ameríndia se relacionam com a Natureza no contexto atual, o que certamente servirá de exemplo e reflexão para que possamos nos conscientizar da necessidade do cuidado com nossa Casa comum. “Além da consciência de ligação profunda com o cosmos, os povos primevos compreendem que nenhum elemento da Natureza é aquilo que aparenta ser, mas simplesmente a pálida sombra de uma Realidade Maior” (CORREIA JÚNIOR, 2010, p. 26).

### **2.1.1 Ecologia nas Religiões da Antiga Mesopotâmia**

Neste tópico, inicialmente, fez-se uma breve abordagem conceitual sobre mito, que servirá de subsídios para este e os demais tópicos do segundo capítulo desta dissertação. Na sequência, apresenta-se um breve estudo sobre os mitos cosmogônicos mesopotâmicos a partir do poema mitológico babilônico Enûma Elish. Concluindo este tópico, será abordado o mito do dilúvio mesopotâmico relatado na Epopeia de Gilgamesh.

Pretende-se, com estes relatos mitológicos, contribuir para a argumentação do estudos deste capítulo, sobretudo a hermenêutica ecológica dos relatos da criação, que são considerados contramitos babilônicos, além de trazer uma reflexão a respeito da percepção do povo mesopotâmico sobre a importância da preservação de todas as espécies de seres vivos para a sobrevivência da humanidade.

### 2.1.1.1 O Conceito de Mito

Identifica-se que o tema mito perpassa por quase todas as Religiões e Movimentos Religiosos, desde as Religiões da antiga Mesopotâmia, as de matriz africana e ameríndias, até as Religiões judaico-cristãs e os Novos Movimentos Religiosos. Assim, apresenta-se o conceito de mito, considerando sua compreensão mais recente, a partir das contribuições, principalmente, do filósofo e historiador Mircea Eliade e do biblista, hermeneuta José Croatto. De acordo com esses e outros pesquisadores, através do mito é possível entender e interpretar melhor uma determinada sociedade.

Mito é uma narrativa, em linguagem simples, para justificar uma verdade. Sua importância tem ligações com o seu aspecto pedagógico; está ligado ao primeiro conhecimento que o homem adquire de si mesmo e de seu contorno. Os mitos ensinam o conhecimento repetindo os gestos criadores dos Entes Sobrenaturais, tornando-se a estrutura desse conhecimento, que dá sentido e direciona a vida das pessoas.

Mircea Eliade considera o mito como este era compreendido pelas sociedades primevas, “uma história verdadeira, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo”. O referido autor definiu mito como aquele que conta ao ser humano:

[...] as "histórias" primordiais que o constituíram existencialmente, e tudo o que se relaciona com a sua existência e com o seu próprio modo de existir no Cosmo o afeta diretamente. [...] Constituem uma história sagrada, porque os personagens do drama não são humanos, mas Entes Sobrenaturais. Narram não apenas a origem do Cosmos, dos animais, das plantas e do homem, mas também de todos os acontecimentos primordiais em consequência dos quais o homem se converteu no que é hoje — um ser mortal, sexuado, organizado em sociedade (ELIADE, 1972, p. 11).

Richter Reimer e Keila Matos (2009), citadas por Lima, concordam com a importância dos mitos para comunicarem uma verdade lógica e como o ser humano pode se compreender dentro dele:

Além de dizer como tudo chegou a ser, os mitos têm também a função de dar sentido à realidade ou ressignificá-la. Recontar as narrativas sobre as origens é buscar integrar-se na sua dinâmica, atualizando o acontecimento sagrado primordial: é ‘viver’ o mito, experienciando, hoje, as energias que jorram no tempo primordial. É assim que os mitos continuam ajudando as pessoas que neles creem a organizar e estruturar sua existência: dizendo como algo veio a ser, ajudando a vencer o medo e dando segurança diante de situações assustadoras (porque “Deus tudo criou”) e contribuindo para a construção de valores e comportamentos (RICHTER REIMER; MATOS, 2009, p. 8).

Então, mito é uma espécie de “literatura sagrada” que, transmitida oralmente, permite ao ser humano compreender o mundo, tornando-o significativo. Os mitos são

narrativas construídas, que fazem parte da linguagem da alma, da interioridade das pessoas (LIMA, 2014, p. 42). Sobre a eficácia do mito em promover significado e sentido à realidade vivida pelas pessoas, assim se expressa Croatto:

O mito possui uma força tal que leva à ação. Às vezes, surge da necessidade de dar sentidos a determinadas práticas que estão vigentes e que são vistas como relevantes, de modo que o mito instaura realidades significativas, mas reforça ao mesmo tempo as práticas que elas podem implicar (CROATTO, 2001a, p. 290).

Portanto, as narrativas míticas são fundamentais, pois medem experiências para a vida humana, ajudando a construir e reconstruir seus significados. Permite, ainda, que as pessoas sistematizem e ordenem a realidade, no momento em que o mito é transmitido oralmente, envolvendo tanto o narrador como os ouvintes que vivem num tempo e num espaço da reintegração dos acontecimentos da história.

#### 2.1.1.2 Mitos Cosmogônicos Babilônicos

Os mitos cosmogônicos babilônicos relatam a origem do Cosmos e projetam a ordem social pretendida. Segundo esses, os humanos foram criados para executar tarefas que os deuses não mais queriam fazer. Neste contexto, o ser humano é criado para servi-los, devendo trabalhar e sempre trazer ofertas a eles. Na cultura babilônica, somente os governantes (imperadores, reis, etc.) tinham o direito de serem considerados como a imagem e semelhança dos deuses. O rei era adorado como uma divindade, passando a ideia de que é correto que os seres humanos sirvam ao rei e sejam seus escravos.

Nas cosmogonias na Mesopotâmia, Egito e Canaã, a criação tem a ver com alguma luta originária que deu origem a um Cosmos existente. Ou, então, há uma luta de alguma divindade com forças adversas do mundo natural. Assim, “na cultura mesopotâmica, a criação é resultado da luta dos deuses contra o caos ou luta sangrenta entre os eles pela hierarquia no panteão” (REIMER, 2009, p. 304).

Então, aborda-se, de forma sintética, um dos mitos mais conhecidos da cultura mesopotâmica que é a narrativa do poema-mito *Enûma Elish*, considerado um mito épico da criação, pois conta como o mundo se organizou quando saiu do caos primitivo. Esse mito deve ser datado à época da Babilônia antiga (XVIII a XVI a.C.), contexto escrito em tabuinhas, no qual é relatada a descrição do caos, o nascimento dos deuses e a luta entre eles,

a criação do Cosmos, a criação do homem e a fundação da Babilônia, concluindo com os nomes de Marduc (CROATTO, 2001b, p. 422-423).

Ao tratar da cosmogonia do deus babilônico Marduc, o *Enûma Elisha* firma que a partir da batalha entre Marduc e o monstro aquático Tiamat, forma-se o Cosmos como um espaço ordenado e os seres terrestres. Segundo o relato, as partes cortadas de Tiamat deram origem a distintos âmbitos de vida: de suas carnes veio a surgir a terra; de seu sangue, as águas. O deus vencedor e ordenador, Marduc, acaba se tornando o maioral no panteão, passando a ser o deus supremo no mundo religioso babilônico (REIMER, 2009, p. 304).

### 2.1.1.3 Mito Babilônico do Dilúvio

O Dilúvio provocou a destruição da vida, indo de encontro à preservação e cuidado com a vida, que são objetivos desta pesquisa. Porém, avalia-se que este mito, por ter uma analogia com o dilúvio bíblico, com suas propostas de salvar as “sementes” de cada espécie, traz algumas reflexões ecológicas.

Portanto, analisa o relato babilônico do dilúvio, que faz parte da Epopeia de Gilgamesh, uma das mais antigas obras literárias conhecidas, cuja compilação, crê-se, data do século VII a.C. Esse poema mítico conta a história do rei babilônico Gilgamesh e, além do relato do dilúvio, faz constar suas narrativas de combates, expedições contra monstros, conquistas, dentre outras aventuras (AYMARD; AUBOYER, 1998, p. 248-249).

No relato do dilúvio mesopotâmico, os deuses se reuniam para tomar decisões, em torno das quais nem sempre havia consenso. Nesse relato, a deusa Ishtar sugeriu que a humanidade fosse destruída pelas águas, devido aos pecados cometidos, sendo a proposta aceita e implementada pelo deus Bel.

Porém, o grupo de seres humanos foi salvo por uma decisão divergente de Ea, deus da profundidade, que concedeu dom a Utnapishtim para que, através de sonho, adivinhasse o que Bel e os demais Deuses fariam; e também recebesse orientação de como deveria construir um navio, como forma de preservar sua vida e as “sementes” de toda a criatura. Utnapishtim fez a seguinte relato sobre a ajuda que recebeu:

Ea me avisou num sonho. Ele denunciou a intenção dos Deuses sussurrando para minha casa de junco: [...] Abandona tuas posses e busca tua vida preservar; despreza os bens materiais e busca tua alma salvar. Põe abaixo tua casa, eu te digo, e constrói um navio. Eis as medidas da embarcação [...]; leva então para o navio a semente de todas as criaturas vivas. [...] Eu carreguei o interior do navio com tudo o que eu tinha de ouro e de coisas

vivas: minha família, meus parentes, os animais do campo, os domesticados e os selvagens (EPOPEIA DE GILGAMESH, 1967, p. 23).

Assim, pode-se perceber que nas narrativas bíblica e mesopotâmica do dilúvio, o plano de algum Deus, ou Deuses, de preservar a vida terrestre é revelado a um patriarca cuja vida e família devem ser poupadas. Esse homem é responsabilizado por acolher, em seu navio, as espécies que não sobreviveriam ao dilúvio. É importante destacar uma parte do relato, onde constam o início do dilúvio, o arrependimento, e lamento dos Deuses diante da destruição da humanidade:

Quando começou a brilhar a luz da manhã, chegou ao horizonte uma nuvem negra como um corvo. [...] O temporal grassou devastadoramente, acumulando fúria à medida que avançava e desabando torrencialmente sobre as pessoas como os fluxos e refluxos de uma batalha; um homem não reconhecia mais o próprio irmão, nem podiam os povos serem vistos do céu. [...] Ishtar gritava como uma mulher com as dores de um parto difícil; a grande Deusa berrava assim, com sua bela voz: "O lindo país dos primeiros tempos transformou-se em lama, porque, na assembleia dos Deuses, dei um mau conselho! Como foi possível que eu sugerisse uma coisa tão má, no conselho dos Deuses? Como pude pensar em destruir toda a minha gente? Agora, as ondas os transportam como no furor de uma batalha. Acaso, quis eu que os seres humanos procriassem e nascessem só para encher de tal forma as águas, como se fossem habitantes do mar"? E todos os Deuses choravam com ela e se sentavam, derramando lágrimas de dor. Tinham os lábios fechados pelo tormento de sua pena" (EPOPEIA DE GILGAMESH, 1967, p. 23 e 24).

Após cessar o dilúvio Utnapishtim faz a seguinte narrativa:

"Por seis dias e seis noites os ventos sopraram; enxurradas, inundações e torrentes assolaram o mundo. Ao sétimo dia, o dilúvio cessou; e houve um silêncio como depois de uma batalha. O mar se acalmou e a tempestade, de repente, passou. Olhei a atmosfera que se havia acalmado. Toda a humanidade estava transformada em lama (EPOPEIA DE GILGAMESH, 1967, p. 24).

Dessa forma, o dilúvio mesopotâmico aparece como um ato arbitrário e irrefletido dos Deuses. Devido sua ação, o Deus soberano Bel foi censurado pela deusa Ishtar e pelo deus Ea, que avaliou o castigo desproporcional diante do pecado cometido. Diante da catastrófica inundação que eles próprios decretaram, os deuses enchem-se de terror e fogem aflitos e abalados e protestam humilhados, chorosos.

Após o dilúvio, Utnapishtim desce do navio, mata um cordeiro e oferece em sacrifício aos deuses, fazendo com que eles se reunissem e ocorresse uma reavaliação do dilúvio:

Quando chegou a rainha dos Deuses, disse: "[...] Bel fez surgir este dilúvio, sem refletir, e levou à extrema infelicidade os seres humanos, meus filhos".

O grande Bel chegou e quando viu o navio, enfureceu-se e se atirou contra os outros Deuses: "Quem é este ser vivo que fugiu ao seu destino? Nenhum deveria ter sobrevivido ao meu julgamento". Ea disse ao poderoso Bel: "Tu, Deus poderoso e soberano, como pudeste fazer cair este dilúvio, sem refletir? É justo que os culpados sejam punidos! É justo que o pecador expie o seu pecado, mas cuida que todos os seres humanos não sejam aniquilados; pune os maus, mas não extermines todos os seres humanos! Em vez de provocar um dilúvio, deverias mandar qualquer outro monstro e diminuir o número dos seres humanos. Em vez do dilúvio deverias ter mandado uma fome para castigar o país" (EPOPEIA DE GILGAMESH, 1967, p. 24 e 25).

Outra parte interessante do mito trata-se do texto com a sugestão do deus Ea, segundo a qual ao invés do dilúvio deveria enviar uma fome que diminuiria o número de seres humanos. O equilíbrio populacional de qualquer espécie depende do equilíbrio da disponibilidade de alimentos. Com os humanos não é diferente. Várias epidemias e pandemias, como a peste negra na Europa, devastaram várias nações ao longo da história, fazendo com que sua população diminuísse. A fome decorrente das mudanças climáticas tem atingido muitas nações. Pode-se considerar que a preocupação com o crescimento populacional dos seres humanos sempre esteve presente na história da humanidade.

Após o sacrifício, Utnapishtim, faz o seguinte relato:

Ea subiu ao navio, tomou-me pela mão, conduziu a mim e a minha mulher pela mão a terra, fez que minha mulher se ajoelhasse ao meu lado, colocou-se atrás de nós e pondo sobre nós dois a sua mão, nos abençoou: — Outrora, Utnapishtim era um homem mortal; de hoje em diante ele e sua mulher serão semelhantes a nós e Utnapishtim habitará ao longe, perto do mar, em que desembocam os rios. Assim, pois, me afastaram os Deuses e me fizeram habitar junto da embocadura dos rios (EPOPEIA DE GILGAMESH, 1967, p. 25).

É impressionante a coincidência dos locais designados pelos deuses para a habitação do homem sobrevivente do dilúvio e agora do imortal Utnapishtim, os ecossistemas estuarinos e manguezais (desembocadura dos rios), considerados, hoje, pelos ecologistas e pesquisadores, como ambientes cheios de vida, de águas tranquilas, o berçário da maioria das espécies marinhas, onde os filhotes se desenvolvem protegidos da predação dos animais adultos.

Sobre a importância dos relatos diluvianos como forma de sensibilização e de promoção da conscientização ambiental, Mauro Silva faz as seguintes assertivas:

Os relatos diluvianos não seriam uma forma primitiva de se assinalar a sacralidade da vida? Atribuindo ao divino a preservação das espécies, e também a ele a bênção e a fertilidade dos humanos sobreviventes, os povos primitivos indicavam sua percepção do mistério da existência do e no



mundo, e que, por ser valioso, indescritível, sagrado, reputar-se-ia inviolável (SILVA, 2013, p. 141).

Considera-se que os relatos mesopotâmico e bíblico do dilúvio permitem a sensibilização para o cuidado ambiental, uma vez que o divino se revela através da Natureza e a permanência da vida na Terra depende do equilíbrio ambiental. Ante o mistério da vida, é necessário ter uma atitude de conservação, de cuidado com toda criação, “E se essa atitude é fruto de alguma experiencição do sagrado na Natureza, então, a verdadeira religiosidade deverá considerar a preservação como parte de seus sacramentos” (SILVA, 2013, p. 143).

A partir do dilúvio, pode-se perceber que as sociedades primevas possuíam, e ainda mantêm, o sentimento de que os seres humanos e os demais seres vivos pertenciam à Natureza e ao Cosmos, diferente da sociedade dicotômica atual, que não se identifica como Natureza. Porém, os povos indígenas e outros originais mantêm essa ligação intrínseca com a Natureza, estabelecendo comunhão com os seres vivos e os componentes abióticos.

Dando continuidade ao estudo das questões ambientais nas Religiões dos povos primevos, aborda-se a seguir, como a Ecologia é vivenciada nas Religiões de matriz africana e nas Religiões ameríndias, pois também é considerada importante para melhor compreensão dos relatos bíblicos da criação, e, sobretudo, das reflexões e tomadas de posição, diante da necessidade de mudanças das nossas práticas cotidianas em defesa do equilíbrio ambiental.

### **2.1.2 Ecologia nas Religiões de Matriz Africana**

Nas Religiões de matriz africana, ocorre conexão entre adepto, divindade e Natureza, mantendo vínculo com o Cosmos sagrado e seus elementos naturais e sobrenaturais. Seus diferentes ritos religiosos são constituídos por culto aos orixás, Voduns e outras entidades e, por reverência, louvor e respeito à Natureza e a seus fenômenos e elementos (terra, água, ar, fogo e ar), respeito às plantas, às florestas, aos rios, aos alimentos, entre outros, estando todos carregados de significados religiosos, de vibrações e poderes especiais.

Os orixás, representando divindades protetoras relacionadas aos elementos da natureza, possuem histórias exóticas em que são narrados fatos da sua origem e da sua atuação no mundo, entre si e junto às pessoas, configurando-se, portanto, como figuras mitológicas que realizam feitos diversos, simbolizando criação, proteção, cuidado, poder, castigo e diversas atitudes, valores e sentimentos perante os seres humanos (FREITAS E SILVA, 2012, p. 138).

A integração entre Religião e Natureza torna-se visível nos detalhes dos rituais dos cultos africanos. No Cosmos sagrado, cada orixá ou divindade governa um elemento da Natureza, estando encarregado de cuidar e resolver questões dos seres humanos a fim de que estejam em equilíbrio e harmonia.

Na África, os orixás são Deuses de clãs; são considerados como antepassados que outrora viveram na terra e que foram divinizados depois da morte. Mas ao mesmo tempo constituem forças da natureza, fazem chover, reinam sobre a água doce, ou representam uma atividade sociológica bem determinada, a caça, a metalurgia; não são pois, adorados apenas pelos descendentes membros do clã, mais ainda por todos que necessitam do seu apoio (BASTIDE, 2001, p. 153).

Assim, o culto aos orixás atribui vida espiritual aos elementos e manifestações naturais; associa os elementos e manifestações às habilidades e ofícios necessários à vida, fazendo com que sejam produzidos os recursos necessários à sobrevivência e ao bem estar da tribo. A utilização dos recursos da Natureza é acompanhada do sentimento de preservação desses elementos.

De acordo com Manoel Chagas (2014), as Religiões de matriz africana exercem um importante papel para equilibrar a cisão entre ser humano e Natureza; afirma ainda que, sem essas Religiões,

seria mais difícil equilibrar o mundo no caos estabelecido por meio de uma classificação hierárquica, que mantém a humanidade distante do verdadeiro significado que contempla o sentido de unidade em oposição ao antropocentrismo, no qual, carrega em si o germe da dissolução e dominação; do espírito de superioridade e controle da natureza (CHAGAS, 2014, p. 91).

Assim, considera-se que, se toda população mundial, sobretudo as africanas e asiáticas, tivessem o mesmo padrão de consumo dos estadunidenses, seriam necessárias cinco Terras para que o equilíbrio ambiental fosse estabelecido. Portanto, respeitar as Religiões afro-brasileiras é uma forma de preservar o nosso Planeta, pois as Religiões da Natureza (as xamânicas, as de origem indígena e africana, com seus cultos e suas manifestações naturais) vivem mais integradas à Natureza, sem a prática de desperdícios e consumismo. Elas são exemplos de cuidados com os demais seres vivos e podem contribuir para a Educação Ambiental desta e das futuras gerações, através do seu exemplo de vida integrada com toda a criação.

Nas Religiões de matriz africana as pessoas se reconhecem como parte integrante da Natureza, onde o divino é imanente, inserido no mundo físico e não apenas num plano distante. Assim, para esses povos, a Biosfera e cada ecossistema não são “apenas uma reserva natural, mas, sobretudo, um paraíso ecológico permeado pela presença viva do divino, de algo

sobrenatural, no qual os mortais têm a dádiva de habitar e do qual podem saborear” (CORREIA JÚNIOR, 2010, p. 27).

Portanto, os afro-religiosos estão mais integrados, uma relação de respeito à Natureza e sua diversidade. Essa concepção reflete a importância da Natureza para as suas práticas religiosas, sinalizadas pela necessidade que essas Religiões têm da Natureza como parte essencial de seu cosmos, que produz um sentimento de respeito, de harmonia, de louvor, reverência e reciprocidade (CHAGAS, 2014, p. 96).

Dessa forma, considerando a integração, o respeito e a reverência à Natureza nas liturgias das Religiões de matriz africana, é fundamental para o cuidado com a Criação. Portanto, são injustificáveis e incoerentes as críticas feitas por grupos fundamentalistas religiosos às Religiões de matriz africana, acusando-as de crueldade aos animais nos rituais.

Em mais um exemplo de cultura religiosa que respeita o meio ambiente e cuida dele, fez-se um breve estudo sobre as práticas religiosas dos povos indígenas, sem especificar etnias, por considerar que em sua totalidade, possuem práticas comuns, estando intrinsecamente ligados à Terra, ao seu espaço de coexistência.

### **2.1.3 Ecologia nas Religiões Ameríndias**

Na cultura religiosa dos povos ameríndios, há uma forte integração com a Natureza; identificam-se com a Terra e a veneram como fonte de vida. Têm como principal característica a busca da capacidade de equilíbrio do ser humano, a partir de sua harmonia com a mãe Terra. Fazem “amplo uso da fauna à flora. Utilizam as plantas sagradas dentro de um contexto ritualístico ou em busca de cura para males físicos” (FREITAS E SILVA, 2012, p. 108).

Para os ameríndios, o sentido produtivo está intimamente ligado à preservação das características ambientais, sem necessidade de desmatamento, de poluição e de outras alterações da paisagem, típica da produtividade ocidental. Os povos ameríndios veem seus territórios se tornando cada vez mais ameaçados pela ocupação e pelo avanço de grandes projetos capitalistas, provocando a destruição da flora e da fauna, causando grandes impactos sobre essas comunidades.

De acordo com Orestes Mega (2016, p. 51), as paisagens e os espaços de importância mítico-religiosa para os ameríndios estão relacionados às narrativas míticas, uma vez que

estes povos reconhecem em seu território tradicional as marcas deixadas por suas divindades, por seus heróis míticos e por seus ancestrais. De acordo com esse autor,

de forma geral, as sociedades nacionais dos países americanos têm uma grande dificuldade de entender a importância das relações entre humanos nativos, as faunas e as floras das paisagens míticas, e as entidades que, de acordo com as cosmologias nativas, constituem elementos essenciais para a manutenção não apenas de suas culturas, mas também das condições ambientais propícias para a preservação das faunas e floras nativas (MEGA, 2016, p. 103).

Para os ameríndios, as paisagens são habitadas não apenas pelos componentes visíveis, mas também por entes sobrenaturais. A destruição das florestas nativas representa a perda desses ambientes e das entidades que neles vivem, constituindo, assim, uma espécie de etnocídio, por meio do qual toda uma cultura rica em elementos materiais e imateriais é ameaçada. Portanto, considera-se que a preservação da fauna e da flora constitui condição essencial para a continuidade destas populações. Por outro lado, a poluição, o desmatamento, as disputas de terra e a falta de cuidado com a Natureza constituem séria ameaça para a fauna, a flora e os povos ameríndios.

## 2.2 ECOLOGIA NA RELIGIÃO JUDAICA E NA RELIGIÃO CRISTÃ

Nesse segundo tópico, serão analisadas as relações que a Religião judaica e as Religiões cristãs estabelecem com a Natureza. Nosso propósito é fazer um estudo de textos bíblicos e/ou acadêmicos que tratem de cuidados ambientais nessas Religiões, sobretudo os textos das narrativas da criação, como forma de contribuir com o debate acadêmico, com novas pesquisas e com reflexões ambientais sobre essas Religiões. Assim, nesse espaço, privilegia-se a Teologia bíblica da criação, levando em consideração que atende o nosso propósito, tendo em vista o grande quantitativo de produções acadêmicas sobre essa Teologia.

Assim, inicia-se pela Ecoteologia judaica da criação e, na sequência, aborda a Ecoteologia cristã da criação. Considerando que o termo Ecoteologia não se restringe à Teologia da Criação nem aos demais temas estudados neste tópico, mas trata-se de um diálogo interdisciplinar entre Ecologia e Teologia que transcende a esta pesquisa.

## 2.2.1 Ecoteologia Judaica

Com o propósito de promover a compreensão sobre a ética ambiental dos textos ecocêntricos do Antigo Testamento e da necessidade de reinterpretação dos textos bíblicos em perspectivas ecológicas, analisa-se a seguir, a Ecoteologia judaica da criação; as duas narrativas bíblicas da criação; a hermenêutica ecológica da criação e conclui esse subtópico discutindo sobre o tempo de descanso e a festa da criação, abordando também os cuidados ambientais a partir da Bíblia.

### 2.2.1.1 Ecoteologia Judaica da Criação

Algumas correntes teológicas afirmam que toda a Bíblia é produto de inspiração divina verbal e direta, ou seja, toda a Bíblia seria fruto da revelação de Deus aos seres humanos e, assim, a revelação original não teria erros ou falhas. A Teologia e a Ciência bíblica, durante muito tempo, não admitiam que os textos bíblicos pudessem ter sido influenciados pelas culturas egípcias, babilônicas ou mesmo dos seus vizinhos. Já há algum tempo, os biblistas notaram que as descrições bíblicas da criação têm numerosas semelhanças com outros mitos de criação nas culturas mesopotâmica, egípcia e canaanita, compreendendo assim, as inter-relações das culturas antigas, bem como as heranças culturais dentro da própria Bíblia (MORAIS, 2008, p. 43; REIMER, 2009, p. 304).

De acordo com Eveline Morais (2008, p. 41), os 11 primeiros capítulos de Gênesis correspondem a textos de narrativas míticas de fé de Israel, nos quais é transmitida a mensagem sobre a origem do Cosmos, respondendo às indagações dos seres humanos, segundo valores básicos na comunidade que aceita e vive estes textos. Por serem simbólicos, os textos iniciais de Gênesis não competem com as ciências naturais como a arqueologia e a biologia, pois, têm outra finalidade específica. A mensagem narrativa afirma que o mundo é uma criação do Deus a partir de cujas ordenanças tudo é criado, organizado e a vida alcança o seu verdadeiro sentido.

Segundo Clodovis Boff, o livro de Gênesis apresenta uma imagem bem articulada do ser humano:

Pelo relato mais antigo da criação (cf. Gn 2, 4b - 3, 24), o ser humano tem origem terráquea. Aí ele aparece como jardineiro da Criação. Mas pelo relato mais recente (cf. Gn 1, 1 - 2, 4a), ele tem origem divina. Aí ele surge como

imago Dei. Mas em ambos os relatos, o ser humano é visto como superior aos animais e a qualquer outro ser da natureza (BOFF, 2010, p. 351).

A primeira narrativa da criação, Gn 1, 1 - 2, 4a, é um texto formulado a partir de uma relação com outros mitos do entorno cultural dos israelitas, sobretudo das interações com a cultura da Babilônia, onde este povo viveu exilado por cerca de 50 anos, após ser deportado pelo exército babilônico, entre 597 e 586 a.C., principalmente a elite de Judá e Jerusalém, que interessava ao Império (MORAIS, 2008, p. 43).

Considerando que o texto de Gn 1, 1 - 2, 4a é uma narrativa contracultural dos mitos cosmogônicos babilônicos elaborados pelos estudiosos de Israel no período pós exílio babilônico como forma de organização, unidade e fortalecimento da fé dos cativos de Israel.

Assim se expressa Haroldo Reimer sobre a necessidade dessa dialética:

No conflito com a dominância cultural e religiosa dos dominantes babilônicos, Israel formula o sentido de seu próprio existir no cosmos e no contexto da dominação babilônica; com isso expressa a sua própria cosmologia presente. Produz-se algo como um contramito nacionalizado (REIMER, 2006, p. 32-33).

Considerando que a primeira narrativa bíblica da criação é uma reelaboração contrária da narrativa mítica cosmogônica babilônica, na qual o Cosmos é criado a partir de luta entre os deuses, fez-se a seguir, uma análise comparativa entre essas duas narrativas, como forma de facilitar a compreensão da temática aqui estudada e para que se possa refletir sobre a importância da construção de uma proposta contracultural para o povo exilado.

Enquanto os mitos cosmogônicos babilônicos afirmam que o Cosmos foi criado a partir de luta entre os Deuses, fazendo com que o Deus vencedor ordene o caos, e na Religião astrológica babilônica, o Sol e a Lua, são os representantes máximos dos Deuses babilônicos, na cosmogonia do povo de Israel, Deus é o criador dos Céus, da Terra e de toda a Natureza; cria a luz antes do Sol e da Lua, atribui aos astros a função serviçal de separar o dia e a noite e de servirem de sinais para estações, dias e anos.

Nesse sentido, Marcial Maçaneiro afirma que,

o Judaísmo expressou a organicidade do universo a partir da potência criadora da Palavra divina: ao nomear cada criatura, chamando-a à existência, Deus colocou ordem na Criação, separando-a do caos. Por sua Palavra os astros seguem sua órbita; os mares se detêm à borda dos continentes, os peixes, répteis e pássaros ocupam seu hábitat; a terra produz as colheitas; o ser humano vive. A cada aurora, a Palavra eterna de Deus convoca as criaturas e a vida se perpetua (MAÇANEIRO, 2011a, p. 79).

Na cosmogonia judaica, Deus é o soberano da criação, constituída em louvor vivo à glória do Criador. Afirma-se que Deus não se manifesta nas forças e ritmos da natureza, mas

na história e na aliança. Os seres humanos são afirmados como imagem e semelhança do Criador, dando um sentido libertador e igualitário. “A humanidade, criada à imagem e semelhança de Deus, é chamada a assumir a responsabilidade pela criação. A grande semelhança entre Deus e o ser humano consiste exatamente no poder que ambos têm em relação à criação” (CORREIA JÚNIOR, 2010, p. 37).

Considerando que o texto bíblico de Gn 1, 28 é objeto de muitos estudos acadêmicos e de discussões por trazer o mandato divino aos seres humanos de sujeitar e dominar a Natureza, também deve ser entendido como uma reelaboração contracultural. Enquanto no mito babilônico o ser humano fazia parte da criação, estando todos a serviço dos deuses e dos governantes, no relato judaico, o ser humano está acima da criação, devendo sujeitá-la e dominá-la.

Considera-se fundamental na interpretação das narrativas da criação a superação da visão antropocêntrica na qual o ser humano recebeu o mandato de subjugar e dominar a Natureza, para uma visão biocêntrica na qual o ser humano se identifica com a Natureza, onde toda comunidade de vida está interligada e os fenômenos físicos e biológicos são interdependentes.

Na segunda narrativa da criação (Gn 2, 4-25), o ser humano está mais integrado com a Natureza e com um Deus mais próximo da sua criação. A ação de formar sua criação do solo, de plantar um jardim é semelhante à maneira como o ser humano trabalha; uma realidade do trabalho no campo, que envolve todos os fatores ambientais, o cultivo da terra e o cuidado da criação. “Temos unicamente o Planeta Terra para viver e morar. O cuidado faz surgir o ser humano complexo, sensível, solidário, cordial, e conectado com tudo e com todos no universo” (BOFF, 2014, p. 189).

De acordo com Haroldo Reimer (2007, p. 20), uma das tradições bíblicas da criação afirma que Adam foi gerado de *adamah*, que significa terra fértil (Gn 2, 4-25). Essa origem identifica os seres humanos com o húmus da terra, estando integrados ao conjunto da criação. Sobre esta ligação entre ser humano e Natureza, assim o autor se expressa:

Em Gn 1 e 2, descreve-se mitologicamente a criação do universo desde a perspectiva judaica, mas o lugar e as atribuições do ser humano (adam) são indicativas para toda a humanidade. [...]a ligação intrínseca do adam com a *adamah*, a mãe-terra deve ser ressaltada, também para possibilitar um maior diálogo com as culturas originárias do contexto latino-americano-caribenho e outros. Os humanos têm uma ligação intrínseca com o húmus da terra (REIMER, 2007, p. 20).

Na cosmovisão judaica, a Terra é entendida como dádiva do Criador, devendo ser cultivada e cuidada como jardim de Deus, pois é sobre ela que a vida se desenvolve em toda a

sua diversidade. Portanto, todas as formas de vida na Terra foram colocadas sob os cuidados dos seres humanos que, assumindo essa responsabilidade, têm o privilégio de usufruir da Natureza utilizando os produtos necessários a sua subsistência. Nesse sentido, Haroldo Reimer afirma:

A criação foi um ato de amor de Deus. Foi um presente de Deus para todos. Na criação do mundo, da terra e de tudo o que nela existe, Deus criou um *oikos*, uma casa comum de toda a comunidade da criação. No plano de sua criação em amor, esta casa comum deve ser também um habitat do próprio criador. Por amor, aquele que é infinito deseja morar no finito (REIMER, 2010, p. 47).

Na segunda narrativa da criação, o ser humano é o mordomo da criação de Deus. Sua responsabilidade consiste em cuidar e preservar a Natureza de forma que toda a criação seja beneficiada, mantendo-a em equilíbrio para a continuidade da vida na Terra. O ser humano foi autorizado a extrair da Natureza recursos ambientais necessários a sua subsistência; porém, como imagem e semelhança de Deus, ficou responsável pelo cuidado e pela conservação da Natureza. Não foi autorizado a destruir o Planeta da forma como ocorre na atualidade.

Como forma de diminuir o antropocentrismo, Haroldo Raimer defende que é preciso considerar que a interpretação do relato da criação não termina com o ser humano, mas com o repouso da Criação e de Deus:

É importante levar a sério as redescobertas de alguns intérpretes de que o relato da criação não culmina na criação dos seres humanos, mas no *Shabbat* da criação e de Deus (Gn 2,1-3). Deve-se também relativizar as atribuições de domínio dos humanos na criação (Gn 1,28), vendo suas possibilidades e seus limites e fortalecer uma leitura que destaca a tarefa de trabalho e cuidado na criação (REIMER, 2007, p. 20).

Assim, é necessário reconhecer que tudo está interligado, que fazemos parte da mesma Casa comum. Todos precisam fazer sua parte, pois não haverá salvação, se for negligenciado o cuidado com o próximo, com os outros seres vivos, com os recursos ambientais.

Para essa tomada de posição e mudança de comportamento, nos responsabilizando pelo cuidado com a Natureza, será necessária uma verdadeira alfabetização ecológica, que mude nossa maneira de pensar e traga correta compreensão do significado da crise ambiental, para que se possa agir através do cuidado, do altruísmo, do respeito à vida, da solidariedade, deixando o comportamento suicida do consumismo, do egoísmo e da incompreensão sobre a Natureza em sua integralidade.



### 2.2.1.2 Hermenêutica Ecológica da Criação

Dando continuidade aos enfoques sobre o cuidado com a Natureza pelos participantes das Religiões judaico-cristãs, destaca-se a hermenêutica ecológica de textos bíblicos, mais especificamente, as narrativas bíblicas da criação no livro de Gênesis. Todavia, diante da problemática ecológica atual, avalia-se que é importante redescobrir e reler outros textos bíblicos na perspectiva ecológica, como forma de reconhecer a dimensão do conjunto dos seres vivos e suas inter-relações e complexidade.

Considera-se importante que os textos iniciais de Gênesis passem por uma releitura ecológica, visto que apresentam a posição e o relacionamento do ser humano com a criação, os fundamentos de responsabilidade sobre o Planeta, a relação inseparável entre o ser humano e a terra, dentre outros. A esse respeito, José Junges defende que,

é necessário assumir o desafio de repensar a doutrina da criação num contexto ecológico, descodificando criticamente certas interpretações e dando um sentido aos textos bíblicos que seja significativo para a compreensão dos desafios atuais do respeito à natureza (JUNGES, 2009, p. 359).

Uma doutrina ecológica da criação abandona o pensamento analítico em favor de uma forma de pensar nova, comunicativa e integradora. Se conhece para participar, para integrar-se nas relações recíprocas e não para dominar. O método dessa doutrina inclui vários acessos à comunhão da criação: tradição, experiência, ciência, sabedoria, dedução e intuição (MURAD, 2009, p. 291).

Portanto, é preciso uma Teologia da Criação livre das interpretações antropocêntricas, para que os cristãos desenvolvam seu potencial crítico e proponham à Modernidade um novo modo de compreender, sobretudo, o mandato divino de Gn 1, 28 (subjuguai e dominai). Independente da avaliação, se teve influência mítica ou não, o importante é que sejam socializadas novas interpretações desse e de outros textos bíblicos, pois eles não devem continuar a ser usados fora do contexto pelas ideologias do liberalismo e do capitalismo para justificar sua prática dominadora e exploradora da Natureza.

Assim, como a resistência por parte das Religiões mais fundamentalistas em aceitar que as culturas do entorno de Israel possam ter influenciado alguns textos bíblicos, a releitura desses, em outras perspectivas, também recebe resistência, pois, de acordo com Haroldo Reimer:

Para muitas pessoas, a leitura de textos bíblicos ou da Bíblia como tal serve como parâmetro e critério do agir. Sobretudo no mundo protestante-

evangélico vigora uma hermenêutica mais literalista, no sentido de deduzir dos textos bíblicos as regras para a condução do viver do crente e da comunidade (REIMER, 2007, p. 19).

Ainda de acordo com Haroldo Reimer, os textos bíblicos e, sobretudo, as narrativas da criação, “são expressões do pensamento pré-moderno”, elaborado a partir de mitos cosmogônicos; apesar disso, podem contribuir para a formação de uma consciência ecológica ou de uma ética ambiental. Os textos bíblicos devem ser interpretados considerando o contexto sócio-histórico e cultural-religioso da época, da visão teocêntrica ou cosmocêntrica das comunidades, segundo a qual os eventos do cotidiano eram vistos em conexão direta com a Divindade, entendida como criadora e mantenedora do Cosmos. A esse respeito, o autor em tela afirma que,

dever-se-ia ter isso em conta, na leitura de textos bíblicos para assim estar mentalmente prevenido contra as tentações fundamentalistas de uma transposição direta e imediata dos textos bíblicos para a realidade atual. Textos bíblicos devem ser fontes a partir das quais se pode iluminar e abastecer criativamente pensamento e ações nos tempos presentes (REIMER, 2007, p. 20).

Para interpretar a Bíblia na perspectiva ecológica, é necessário pensar de acordo com o paradigma ecológico, conforme o qual a sustentabilidade de toda a criação está incluída, na perspectiva da manutenção da qualidade de vida para esta e as futuras gerações, com uma nova prática cotidiana que inclua ações individuais e coletivas que promovam a conscientização da sociedade, no sentido do seu comprometimento com a sustentabilidade ambiental, diante das situações e riscos pelas quais passam a humanidade e toda a criação.

Sobre este pensar ecológico, que considera as interpelações e a interdependência entre componentes e fenômenos, Haroldo Reimer afirma que:

Com isso quer se expressar a procura por um pensar e viver a vida como um todo, como um conjunto de relações, como um grande ecossistema, com uma constante e incessante inter-retro-relação entre as partes, incluindo-se aí a vivência do Sagrado como um sistema maior de energias e trocas simbólicas, tendo obviamente o ser humano como parte integrante e sujeito reflexivo deste todo maior (REIMER, 2007, p. 17).

Ao analisar a proposta de diálogo que a doutrina teológica da criação pretende desenvolver com todas as áreas do conhecimento, pode-se afirmar que essas reflexões partem de um olhar retrospectivo que reconheceu, na distorcida interpretação dos textos bíblicos da criação, uma das justificativas para os problemas ambientais atuais.

Considera-se que interpretar e reler textos bíblicos na perspectiva ecológica contribui para promover a sensibilização e a conscientização das pessoas sobre problemas e desafios ecológicos atuais do nosso Planeta, o que provocará sentido de pertencimento, integração,

comprometimento e conseqüente envolvimento em ações individuais e coletivas para mudar a realidade, em busca de uma justiça ambiental e do cuidado com a Natureza.

Assim, como forma de conscientização e promoção da cidadania planetária, diante da realidade socioambiental atual, deve-se ler a primeira narrativa da criação de forma ecocêntrica, isto é, reconhecendo as inter-relações e interdependência dos componentes da Biosfera. “Este é o ponto de partida e o referencial hermenêutico para a leitura deste texto na perspectiva ecológica” (MORAIS, 2008, p. 53).

Diante da realidade socioambiental atual, são muito importantes as pesquisas que abordam a hermenêutica ecológica dos textos bíblicos como forma de contribuir para uma interpretação mais ampla de textos bíblicos na perspectiva ecológica, procurando superar a visão antropocêntrica em relação ao ambiente, e, conseqüentemente, promovendo uma visão mais ecocêntrica e o cuidado com a vida em nosso Planeta.

Considerando os desafios do paradigma ecológico, diante da situação caótica e dramática de desequilíbrio ambiental pela qual passa o nosso Planeta, são necessárias novas formas de interpretação e de atuação; é preciso um olhar ecológico e ético voltado para o cuidado ambiental, baseado nas interpretações ecológicas dos textos bíblicos, como forma de promover nas pessoas uma espiritualidade que as motive a cuidar da Natureza, da nossa Casa comum, e trabalhar para tentar reverter a exploração e a destruição pelas quais passa o nosso Planeta.

Para alguns autores, o ser humano é o ponto alto ou obra prima da criação de Deus (LIMA, 2014, p. 36), mas sua sobrevivência depende dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental; portanto, nada mais justo que o legado outorgado por Deus de cuidar de tudo o que Ele criou. Nessa perspectiva, o ser humano retira da Natureza os recursos necessários a sua subsistência, mas fica responsável por manter em equilíbrio esta criação, também em vista das gerações futuras.

Acerca da responsabilidade do ser humano com a criação, Juscelino Silva afirma que:

O ser humano foi criado com capacidade cognitiva especial. Mas, isto não faz dele a coroa da criação no sentido que lhe foi posteriormente atribuído como justificativa de dominação predatória da natureza. Uma interpretação abusiva do texto poderia legitimar isto, mas é exatamente o contrário: como ‘última criatura’, a pessoa humana necessita de todas as outras criaturas. Sem elas, a sua existência não seria possível (SILVA, 2007, p. 71).

Na perspectiva ecológica, o ser humano é fruto da evolução do Cosmos, a sua expressão em grau de mais elaborada autoconsciência. Compreender-se em múltiplas relações de dependência e autonomia, diferenciação e alteridade diante do outros seres. Portanto, o ser

humano é responsável não somente pelo seu futuro, mas também o dos seres vivos e da Terra (MURAD, 2009, p. 288).

De acordo com João Luiz Correia Júnior, Deus repassou poderes aos seres humanos para cuidar de sua criação e deseja que esse domínio seja exercido com justiça, santidade e responsabilidade com toda a criação, pois, Deus abomina a exploração, o egoísmo e a insensibilidade aos sofrimentos das suas criaturas. A grave crise ecológica e humanitária da atualidade é fruto da desobediência à ordem do Criador. “Precisamos refazer a aliança de simpatia e de amor para com o Deus do Cosmos e para com todas as criaturas, por meio da retomada de nossa própria vocação de responsáveis pelo conjunto da obra da criação”. (CORREIA JÚNIOR, 2010, p. 38).

Segundo Haroldo Reimer, uma das formas de abordar as questões ambientais na Bíblia, é pensar toda a criação dentro do amplo projeto salvífico de Deus:

O exercício do cuidado como forma de amar e ser amado. Isso implica saber que toda a criação faz parte da obra criadora e redentora de Deus, remetendo os humanos ao seu lugar legítimo como elos ou elementos de uma rede cósmica maior. Isso pode abrir possibilidades para a admiração e o louvor a Deus, conduzindo a viver a vida entendida como dádiva para ser vivida, em gratuidade, em confiança na presença e no amor gratuito de Deus (REIMER, 2011, p. 155).

O ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, recebe do seu Criador atribuições que oscilam entre o domínio e o cuidado com a criação (Gn 1, 28; 2, 15). Nesse sentido, Haroldo Reimer afirma que:

A criação é uma realidade que o próprio Deus estabelece e precisa manter sob controle e cuidado[...] Com a ação do humano e a presença continuada de Deus na sua criação podemos falar de “criação continuada”, a ser mantida por Deus e pelos humanos contra as forças do caos (REIMER, 2011, p. 140).

Em uma hermenêutica ecológica da Bíblia, entende-se que o ser humano possui a responsabilidade sobre a Natureza devendo guardar, usar com cuidado, administrar, pensando nas gerações futuras, pois, a Terra é a nossa casa, a fonte de vida para toda a criação. Considera-se inconcebível que a Biosfera, que é a viabilidade da vida dos seres humanos, possa ser devastada por interesses capitalistas e egoístas, que só beneficiam uma parcela da sociedade porque, na verdade, todo o conjunto de seres vivos corre o risco de extermínio.

Assim, em suas contradições, o ser humano procura meios para alcançar uma vida sem sofrimento através do crescimento econômico, do desenvolvimento científico e tecnológico; entretanto, ao mesmo tempo, produz armas de destruição, resíduos e poluentes que provocam desequilíbrios ambientais e mudanças climáticas, colocando em risco, não só

seu projeto de vida, mas toda a criação. As primeiras vítimas a sofrerem as consequências do desequilíbrio ambiental são os seres mais frágeis; ou seja, crianças, pobres, doentes e a própria Natureza.

Portanto, diante desta situação, toda a criação está com o futuro ameaçado e, se os humanos continuarem neste processo egoísta, dicotômico e contraditório, não só a humanidade, mas toda comunidade de vida poderá ser destruída. Como forma de reverter essa situação, os textos bíblicos, em perspectiva ecológica, são relevantes para seus leitores, sobretudo para os participantes das religiões judaico-cristãs.

Considerando que muitos textos bíblicos são fontes de conhecimentos sobre o meio ambiente, a sua interpretação ecológica pode influenciar na conscientização e no cuidado ambiental dos seus leitores, modificando as práticas socioambientais nas suas comunidades, constituindo-se em uma ferramenta preciosa na formação da consciência ambiental local e global e na construção de princípios éticos de conservação do meio ambiente. Para tanto, é necessário que a sociedade tenha acesso a estas interpretações ecológicas da Bíblia de forma a atuar individual e coletivamente segundo o paradigma ecológico, conforme o qual toda a criação é vista de forma integrada.

### 2.2.1.3 Tempo de Descanso e Festa da Criação

A Bíblia possui leis e textos que tratam do respeito e do cuidado com a Natureza, que englobam os seres vivos e o próprio ser humano, como este deve interagir no mundo, com seu meio ambiente e com seus semelhantes. A releitura de textos religiosos na perspectiva ecológica é uma contribuição que as Religiões poderão dar para o cuidado com a Biosfera e a compreensão das interdependências dos seus componentes. “Os nossos condicionamentos exegéticos e hermenêuticos são muitas vezes tão impregnados de um ‘pensamento moderno’ que valeria a pena fazer uma releitura ecológica de toda a Bíblia” (REIMER, 2007, p. 20).

Uma das passagens bíblicas mais interessantes é a que trata da Lei do Descanso, não só como forma de honrar a Deus, mas como cuidado da saúde física e psicológica dos seres humanos, o cuidado com a Terra, com os seres vivos e com ações de justiça social. Esta Lei envolve o *Shabbat* (Lv 23, 3), o ano sabático ou *shemitá* (Lv 25, 4) e o ano do jubileu (Lv. 25, 11).

A Lei do Descanso procura combater a ganância, que sempre foi contrária à conservação do meio ambiente. Esse comportamento egoísta que leva ao desperdício e

incompreensão de que estamos todos em uma mesma casa, tanto por parte das pessoas em geral quanto por parte dos governantes e dos empresários, tem provocado o aquecimento global, trazendo muitas consequências como desastres ambientais, extinções de espécies, insegurança alimentar, contaminação dos ecossistemas, dentre outros. São questões que os ambientalistas tentam combater atualmente, porém, para um efetivo combate, é preciso a participação de toda a sociedade.

O *Shabbat* é o dia de repouso semanal para os judeus. Corresponde ao 7º dia, depois de 6 dias de trabalho. Na perspectiva do antigo Israel, “a vida humana não tem o sentido na servidão do trabalho, mas o trabalho é tido como necessário e gratificante e deve ser intermediado por tempos de pausa e descanso. Assim como o Deus criador descansou no sétimo dia, os humanos deveriam fazê-lo” (REIMER, 2007, p. 21).

Assim, a pausa e o descanso estão em vários momentos da vida: o dormir, a sesta, a hibernação, a dormência de sementes, dentre outros. Muitos problemas de saúde têm atingido as pessoas por trabalharem em excesso apresentando desde problemas físicos até problemas emocionais. “Apenas o *Shabbat* da criação é mais do que ‘muito bom’, ele é ‘santo’; por essa razão aponta para a glória futura da criação. O *Shabbat* significa como que a promessa da futura plenitude da criação seja implantada na criação inicial” (ALMEIDA JUNIOR, 2010, p. 98).

No judaísmo Deus repousa, faz festa e se regozija com sua criação. No repouso sabático o mundo é abençoado, santificado e percebido como criação de Deus. Sobre ação criativa de Deus, e a necessidade da criação descansar em Deus, assim se expressa José Junges:

O repouso de Deus é a volta a si depois de ter saído de si para criar. Deus se autolimitou ao sair de si e criar algo diferente de si. Abriu um espaço onde fosse possível o aparecimento das criaturas. Mas esse espaço está em Deus e, por isso, ao descansar e voltar a si, Deus traz consigo todas as criaturas. Nesse sentido elas também descansam em Deus. Não só Deus descansa das criaturas, porque volta a si, mas elas repousam diante do olhar pacificador de Deus, porque encontram proteção diante da fragilidade de sua vida que as pode novamente reduzir a nada (JUNGES, 2009, p. 25).

De acordo com Haroldo Reimer (2007, p. 21), a perspectiva de que o *Shabbat* de Deus, da criação e dos seres humanos é o ponto culminante da criação ajuda a descortinar a riqueza e a importância das tradições jubilares e de cuidado na Bíblia. Assim, a humanidade, e, sobretudo, os participantes das Religiões judaico-cristãs deveriam assumir a responsabilidade de cuidar do Planeta, procurando viver em harmonia com toda a criação,

pois o ser humano faz parte da Natureza e respeitá-la é acatar as orientações expressas nos textos bíblicos.

Ainda segundo Haroldo Reimer, a medicina já reconheceu que:

a pessoa que não observa tempos de descanso em meio às jornadas de trabalho adocece mais, gerando um ônus social maior, e, em geral, morre mais cedo, o que, sarcasticamente, pode significar um ônus ambiental menor. Observar tempos de pausa pode ser uma boa fonte de investimento em sua própria vida, economizando dinheiro que seria gasto com médicos e remédios! Algumas pregações dominicais poderiam também privilegiar o ócio dominical ao invés de somente incentivar o “serviço” ou o culto religioso, que bíblicamente são formas de trabalho (REIMER, 2011, p. 35).

No ano sabático ou *Shemitá*, os proprietários deveriam deixar a terra em pousio ou descanso (Lv 25, 4). Alude à esperança do tempo do Messias, incluem-se nesta Lei questões de justiça social como alforria dos hebreus escravizados por dívidas (Ex 21, 2 e Dt 15, 12) que, quando contraídas ao longo dos seis anos deveriam ser perdoadas (Dt 15, 1-2); os frutos da terra deveriam ser para os necessitados, que poderiam colher em qualquer campo, mas os proprietários eram proibidos de colher o que não cultivaram. Ainda dentro da lógica ecológica da Lei, os animais do campo teriam acesso às pastagens, enquanto os animais domésticos deveriam descansar.

Haroldo Reimer chama a atenção para a importância desta prática social na comunidade dos israelitas:

No “descanso sabático”, três seres ameaçados em sua existência devem ser contemplados no modo de se organizar a vida em sociedade: a terra, os pobres e os animais. Isso é o que se pode chamar de uma “visão ecológica” da vida (REIMER, 2011, p. 45).

Dessa forma, o repouso da terra pode ser considerado uma forma de conscientização sobre o cuidado com o meio ambiente, momento em que o ser humano renuncia a seu poder sobre a Natureza, indicando que a terra não lhe pertence. Essa forma de conservação é similar às orientações atuais dos ecologistas sobre os cuidados com o solo, como a rotação de cultura e pousio da terra para recompor seus nutrientes. A Ciência desenvolveu técnicas de adubação do solo, mas o excesso desta técnica pode causar contaminação e salinização, devido à irrigação e ao cultivo contínuo com monoculturas mecanizadas e utilização de fertilizantes e agrotóxicos.

De acordo com José Junges,

O descanso sabático recorda continuamente que os seres vivos são criaturas de Deus e não simples objetos de manipulação a serviço de interesses humanos. A rotina do trabalho de intervenção na natureza é interrompida

pelo dia do sábado ou pelo ano sabático para lembrar o ser humano que a natureza é criação de Deus. A natureza é deixada e repouso, o ser humano não intervém pelo seu trabalho para que ela recupere seu ritmo e repouse em sua harmonia (JUNGES, 2009, p. 46).

Com relação ao ano do jubileu, este corresponde ao sétimo ano do ciclo de sete anos de cultivo, em que o trabalho com a terra cessava. Nesse quinquagésimo ano, todas as ações sociais e ambientais do ano sabático eram realizadas, sendo acrescidas da restituição das terras aos pobres, caso as tivesse vendido por dificuldades financeiras. A restituição das terras era uma ação contra a ganância daqueles que se aproveitavam da falência dos seus compatriotas para aumentar suas posses.

Outras leis bíblicas têm relação com o cuidado com o meio ambiente: não lavrar com boi e jumento juntamente (Dt 22, 10); não amordaçar um boi quando estiver debulhando (Dt 25, 4); afastar a ave mãe ao apanhar ovos no ninho (Dt 22, 6-7); proibição de desmatamento indiscriminado de árvores frutíferas em casos de guerra (Dt 20,19-20); não misturar sementes de espécies diferentes (Lv 19, 19; Dt 22, 9); proceder com a higiene e o saneamento (Dt 23, 13-15); construir parapeito nas casas para segurança dos habitantes (Dt 22, 8).

Analisa-se, a seguir, a Ecoteologia trinitária da criação; a abordagem sobre nova Criação, criação contínua e a relação dos cristãos com os cuidados ambientais.

### **2.2.2 Ecoteologia Cristã**

Pretende-se, neste tópico, fazer uma abordagem das principais temáticas da Ecoteologia cristã, sem pretensão de aprofundamentos das discursões sobre as propostas e práticas ambientais das Igrejas cristãs, pois esses serão objetos de pesquisa do terceiro capítulo desta dissertação.

Portanto, nosso propósito neste tópico é promover, mesmo que de forma introdutória, a compreensão dos cristãos sobre a necessidade do cuidado com o meio ambiente, a partir da Ecoteologia trinitária da criação, dos textos ecocêntricos do Novo Testamento, além de uma reflexão sobre a teoria dispensacionista e sua perspectiva do fim do mundo, que termina promovendo a falta de cuidado com a Terra, tema que será retomado no final deste estudo.



### 2.2.2.1 Ecoteologia Trinitária da Criação

Deus criou tudo que existe no Cosmos por seu poder, por sua bondade e para sua honra, a fim de que suas criaturas participem do seu amor e de sua glória, que já estão manifestados na Criação. Para o cristianismo, sendo Deus Trindade, tudo o que se diz de Deus pode se dizer trinitariamente. Assim, uma Teologia ecológica da criação à medida da fé cristã é trinitária.

A esse respeito, Luiz Susin afirma que:

Na criação Deus age sempre trinitariamente, mas de forma unitária. Dizer que o Pai é Criador, o Filho é Redentor, e o Espírito é Santificador da criação é tão somente afirmar algo “apropriado” a cada uma das três pessoas, pois as três realizam tanto criação como redenção e santificação. Assim[...], Deus é Criador, Redentor e Santificador (SUSIN, 2010, p. 36).

De acordo com Jürgen Moltmann (1993, p. 149), a doutrina cristã da criação está influenciada pela experiência do Espírito. O Pai Criador envia o Filho e o Espírito; o Filho é a palavra da criação, que reúne o mundo sob seu poderio libertador e o redime; o Espírito vivifica o mundo e o deixa participar da eterna vida de Deus. Portanto, a criação existe a partir de Deus, através de Deus e em Deus.

Assim como a Trindade pode ser identificada como um jogo de relações eternas entre três pessoas distintas, que se unificam de tal forma que são um só Deus, os ecossistemas constituem um jogo complexo de relações, formando uma teia, na qual todos os seres vivos e todos os fatores ambientais estão integrados garantindo a vida e o desenvolvimento de todos. Da mesma forma funciona o nosso corpo: não há órgão mais importante, nem menos importante; todos trabalham pela manutenção da saúde e da vida.

Sobre a unidade da Trindade, Sílvio Almeida Junior traz as seguintes reflexões:

A relação do Deus uno e trino para com a criação do seu amor não é compreendida pela teologia como relação unilateral de domínio, mas de uma relação recíproca de comunhão. Sob o ponto de vista do Espírito na criação, a relação de Deus e o mundo também deve ser vista como uma relação *pericorética*<sup>5</sup>. A Trindade é ecologia e nos chama a servir e cuidar das criaturas, [...] somos chamados a amar o universo e as suas criaturas, pois elas são a glória gratuita de Deus aos nossos olhos (ALMEIDA JUNIOR, 2010, p.94).

Segundo Afonso Murad (2009, p. 295) na relação de Deus com suas criaturas, há movimentos unilaterais, que dizem respeito somente a Deus: criar, conservar, sustentar e

<sup>5</sup>Inter-relação dinâmica do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

consumar. E há ações recíprocas que configuram uma cósmica comunhão de vida entre Deus e suas criaturas: compadecer, participar, acompanhar, suportar, deleitar e glorificar.

Assim, a doutrina trinitária da criação não parte da visão dualista de antagonismo entre Deus e o mundo, segundo a qual Ele não faz parte do mundo e o mundo não tem nada de divino. Mas, ao contrário, afirma que Deus cria o mundo e faz dele sua morada, se manifesta através da sua criação; o mundo vive de sua força criadora, sendo conservado e vivificado. “A criação é obra das mãos de Deus, distinta d’Ele, mas também presença diferenciada de Deus Espírito na criação” (MURAD, 2009, p. 294).

Sobre a presença de Deus na sua criação, Luiz Susin afirma que:

O Espírito é o ambiente divino em que todas as criaturas comungam com as outras, [...] leva a criação não só a desabrochar, mas a amadurecer e chegar à plenitude dos desígnios divino. A teologia judaica chamou a presença compassiva de Deus, junto ao seu povo no deserto e no santuário, de shekinah<sup>6</sup> (SUSIN, 2010, p. 39).

Considera-se que a espiritualidade cristã é escatológica, pois, espera a manifestação plena de Deus, a vinda de seu Reino e a renovação da criação e de toda a humanidade. Em Cristo, toda criação está envolvida no mistério da salvação, onde Ele tem relação eterna com o Pai e se relaciona com toda a criação. “Pelo mistério pascal, “Céus e Terra”, e não somente a humanidade, foram redimidos pelo sangue de Cristo e foram assim pacificados com seu poder Criador” (cf. Ef 1,10; 2,14-16; Cl 1,20), (BOFF, 2010, p. 355).

Ainda sobre a restauração da criação, Jürgen Moltmann afirma que:

Através do Filho, Deus cria, reconcilia e salva a sua criação. Pela força do seu Espírito, Deus está na sua criação; ele mesmo está presente na reconciliação e na redenção de sua criação. [...] Nele também já reside a vontade para a reconciliação e para a redenção do mundo através da sua presença (MOLTMANN, 1993, p. 35).

Assim, se Cristo é o fundamento da graça para toda a criação, para a pessoa pecadora e para a criatura escravizada, então Ele é o fundamento da existência de toda criação, da pessoa humana e da Natureza (MOLTMANN, 1993, p. 145).

Portanto, se em Cristo o Deus Triuno completa a sua obra criadora através da restauração da Natureza, então não há comunhão com Cristo sem ter-se comunhão com a criação. O amor de Cristo abrange a humanidade e toda a criação, estando todos na esperança da nova Criação. “Se pela encarnação, Cristo é chamado o “primogênito de toda a Criação”,

---

<sup>6</sup>Shekinah refere-se à glória visível de Deus “habitando” no meio do seu povo. Designa a presença radiante de Deus na sua criação. (BOYER, 1995, p. 578)

pela ressurreição Ele leva o título glorioso de “primogênito dentre os mortos” (Cl 1,18; Ap 1,5), (BOFF, 2010, p. 355).

Eis um motivo fundamental pelo qual os cristãos devem ser responsáveis e atuantes no cuidado e na defesa do meio ambiente. Todas as consequências advindas da degradação ambiental funcionam contrárias aos propósitos do Reino de Deus que é um reino de justiça, de paz e de alegria (Rm 14, 17).

#### 2.2.2.2 Nova Criação e Criação Contínua

A promessa profética da nova Criação surgiu no Judaísmo quando o povo estava no exílio, após a destruição da nação israelita. Desde sua origem, o termo “Nova Criação” refere-se a uma nova sociedade onde reina a paz, a fraternidade, o conhecimento de Deus, a justiça e a misericórdia (Is 40, 3-5; Is 11, 6-9; Ez 47, 1-12). Trata-se do desenvolvimento da criação atual, de forma contínua, até chegar a sua plenitude (MURAD, 2009, p. 280).

Porém, alguns teólogos mais conservadores apresentam um discurso ameaçador em relação ao futuro, de um irreversível juízo de Deus sobre os pecadores e ímpios. Apresentam uma escatologia que mais esconde do que revela a vontade de Deus para a humanidade atual, que se encontra angustiada diante do mundo encurralado pela ameaça da destruição ambiental, pela violência e pelas injustiças sociais.

De acordo com Sílvio Almeida Junior, a escatologia cristã,

fala de Cristo e de seu futuro, portanto, é essencialmente uma cristologia em perspectiva escatológica. Toda a escatologia precisa estar baseada na existência de Cristo, que lhe comunica a necessária vitalidade histórica, libertando-a de qualquer tentativa de interpretação conservadora (ALMEIDA JUNIOR, 2010, p. 96).

A manifestação da espiritualidade cristã é proativa, pois o cristão é convocado por Deus a ser instrumento de sua paz, servindo ao seu reino, através de ações que promovam melhorias nos campos sociais, econômico, político e ecológico, visando a uma melhor qualidade de vida, a partir da conservação do meio ambiente. Um cristão que manifesta uma esperança passiva é porque não sentiu o chamado divino.

Sobre a necessidade da atuação e do engajamento dos cristãos na construção de um caminho para transformação, Silvio Almeida Junior afirma que:

Uma elaboração teológica capaz de alienar a condição histórica do ser humano, direcionando-o a um futuro trans-histórico não merece o título de escatologia. Mais parece uma ideologia, sob a qual deverá estar sempre o

jugo de não fazer nada contra uma possível e trágica aniquilação da comunidade planetária. [...]a espiritualidade cristã deve atuar através do horizonte escatológico na realidade concreta, construindo desde já “os novos céus e a nova terra”, com os olhos voltados para a Páscoa de Cristo (ALMEIDA JUNIOR, 2010, p. 97).

Pela perspectiva ecológica, a nova Criação surgirá a partir do desenvolvimento da criação atual. Nesse sentido, toda a criação, incluído o ser humano, faz parte do projeto de criação contínua e de redenção, onde o Reino de Deus será vivenciado por toda comunidade de vida, estando em plena harmonia com o Criador.

Sobre essa perspectiva de harmonia, Afonso Murad afirma que:

O futuro da criação consiste em se transformar em pátria e morada da glória de Deus. No reino da glória, Deus habitará por completo e para sempre em sua criação, e fará que todas as suas criaturas participem da plenitude de sua vida eterna (MURAD, 2009, p. 292).

Diante do exposto, considera-se importante a visão da criação contínua baseada na perspectiva de uma nova Criação, estando aberta a novidades, a novas intervenções divinas e humanas. “O olhar encantado sobre a criação e a salvação acontecendo na história suscita, ao mesmo tempo, a atitude de louvor-gratidão e a interpelação ética para atuar em vista da continuidade da comunidade de vida no Planeta” (MURAD, 2013b, p. 149).

Assim, essa visão permite sair da inércia, fazendo com que o ser humano reflita e atue de forma ativa, diante das problemáticas ambientais por que passa o nosso Planeta. Essa perspectiva é importante, sobretudo, para a maioria dos evangélicos que acreditam que essa Terra vai ser destruída e que haverá uma nova Criação em outro espaço fora da Terra.

As Ciências modernas buscam no passado compreender o presente e prever o futuro, como se nada novo e extraordinário pudesse ser criado, dificultando o protagonismo criativo do ser humano. A partir do pressuposto da criação contínua, o futuro comanda o presente, “não é mais o passado que comanda o desenrolar da história, que se torna um desenrolar duro e fatal, um *fatum* que não poderia mais ser desfeito, um destino e uma fatalidade que acabariam tendo desdobramento quase automáticos” (SUSIN, 2010, p. 35).

De acordo com Marcial Maçaneiro, a criação é considerada como um dom da Trindade e uma tarefa, criação gerada e regenerada, que é entregue aos cuidados do ser humano,

[...] um vínculo de corresponsabilidade entre Criador e criatura humana, em benefício da vida na Terra. Mais do que fato concluído ou dado fixo no passado, a gênese da vida perdura como criação contínua, num ritmo participado pelo ser humano: sujeito dotado de conhecimento e vontade,

sendo parceiro de Deus na tarefa de salvaguardar a natureza (MAÇANEIRO, 2011b, p. 73).

A criação inicial foi constituída em um sistema aberto, possibilitando que a criação sofra adaptações e evoluções de forma contínua, estando sujeita a todos os percalços da vida, caminhando em direção à revelação da glória de Deus. A esse respeito, José Junges afirma que:

Deus pôs em movimento a criação para que evolua. A criação está aberta à história que pode acarretar corrupção e salvação, aniquilação e consumação. Deus suscitou a criação para que fosse o Reino de sua glória e a mantém nessa direção. Assim a criação é desde o início um sistema aberto que não tem em si mesmo o seu fundamento, sua meta e seu equilíbrio. Caminha em direção a revelação da glória de Deus na nova criação (JUNGES, 2009, p. 362).

Assim, é de fundamental importância a compreensão de que a criação inicial surgiu na perspectiva da nova Criação, que passa pela criação contínua através da história e que está em evolução para uma nova Criação. A atividade criadora de Deus prossegue ao longo da história, cria de forma contínua o já criado, dando uma continuidade à criação, sustentando e conservando.

A esse respeito assim se expressa Haroldo Reimer:

Os seres humanos recebem de Deus a incumbência de zelar pela criação continuada de Deus, uma criação que se estende até hoje, incluindo todas as mutações, transformações e evoluções naturais. Os seres humanos são um elo da comunidade da criação e têm responsabilidade pelo restante da criação. Através do trabalho criativo, eles se tornam co-criadores com Deus (REIMER, 2006, p. 42).

Considerando que a nova Criação corresponde ao “Novo Céu e Nova Terra”, então, o Céu é uma categoria fundamental da compreensão cristã da criação, como conjunto de possibilidades criadas em vista da criação contínua e como expressão da nova Criação. A criação escatológica ou nova Criação é a promessa, a plenitude, o sentido último para onde converge toda a criação, “Novos Céus e Nova Terra” (Ap 21). Não será mero resultado de um desdobramento da história, mas já está presente no interior da história e ilumina, inspira, e atrai a história.

Sobre essa perspectiva da nova Criação, perfeita e absoluta, Luiz Carlos Susin afirma que:

A fé cristã, apoiada na Páscoa de Cristo, confessa que a morte não é o fim, o último horizonte da vida do universo. Mas o contrário: a morte é uma função da vida, cujo o horizonte último é vida em abundância. [...] É o futuro absoluto, desde onde recebemos sinais para o tempo presente. Sem esse

horizonte de futuro absoluto, a criação seria uma gratuidade absurda e sem direção (SUSIN, 2010, p. 34).

Segundo Afonso MURAD (2009, p. 287), com a perspectiva da nova Criação começa-se a incorporar a Ecologia na fé cristã não somente como um tema a mais, ao lado de tantos outros, mas na forma de pensar a fé, na sua lógica. Pois a criação escatológica é inspiradora de todo o processo da criação, é o ponto decisivo que abre para a compreensão da Teologia Bíblica da Criação.

A esse respeito, Luiz Susin afirma que se está diante de uma verdadeira revolução,

diante de uma inversão: o que se quer dizer com criação escatológica, que é a escatologia – o horizonte último de todo o processo da criação – que orienta e decide a criação histórica e a criação inicial; e mais ainda, é a causa principal da criação inicial e do seu acontecimento histórico. Essa inversão – a causa principal e decisiva encontra-se no futuro, na frente, e já produz efeitos no presente e no passado – convida-nos, desdobrando-se até a finalização no futuro, mas o contrário: é o Último, a glória e a bem-aventurança finais, a causa e explicação do início (SUSIN, 2010, p. 34).

Então, essa proposta de inversão da linha de causa e efeito permite que o futuro resgate o passado. “A novidade e a possibilidade de que aconteça realmente história só podem vir do futuro, do advento de alguém que chega, de uma intervenção criadora sempre nova e incansável, que nunca se esgota”. Quando uma pessoa aparece na vida de outra, e estas passam a se amar, tudo muda, surgem promessas novas e infundem energias para superar e redimensionar o passado (SUSIN, 2010, p. 35).

A vinda plena de Deus, que vem no Filho com seu Espírito, abre a criação à nova Criação, trazendo a novidade e a possibilidade que vêm do futuro, promovendo uma superabundante e inesgotável intervenção criadora sempre nova e incansável. A criação espera ansiosamente pela manifestação dos filhos de Deus (Rm 8, 19-22).

Ainda sobre a criação contínua e a esperança de uma nova Criação, Juscelino Silva afirma que,

a criação não foi um ato definitivo de Deus, ao contrário, está aberta ao seu futuro. Forma-se aí, o arco teológico entre protologia e escatologia, donde se vislumbra a festa sabática do futuro humano no futuro de Deus. [...] Na trilha da Tradição, afirmamos que a Trindade é a criadora da vida, e, por conseguinte, da esperança. Assim, a vida mostrar-se-á não somente como um fenômeno humano, mas antes como uma realidade divina que se fez humana na economia trinitária da criação (SILVA, 2007, p. 61).

Por fim, constata-se que diversos textos bíblicos referem-se a uma nova Terra como cumprimento da promessa de restauração de toda a criação, com a implantação do Reino de Deus. Nessa Terra restaurada, as leis da criação deverão ser seguidas e, novamente, o ser

humano deverá cultivar e cuidar da criação. Portanto, a dimensão do cuidado da Natureza é uma atribuição inerente ao ser humano. Assim, não é porque Deus irá fazer “Novos Céus e Nova Terra” que os cristãos não teriam motivo para cuidar da Terra. Pelo contrário, Deus conta conosco para cuidar da criação em sua caminhada de desenvolvimento contínuo até chegar à criação escatológica, onde haverá perfeito equilíbrio.

### 2.2.2.3 Os Cristãos e os Cuidados Ambientais

Alguns estudiosos das questões ambientais, dentre os quais Lynn White Junior (2010, p. 38), acusaram as Religiões judaico-cristãs de serem responsáveis pelo desrespeito à Natureza, uma vez que tais Religiões são centradas na humanidade, têm uma visão linear do tempo e que o mundo teve início e terá um fim escatológico. Considera-se simplista acusar as Religiões pela crise ecológica atual. É indispensável refletir e avaliar que a realidade atual surgiu a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, que provocaram grandes mudanças sociais e culturais na sociedade, criando uma mentalidade deturpada nos ocidentais que de a Terra seria uma fonte de recurso inesgotável à disposição do ser humano (JUNGES, 2009, p. 358).

Ainda de acordo com Érico Xavier (2011, p. 18), alguns pesquisadores afirmam que muitos cristãos, no decorrer da história, têm interpretado mal ou utilizado de forma egoísta a ordem divina de “sujeitar e dominar” a Natureza (Gn 1, 28), deixando de cumprir suas responsabilidades com o conjunto da criação, que seria o cuidado com o meio ambiente. Outros cristãos demonstram falta de compromisso com a Natureza e uma inadequada interpretação bíblica, ao acreditar que a ordem divina permite a exploração da Natureza como o ser humano quiser. Há aqueles que “condenam os ecologistas cristãos, considerando o ambientalismo apenas uma filosofia da Nova Era” (XAVIER, 2011, p. 18).

Para alguns cristãos, a falta de Educação Ambiental chega ao extremo, ao considerarem que, se Deus irá fazer “Novos Céus e Nova Terra”, não há porque cuidar desse Planeta. Porém, o principal motivo desse posicionamento é a falta de uma hermenêutica adequada da Bíblia, sobretudo por parte dos que acreditam no dispensacionalismo fundamentalista, cujo ensino afirma que a vida terrena não tem muito sentido e que a vida abundante se restringe à que virá na eternidade. Contudo, não é ético justificar a exploração dos recursos ambientais utilizando-se de teorias dispensacionalistas e ensinamentos bíblicos descontextualizados.

Haroldo Reimer alerta sobre o compromisso do cristão com os cuidados ambientais:

Junto com o Criador, as pessoas podem ser cuidadoras e mantenedoras, ajudando a salvaguardar a dignidade de vida das gerações presentes e futuras, mantendo, assim, a esperança pelo destino redentor prefigurado na ressurreição de Cristo e firmando, como pessoas e como comunidade de fé ou de boa vontade, passos e ações de compromisso (REIMER, 2011, p. 155).

Assim, o ser humano recebeu de Deus a incumbência de cuidar do meio ambiente, considerando a necessidade de conservação dos ecossistemas, a interdependência de todos os seus componentes para o desenvolvimento de toda a criação. Ainda sobre essa incumbência e a necessidade de uma conversão ecológica, observe-se as considerações de João L. Correia Júnior:

Temos de nos apressar ao sentir a urgência de uma conversão de mentalidade, de costumes e de modo de viver, tanto no plano pessoal como no nível social e político. A terra grita e as pessoas de boa vontade, sobretudo as de sensibilidade religiosa, são chamadas a escutar esse clamor. É urgente nos unirmos para firmar um compromisso que deseja traduzir-se no que há de mais típico na Igreja cristã, o testemunho, a “martíria” (CORREIA JÚNIOR, 2010, p. 26).

De acordo com a carta de Paulo aos Romanos (Rm 1, 20), “Deus revela sua glória e seu amor, através das coisas criadas”, tendo o ser humano a responsabilidade de cuidar, como coparticipante, da obra da criação. Dessa forma, “cabe a cada cristão o cuidado e a manutenção da vida na Terra, e a exploração racional dos recursos e o cuidado com o meio ambiente tornam-se representativos do amor do cristão para com Deus” (XAVIER, 2011, p. 21).

Clodovis Boff destaca os cuidados com a criação na Bíblia, demonstrando que ela é permeada de cuidados e orientações ambientais:

No Novo Testamento, Jesus ensina que o Pai cuida dos pássaros e das flores (cf. Mt 7, 26-30; Lc 12, 24), e isso não em vista do ser humano, mas pelo amor singular que Ele nutre por cada criatura: “Nenhum passarinho cai por terra sem que meu Pai saiba” (Mt 10, 29). Portanto, o pensamento bíblico não tem dificuldade em reconhecer direitos à natureza criada. (BOFF, 2010, p. 361).

Compreende-se que a visão de futuro que o Apocalipse (22, 1-5) proporciona é de harmonia e integração cósmica entre Deus e toda sua criação. A destruição anunciada desse livro não é contra a vida, mas contra os que devastam a vida na Terra: tempo “de exterminar os que exterminam a terra.” (Ap 11, 18b). “Os que destroem a terra, nesse contexto, são os próprios seres humanos, pelo uso inadequado dos recursos naturais, pela falta de cuidado com o ecossistema e com a Criação” (XAVIER, 2011, p. 19).



Portanto, a permanência da vida pode ser garantida pelos valores do respeito ao próximo, da solidariedade, do cuidado e do amor pela Natureza, por todas as formas de vida do Planeta e por sua diversidade. É indispensável conscientizar-nos de que a Terra é a nossa única Casa comum. Portanto, faz-se necessário cuidar e trabalhar em prol do seu equilíbrio e de sua sustentabilidade, através de uma ética ecológica na qual todo o conjunto da criação esteja incluído.

Assim como os judeus, os cristãos recebem a incumbência, através da Bíblia, de cuidar da criação de Deus e, para cuidar da Terra, é preciso passar por uma alfabetização ecológica, mudando nossos hábitos de consumo, tendo uma atitude ética com toda a criação, sobretudo com os pobres da Terra e os seres vivos ameaçados de extinção.

Nessa perspectiva, deve-se participar ativamente das questões que envolvem a sociedade, pois ficar esperando passivamente o futuro acontecer, certamente não será o melhor destino. A tarefa da Igreja e da comunidade de fé é transmitir a mensagem do Reino de Deus, “de tal forma que o futuro se apodere da pessoa no presente e lhe impulse a agir de modo concreto para mudar o seu próprio futuro” (ALMEIDA JUNIOR, 2010, p. 99).

Acerca da necessidade do protagonismo na defesa da Natureza, a caminho da nova Criação, assim se expressa Silvio Almeida Junior:

Não é preciso esperar, pois o clamor do povo de Deus e o clamor da natureza são as vozes que nos chamam a começar a construção, aqui e agora, dos “novos céus e da nova terra”. A construção do Reino de Deus e a civilização do amor são consequência da nossa espiritualidade cristã do seguimento de Jesus. Espiritualidade histórica, encarnada, trinitária, missionária, inculturada, pascal e por isso escatológica (ALMEIDA JUNIOR, 2010, p. 99).

O princípio do descanso semanal é seguido pelo Cristianismo, que defende o repouso de seus seguidores no domingo, sendo referendado por leis trabalhistas que visam garantir a saúde do trabalhador, a vida familiar, dentre outras. Quem trabalha no domingo tem garantido por lei um dia durante a semana para repousar. Dessa forma, não se deve trabalhar mais de sete dias seguidos, sem um período de descanso, sob o risco de adoecimento. O princípio do descanso para o cristão também tem a ver com o descanso judaico, o combate à ganância, à ansiedade e, acima de tudo, considerar Deus o criador e o mantenedor de toda a sua criação.

De acordo com José Junges (2009, p. 358), se as Religiões judaico-cristãs estão sendo acusadas como as principais responsáveis pela situação de degradação ambiental pelo qual passa o Planeta, essas Religiões não podem ficar indiferentes, ou simplesmente procurarem se defender, acusando outrem. Devem ter iniciativas, mudar posicionamentos e

comportamentos na defesa e nos cuidados com Natureza. As muitas ações de Educação Ambiental precisam ser implantadas e implementadas nas Igrejas e em toda a sociedade. Esse assunto voltará a ser tratado no capítulo três desta pesquisa. Neste momento, será exposta a forma como os Novos Movimentos Religiosos no Brasil abordam o tema em tela.

### 2.3 ECOLOGIA NOS NOVOS MOVIMENTOS RELIGIOSOS NO BRASIL

Neste terceiro tópico, analisa-se as práticas ecológicas vivenciadas pelo Movimento Nova Era e pelos Movimentos de Origens Orientais, escolhidos por nós para representar os Novos Movimentos Religiosos no Brasil (NMRs); e o capítulo é concluído com a abordagem sobre o Ecofeminismo.

De acordo com Silas Guerreiro (2006, p. 91), existem várias formas de se estabelecer uma tipologia dos NMRs, cada uma com suas vantagens e seus pontos fracos. Esse autor procura fazer uma organização a partir da dupla tendência desses Movimentos: o fundamentalismo ou o relativismo. Os Movimentos fundamentalistas baseiam suas doutrinas e práticas em uma verdade fundamental que foi revelada e que é garantida pelo grupo através de seus líderes. Enquanto a outra tem um profundo relativismo, no qual todas as combinações parecem possíveis.

Na sequência, são apresentados os principais grupos dos NMRs, a partir da organização proposta por Silas Guerreiro (2006, p. 97-103):

No primeiro grupo, estão os Movimentos de origens cristãs e que se dizem portadores de uma nova mensagem evangélica: creem terem alcançado uma verdade absoluta. Como representante desse grupo estão: a Família, o grupo Jesus Freaks, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, as Testemunhas de Jeová, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), a Ciência Cristã, o Exército da Salvação, entre outros.

No segundo grupo, estão os Movimentos externos às grandes Religiões. São novos grupos que buscam uma salvação diante do mal. Variam na forma de crer como se dará a salvação; alguns possuem rigidez doutrinária, muitos vivenciam práticas orientais. Nesse grupo, são citados: Fé Bahaí, Ananda Marga, Organização Brahma Kumaris, Iskcon, Instituto Osho Brasil, Organização Sathya Sai Baba, Santo-Daime, a União do Vegetal, a Barquinha, Ordem Espiritualista Cristã (Vale do Amanhecer), Legião da Boa Vontade, Meditação Transcendental.

Um terceiro grupo é de origem oriental; possui doutrinas com contornos bem definidos e uma verdade estabelecida. Podem ser citadas a Seicho-No-Iê, a Perfect Liberty, a Igreja Messiânica Mundial, a Igreja da Unificação, a Soka Gakkai, Marikari, entre outras.

Por fim, Silas Guerreiro (2006, p.101) identifica um quarto tipo, constituído por grupos diversos, sem lideranças fixas, muitas vezes identificados como sendo da Nova Era. Podem ser inseridos nessa tipologia a Wicca, a Ordem Rosa-Cruz (Amorc), Fraternidade Rosa-Cruz, Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, a Umbanda, os diversos grupos da Nova Era ou o xamanismo urbano Fraternidade Branca Universal; Nova Acrópole Igreja da Cientologia, a Fraternidade Pax Universal, a Sociedade Teosófica do Brasil, a Sociedade Antroposófica, entre muitos outros.

Ainda existem muitos grupos isolados de práticas sem vínculos institucionais, estudos e práticas de conhecimentos ocultos ou na prática de Religiões antigas como o druidismo, práticas xamânicas (de índios americanos, tibetanos e siberianos, rituais celtas, chama de violeta de Saint Germain, culto a anjos e danças sagradas).

De acordo com Rosalira Oliveira, o termo “Novos Movimentos Religiosos – NRMs”,

agrupa diferentes grupos religiosos, a depender da perspectiva adotada por cada autor. Alguns incluem nesse termo tanto as religiões neopagãs quanto as releituras contemporâneas das tradições orientais e os grupos vinculados à Nova Era. Outros discordam da inclusão desses últimos, afirmando que os grupos da Nova Era nem sempre assumem um caráter religioso. Outros ainda incluem na categoria “Novos Movimentos Religiosos” também os grupos mais recentemente organizados dentro das Igrejas tradicionalmente estabelecidas, como é o caso dos Neopentecostais, entre outros (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

Os NRMs agrupam diferentes manifestações cujo único elo em comum parece ser o adjetivo “novo”. Tais manifestações religiosas trazem consigo uma inesperada reversão do processo de secularização, enfatizando valores como vínculos comunitários, relações interpessoais e integração com a Natureza (OLIVEIRA, 2010, p. 34).

Então, após essa breve tipologia dos NRMs, trabalhou-se, a seguir, a Ecologia no Movimento Nova Era. Na sequência, são estudadas as práticas ecológicas nos Movimentos de Origem Oriental, mais especificamente na Seicho-no-Iê. É feita a abordagem sobre Ecofeminismo, embora não se trate de um movimento religioso, mas é trabalhado aqui, por ter sido esse Movimento Feminista objeto de várias pesquisas entre Ecologia e Teologia, e, portanto, por estar de acordo com o objetivo deste estudo.

### 2.3.1 Ecologia no Movimento Nova Era

Foi escolhida a Nova Era para abordar a questão ecológica neste tópico, por considerar que a Ecologia é uma das inúmeras temáticas trabalhadas em cursos, *workshops* e feiras esotéricas promovidos pelos facilitadores desse Movimento como forma de difundir suas ideias e valores e porque muitos dos Novos Movimentos Religiosos atuantes no Brasil, utilizam muitas práticas e crenças da Nova Era.

Antes de iniciar o estudo da Ecologia nesse espaço, considera-se oportuno fazer uma breve abordagem sobre a Nova Era. Em entrevista concedida à Revista Planeta, Leonardo Boff se refere aos participantes da Nova Era nos seguintes termos:

Eu creio que os membros da Nova Era são seres de um novo paradigma que não encontraram, nas instituições espirituais e religiosas atuais, um espaço e uma resposta para suas perguntas. Então, fazem um caminho que é uma espécie de alquimia com muitos elementos. Mas, qual é o desafio que a Nova Era coloca? Ela toma elementos do Oriente, da tradição cristã, da física quântica, da nova cosmologia, da tradição dos arquétipos de Jung, dos místicos de diferentes procedências e compõe o tapete. O problema não é ver o sincretismo como pura justaposição, mas ver a síntese interior que a pessoa faz. A partir de dentro ela elabora uma experiência que lhe permite um mergulho no sagrado, uma percepção do divino. São pessoas jovens que buscam o novo rosto de Deus, o novo quadro espiritual, uma nova linguagem, o religioso (BOFF, 1997, p. 23).

Nesse sentido, a Nova Era se baseia nas filosofias das Religiões orientais, dos elementos das tradições pré-cristãs, das tradições indígenas e xamânicas. Esse Movimento defende a integração dos seres humanos com a Natureza, por acreditar que a divindade está encarnada na Natureza e nos processos da vida terrena; considera a espiritualidade como uma relação direta da Natureza com o divino. “Um movimento cultural mais identificado com uma postura de espiritualidade contemporânea, mais difusa, menos institucionalizada, uma espécie de espiritualidade sem religião” (STEIL; CARNEIRO, 2008, p. 23).

Marcelo Camurça apresenta as seguintes características da Nova Era:

- Deus impessoal -Energia Cósmica -Deus fusionado no cosmo, monismo / panteísmo. -Imperfeição: captação da consciência cósmica limitada, que não alcança o Todo mas o fragmentado. -Auto-aperfeiçoamento, autopurificação pela reencarnação -iluminação pela consciência do Todo. -Ser humano como parte integrante da divindade -mente com infinitos poderes. -O Cristo como manifestação da consciência cósmica -*Avatar*, Mestre iluminado. -Tempo cíclico, sem começo nem fim. -Sincretismo -Relativiza toda doutrina religiosa em prol de uma "religião universal" (CAMURÇA, 1998, p. 89).

Silas Guerreiro considera a Nova Era como uma cultura religiosa que,

se desenrola basicamente em serviços oferecidos pelos centros holísticos por meio de eventos sobre os mais variados assuntos como espiritualidade, alimentação, medicina alternativa, artes, turismo, ecologia, jogos divinatórios, mitologias e outros do gênero. [...] Há uma valorização e superexposição do termo “holismo”, visto que se busca um desenvolvimento integral dos planos mental, corporal e espiritual, sendo este último a base dos demais (GUERREIRO, 2006, p.107).

Pode-se considerar a Nova Era como um conglomerado de tendência sincrética, que incorpora elementos diversos, constituindo uma rede de longas malhas, sendo transversal às culturas e presentes em vários fenômenos como a música, o cinema, os seminários, os grupos de estudos, os retiros, as terapias e muitas outras atividades e eventos, permitindo às pessoas partilharem interesses e empenho em diferentes níveis.

Segundo Leila Amaral (2000, p. 152), os adeptos deste movimento acreditam na mediação de várias entidades espirituais. A experiência em um Centro de Convivência da Nova Era onde se estabeleceu um estado de meditação entrando em contato com a sabedoria dos Seres da Natureza, sendo que um desses seres, chamado Arbacon, se manifestou aos participantes através de mensagens que trazem alguns princípios fundamentais da relação ser humano-natureza, assim como suas implicações ideológicas e religiosas.

O referido mensageiro afirma que respeitar a Natureza implica em respeitar a si mesmo e aos outros seres humanos e que, para haver harmonia e equilíbrio entre o todo, seria necessário ordem, disciplina, amor, exemplo e comunhão. O ser humano deveria respeitar a Natureza, caso contrário seria retirado da Natureza, em suas palavras:

“Nós [espírito da natureza, porta-vozes do divino], somos apenas um espírito, somos apenas uma voz, cabe à responsabilidade de vocês, à sua educação espiritual e, acima de tudo, à ação de sua educação espiritual para a construção de um novo mundo. [...] O fato de estarmos trazendo estas palavras significa que há harmonia e um acordo de espírito para espírito na própria forma de ser e de evoluir” (AMARAL, 2000, p. 153).

A partir das mensagens de Arbacon, é explicitado um dos entendimentos da Nova Era: pela ação do divino na Natureza, tudo que se mostra errado ou nocivo é erradicado, prevalecendo o equilíbrio e a harmonia entre as diferentes espécies, através dos ciclos vitais naturais. “Esse é o princípio que deverá nortear o desejo da perfeição humana, como esperança da dádiva da Natureza” (AMARAL, 2000, p. 152).

Sobre a insistência de seres divinos em estabelecer comunicação, troca e ajuda mútua com os seres humanos, Leila Amaral afirma que esse contato,

parece mostrar-se em correspondência a uma imaginação contemporânea de Deus ligada às ideias de uma “limitação de Deus” e de uma “criação inacabada do mundo”. Da comunicação entre o humano e o divino e da co-

criação do mundo, daí decorrente, dependência, então, tanto o “destino” e a “natureza” do divino, quanto à sobrevivência do humano no mundo (AMARAL, 2000, p. 156).

De acordo com Leila Amaral, a primeira implicação sugerida a partir de encontros da Nova Era e das mensagens dos Seres da Natureza é a consciência da limitação humana, na qual:

A realização plena do ser humano, como parece dizer, só seria alcançada por sua subordinação ao todo, no sentido de respeito pela natureza perpassa pelo poder divino; subordinação ao divino universo que incluiria a própria humanidade como espécie da qual o indivíduo é apenas uma realidade particular; uma imanência imperfeita. (AMARAL, 2000, p. 153).

Por conseguinte, a Nova Era defende o princípio da Natureza de complementaridade dos contrários, em particular do masculino e do feminino (o arco-íris e o Yin/Yang), que são vistos como reguladores de toda a existência e de todo o desenvolvimento. Produz uma eco-espiritualidade holística, com a sacralização da Natureza, o reconhecimento da sacralidade do princípio feminino nos indivíduos e na sociedade. Considerando a Terra como a Deusa *Gaia*, “mãe nutridora” da qual todos nós somos parte, cada um de nós seria um neurônio do sistema nervoso central da Terra e toda a humanidade seria responsável pelo cuidado do nosso Planeta.

A Nova Era trabalha na perspectiva da Ecologia Profunda, que aponta para a relação de interdependência existente entre sociedade e Natureza e reconhece que, enquanto indivíduos e sociedade, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da Natureza. Somos, portanto, dependentes nesses processos.

Segundo Loreley Garcia, a Ecologia Profunda tem uma visão holística da Natureza, formando um sistema integrado, “do qual nós e outros organismos somos partes. Isto nos encoraja a resgatar nossa verdadeira identidade, inserida nos círculos mais amplos da Natureza, entendendo o mundo natural como extensão de nós mesmos, nosso eu estendido” (GARCIA, 2009, p. 15).

Referindo as caminhadas promovidas pela Nova Era, Isabel Carvalho e Carlos Steil (2008, p. 291) afirmam que elas permitem a integração entre vivências ecológicas e religiosas, pois, fazem da relação com a Natureza o caminho para a integração pessoal com uma totalidade, promovendo um bem estar físico, mental e espiritual que torna inseparável a saúde do Planeta e do indivíduo. Segundo esses autores:

Estes sujeitos podem ser identificados nos grupos religiosos movidos por uma espiritualidade da Nova Era que buscam o sagrado e a si mesmos em lugares, espaços rituais e peregrinações onde a natureza tem um papel

protagonista, bem como em grupos ecológicos voltados para práticas de convívio harmonioso com a natureza e de formação de sujeitos ecológicos pela educação ambiental que incorporam, em alguma medida, a ideia da natureza investida de forças e energias restauradoras do corpo, da alma e de virtudes éticas para a convivência social (CARVALHO; STEIL, 2008, p. 291).

Portanto, a espiritualidade Nova Era se constrói a partir de escolhas individuais e isoladas e que incorpora uma dimensão holística, envolvendo meditação, terapia e Ecologia. Sendo que o relativismo desse Movimento é contrabalançado pela auto-responsabilização do indivíduo e pela crença em “leis cósmicas”. Assim, embora sejamos parte da dinâmica do amor cósmico, somos corresponsáveis pelo estado de nossos próprios “eus”, de nosso meio ambiente e de todas as formas de vida existentes (D’ANDREA, 2000, p. 77).

Segundo Anthony D’Andrea (2000, p. 75-76), a Nova Era defende que, através do princípio filosófico do holismo, todos os elementos do Cosmos estão interligados, organicamente, em geral por uma energia ou uma memória universal. Sendo que as dicotomias são apenas aparências provisórias, porque há essa essência que une a todos. Nesse processo, pensamentos, sentimentos, emoções e ações também estão incorporados em um todo orgânico integrado.

Portanto, a Nova Era procura superar toda forma de dualismo, através da perspectiva holística, indo da sua preocupação com a saúde holística à sua consciência pela unidade, da sua consciência ecológica à ideia de uma ética ecológica mundial. Pode-se afirmar que o Movimento Nova Era, as chamadas Religiões da terra e as Religiões orientais estão mais próximas da prática de uma ética ambiental, entendida como o comportamento humano ideal em relação à Natureza. É importante perceber como estas ideias permeiam um dos movimentos que recebe influência das práticas orientais.

### **2.3.2 Ecologia nos Movimentos de Origem Oriental**

De acordo com Silas Guerreiro (2006, p. 100), as novas Religiões de origens orientais, geralmente, foram trazidas para o Brasil pelos imigrantes, porém, nos últimos anos conseguiram adeptos na sociedade brasileira. Elas possuem doutrinas com contornos bem definidos e uma verdade estabelecida, a qual, por vezes, é considerada superior às demais. Tais Religiões buscam a construção de um novo tempo e se organizam em torno de um líder carismático. Entre essas novas Religiões estão a Seicho-no-Iê, a Perfect Liberty, a Igreja Messiânica Mundial, a Igreja da Unificação, a Soka Gakkai e a Marikari.

A maioria das Religiões orientais tem um respeito muito grande com o ambiente e os seres vivos, incluindo os seres humanos. Entendem que todos estes segmentos são interligados e interdependentes, fazendo parte de uma mesma teia da vida.

Como exemplo inicial, menciona-se a Igreja Messiânica Mundial, que tem como princípio a ligação do ser humano com a Natureza; estimula a agricultura natural, o respeito e a valorização da Natureza, considerando seus elementos como fonte de saúde, energia, vida e felicidade. Em sua filosofia, procura despertar a humanidade, alertando-a para a realidade de que o ser humano acabará destruindo o Planeta e a si mesmo.

Visando a um estudo mais aprofundado sobre a abordagem ecológica nessas novas Religiões, escolheu-se a Seicho-no-Iê (SNI), pois nesse grupo, a partir de 2008, a temática ecológica passou a ter forte destaque e influência nas suas atividades, e, segundo pesquisadores, seria a única instituição religiosa brasileira a possuir o selo ou certificado ISO 14001, atribuído às instituições que promovem a gestão ambiental sustentável (SILVEIRA, 2015, p. 80; VENTURINI; COSTA, 2012, p. 1709).

A SNI, fundada no Japão, em 1930, por Masaharu Taniguchi, caracteriza-se por uma filosofia de vida prática com aspecto religioso. Seus ensinamentos envolvem todos os aspectos da vida, visando ao desenvolvimento global do ser humano. Compromete-se em contribuir para a sustentabilidade do Planeta, mantendo o equilíbrio entre a rentabilidade e a redução dos impactos ambientais (VENTURINI; COSTA, 2012, p. 1709).

A SNI, em seu modo de vida, reverencia todas as coisas do Universo como sendo Vida de Deus, com base no ensinamento de gratidão a todas as coisas do Céu e da Terra. Ensina sua comunidade a ter um espírito de gratidão às dádivas da mãe Natureza e o sentimento religioso de reverência à Vida de Deus, que se manifesta na Natureza e em todas as coisas. Reverencia e respeita a mãe Natureza como uma prática da vida religiosa no cotidiano e propaga esse sentimento religioso, pois, considera que toda criação de Deus é sagrada e deve ser cuidada por nós, para que esta e as futuras gerações usufruam de condições ambientais adequadas ao desenvolvimento da vida.

Segundo João Silveira (2015, p. 78), a Ecologia tornou-se um conteúdo relevante para a SNI, a partir da ascensão de Masanobu Taniguchi ao posto de Supremo Presidente, em 2008. Sua nova sede, no Japão, foi edificada a partir de princípios ecológicos, em uma região arborizada, sendo representado como modelo de um novo mundo orientado por princípios ecológicos.

Peter Clarke traz o conceito de “religião do eu verdadeiro”, trabalhado pela SNI, como um meio de alcançar a identidade espiritual autêntica do sujeito. Segundo esse autor:



“Religiões do Eu Verdadeiro” insistem que é o eu interior que constitui a autoridade de crença e prática [...]. Voltar para o interior reúne e harmoniza o que é superficialmente percebido como opostos. A natureza direta da experiência religiosa que esta nova espiritualidade oferece parece ser uma das características mais atrativas. Ela cria um novo entendimento do espaço histórico entre o estado atual e o potencial de um indivíduo que, em contraste com as religiões estabelecidas mais amplas, que traz a possibilidade da autorrealização interior completa ao alcance no presente. Ela torna isso constantemente disponível, sendo que a única barreira a ser superada é da ignorância sobre a natureza do verdadeiro eu. A distinção entre terra e paraíso é neste sentido anulada (CLARKE *apud* SILVEIRA, 2015, p. 77).

Apesar da abordagem ecológica na SNI ser relativamente recente, há uma disposição dialógica em conhecer e se envolver com as preocupações e os desafios das problemáticas ecológicas. Entre as ações ecológicas práticas dos adeptos da SNI estão a prática da reciclagem e o combate ao desperdício de água. Os ensinamentos da SNI procuram construir uma consciência integral da Natureza, de acordo com a qual a humanidade e o ambiente fazem parte de uma unidade.

De acordo com João Silveira (2015, p. 81), a imagem de unidade sagrada “humanidade-natureza-Deus”, a partir do reencantamento da relação entre humanidade e Natureza, é uma recorrência das ecoespiritualidades contemporâneas que redefinem o sentido da Religião e de suas práticas diárias.

Sobre o cuidado com a Natureza, assim se expressa Masanobu Taniguchi:

Pensando ecologicamente, precisamos reconhecer mais o valor da própria natureza, muito ainda tem a nos “ensinar”, devendo, assim, ser protegida. “Ver por trás de todas as coisas a Vida de Deus, a Misericórdia de Buda, e, com gratidão, cuidar bem de tudo, cientes de que todas as coisas da natureza não devem ser usadas como direito do ser humano, mas com cuidado, reconhecendo que Deus nos está permitindo usá-las (TANIGUCHI *apud* SILVEIRA, 2015, p. 78).

Assim, um conceito filosófico da SNI é o da “Imagem Verdadeira”, que corresponde à transcendência do mundo fenomenológico e visualiza o mundo regido pela Vida de Deus, repleto de força vital que harmoniza tudo. Ao destacar as problemáticas sobre poluição, desperdício e destruição da Natureza, a Imagem Verdadeira diz respeito também à Natureza que deve ser compreendida como componente da Vida da qual fazemos parte.

A SNI promove uma imagem vitalista de mundo a partir de uma concepção de harmonia com a natureza. A consciência de uma natureza sagrada comum a todos os seres vivos é para a SNI o meio ideal para lidar com os riscos que constituem a questão ecológica atual (SILVEIRA, 2015, p. 85).

Portanto, a importância da Ecologia para os Novos Movimentos Religiosos, como a SNI, traz à tona a forma encontrada pela imaginação religiosa para responder à consciência das ameaças globalmente vivenciadas; provoca a disposição de se viver em um mundo onde as partes, incluindo a Natureza e o divino, constituem uma totalidade inseparável.

A ideia de que “a gente tem que cuidar porque tudo é sagrado” define bem o intuito da SNI, da necessidade de engajamento ecológico; reciclar, não desperdiçar, não poluir e preservar a fauna e a flora deixam de ser apenas questões seculares para também se tornarem parte de uma ética religiosa orientada pela concepção da “Imagem Verdadeira” que atravessa toda a vida (SILVEIRA, 2015, p. 84).

Cuidar da Natureza faz parte da vida religiosa, pois a condição de “Filho de Deus” está vinculada ao respeito à Natureza. O otimismo frequentemente demonstrados pelos adeptos da SNI através da mentalização da “Imagem Verdadeira” do outro se reveste do sentimento de sacralização da Natureza, produzindo uma “ecotopia” a ser alcançada pela consciência da unidade e através da harmonia entre todas as coisas (SILVEIRA, 2015, p. 84).

Portanto, harmonizar com a Natureza e com o “Eu Verdadeiro” é, para adeptos da SNI, parte da prática religiosa, construindo uma consciência ecológica de respeito profundo pela Natureza e todas as formas de vida, através de uma prática ecológica cidadã, não provocando desperdício, consumismo, poluição ou contaminação ambiental.

### **2.3.3 Ecologia no Movimento Feminista**

Ecofeminismo é um termo originalmente usado em 1974, pela socióloga feminista Françoise D' Eaubonne (1920-2005), em seu livro *Leféminisme ou la mort*, "O feminismo ou a morte". Nessa obra, a autora parte de um tema do feminismo que já vinha sendo trabalhado em décadas anteriores – Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres – e juntou à temática ambiental da Conferência Ambiental de Estocolmo de 1972 – Os limites do Planeta frente à superpopulação e do consumismo –, cujo documento para o debate na Conferência foi o *Relatório O Limite do Crescimento*<sup>7</sup>, elaborado pelo Clube de Roma<sup>8</sup>, que defendia o

---

<sup>7</sup>Limite do Crescimento: relatório elaborado pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT), em 1972, constatou que a Terra não suportaria o crescimento populacional, devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, mesmo levando em conta o avanço tecnológico.

<sup>8</sup>O Clube de Roma, fundado em 1968, é um grupo informal constituído por economistas, cientistas, educadores e industriais dentre outros intelectuais de diversos países, que se reúnem periodicamente para discutir problemas da sociedade como um todo, principalmente assuntos como política, economia e ambiente e sua relação com o

crescimento zero e o controle populacional como forma de equilíbrio da Biosfera e da sobrevivência da humanidade.

Françoise se preocupava com o crescimento populacional, defendia o empoderamento da mulher tendo direito a seu corpo e à decisão de ter filhos, como forma de resolver o problema da superpopulação mundial. Ela sugere que, da mesma forma que a fertilidade e os recursos da Natureza são explorados pelo patriarcado<sup>9</sup>, as mulheres são colocadas em situação de subordinação, em seu papel materno e doméstico na sociedade, uma vez que, ao relacionar o feminino unicamente a fatores biológicos/naturais, coloca a mulher na mesma posição da Natureza, tida como inferior e a desvaloriza. “A exploração da natureza, em particular, tem marchado de mãos dadas com a exploração e desvalorização das mulheres, que tem sido identificada com a natureza através dos séculos” (CAPRA, 2006, p. 27).

Nesse sentido, Ecofeminismo é definido como um movimento organizado pelas mulheres que procuram conciliar a luta contra a dominação da mulher e da Natureza com o propósito de desenvolver uma nova estrutura de relações entre homens e mulheres, bem como entre a humanidade, a Natureza e suas formas de vida. Considera que as mulheres, assim como a Natureza, são dominadas e exploradas dentro do sistema hierárquico patriarcal, havendo uma conexão político-ideológica entre a dominação das mulheres e da Natureza.

O Movimento Ecofeminista busca defender os direitos de todos os cidadãos ao meio ambiente sustentável, incentivando a participação das mulheres nas decisões políticas. O intuito do Ecofeminismo é a recuperação e a valorização da Natureza e das mulheres, num contexto onde “estas foram relegadas pelo sistema patriarcal e, particularmente, pela Modernidade, a serem força de reprodução de mão de obra, ‘ventres benditos’, enquanto a Natureza tornou-se objeto de dominação em vista do crescimento do capital” (GEBARA, 1997, p. 10).

Sobre a importância do cuidado compartilhado de toda a criação, Wanda Deifelt destaca que o Ecofeminismo,

afirma o cuidado como imperativo ético, apontando para uma proposta de poder compartilhado, o respeito pela integridade da criação [...] o lugar que os seres humanos assumem na criação não é de domínio irrestrito ou

---

desenvolvimento. Um dos seus fundadores, Aurélio Peccei esboçou suas ideias ambientalistas na obra “O Abismo à Frente”, publicado em 1969 (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

<sup>9</sup> O patriarcado corresponde ao sistema *sexo-gênero* presente na sociedade e que se sustenta sobre raízes materiais, ideológicas e simbólicas, perpetuando a crença de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificariam as desigualdades sociais (SILIPRANDI, 2000, p. 68).

hierárquico, mas de profunda consciência da interrelacionalidade e interdependência entre as criaturas (DEIFELT, 2013, p. 120).

Assim, todos devem cultivar as características humanas da gentileza e do cuidado, trocando o sistema patriarcal capitalista de produção por “um modelo sustentável, que respeita os ciclos da Natureza e promove a comunhão do ser humano com o meio ambiente” (DUARTE, 2015, p. 66).

O Ecofeminismo possui uma pluralidade enorme de pensamentos, conceitos e propostas, envolvendo várias formas de expressão e teorias, correntes e tendências. Alguns autores classificam o Ecofeminismo nas tendências clássica, espiritualista e construtivista; outros classificam em diferentes correntes Ecofeministas: cultural, liberal, social, radical ou revolucionário (DUARTE, 2015, p. 58). A seguir, um esboço do que defendem as principais tendências.

O Ecofeminismo Clássico pressupõe uma ética feminina de proteção e de cuidado, conforme a qual as características femininas e suas atitudes práticas acabam pré-dispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da Natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição.

O Ecofeminismo Espiritualista afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e de centralização do poder. Tem a Natureza como algo sagrado, do qual o ser humano é parte integrante e as mulheres assumem uma maior proximidade com a Natureza, ao mesmo tempo que desejam a transferência de seus valores a todos.

O Ecofeminismo Construtivista (ou Culturalista) defende que a relação das mulheres com a Natureza não está associada a características inerentes ao sexo feminino, mas, sim, originária pela sua posição no sistema sexo-gênero para seus papéis e construção de suas identidades. O interesse e a consciência ecológica das mulheres decorrem da sua interação com o meio ambiente, numa relação construída social e culturalmente, independente das características afetivas ou cognitivas próprias de seu sexo.

São pontos comuns entre todas as tendências do Movimento Ecofeminista: a compreensão de que existe uma relação entre a opressão da Natureza e das mulheres, a crítica ao sistema capitalista e aos dualismos hierárquicos patriarcais, nos quais as mulheres são tratadas como inferiores aos homens e a Natureza é tratada como inferior à cultura e aos seres humanos.

O dualismo está enraizado na sociedade e em culturas ocidentais, falsificando a verdadeira identidade das mulheres, dos homens e da Natureza em sua integralidade e

complexidade, como forma de justificar o tratamento dado tanto às mulheres quanto à Natureza como propriedade dos homens, os quais procuram exercer domínio sobre a mulher e sobre a Natureza (RUETHER, 1996, p. 133).

Sobre o dualismo e o distanciamento dos seres humanos da Natureza, assim se expressa Rosemary Ruether:

Temos de examinar os padrões simbólicos, psicológicos e culturais pelos quais os seres humanos se distanciaram da natureza, negaram sua realidade de seres que fazem parte da natureza e pretenderam dominá-la a partir de fora. Temos de recuperar a experiência de comunhão na natureza e reconstruir uma nova cultura baseada na afirmação de que somos uma única comunidade de vida interligada (RUETHER, 1996, p. 129).

Assim, faz-se necessário um relacionamento harmônico e respeitoso entre todas as formas de vida, superando o dualismo entre seres humanos e Natureza e entre homens e mulheres, para que possamos coexistir e evoluir em nossa missão predestinada pelo Criador a caminho da nova Criação.

Sobre a importância de romper com o dualismo para a construção de um mundo mais sustentável, assim se expressa Wanda Deifelt:

Toda formulação que não questiona o dualismo entre o mundo masculino e o feminino, público e privado, cultura e natureza, espírito e matéria, alma e corpo, sagrado e profano, razão e emoção, continua perpetuando valores hierárquicos. Sempre o primeiro é superior ao segundo, e quando se trabalha com valores de superioridade e inferioridade, não se pode resgatar a interdependência, afirmar a conexão mútua, ou celebrar a vida em sua complexa teia de relações (DEIFELT, 2013, p. 117-118).

As mulheres sofrem mais que os homens com as consequências do desequilíbrio ambiental, pois, devido à organização social, elas ficam responsáveis pela maioria das atribuições da família. É necessário romper com o pensamento dualista, a partir de uma compreensão mais sistêmica da realidade, como forma de promover o desenvolvimento humano e o cuidado com a Natureza. Essa realidade “ajuda a compreender porque as mulheres, mais que os homens, participam ativamente das reivindicações e movimentos ecológicos que lutam para liberar a Natureza da exploração e as mulheres da subalternidade” (GARCIA, 2009, p. 14).

Nesse sentido, para Ivone Gebara (1997, p. 16), “uma postura ecofeminista é político-crítica, relacionada com a luta antirracista, antissexista e antielitista”, pois são as mulheres pobres, negras ou indígenas, as primeiras a serem excluídas dos bens produzidos pela Natureza. Diante dessa realidade, as mulheres tornam-se as maiores vítimas da

degradação ambiental; são elas que vivem mais fortemente no corpo as ameaças de morte que o desequilíbrio ecológico lhes impõe.

Considerando que os países capitalistas utilizam grande quantidade de recursos e energia dos países pobres, provocando a exploração dos recursos naturais, a degradação ambiental e, conseqüentemente, a destruição das condições de sobrevivência das mulheres e de suas famílias nos países do Terceiro Mundo, “as mulheres rurais nesses países mantêm uma relação muito estreita com a Natureza, são usuárias e gestoras dos recursos naturais, produtoras de alimentos e bens” (GARCIA, 2009, p. 14).

Uma das principais ecofeministas do Terceiro Mundo é a indiana Vandana Shiva, que se destacou ao questionar o uso da Ciência moderna na destruição de sistemas comunitários de produção agrícola e florestal. O envolvimento das mulheres na luta ecológica se deve sobretudo ao acesso destas “ao mundo público, onde ganharam experiência política, uma visão mais ampla e diversificada dos problemas humanos, confiança para criticar a cultura e propor mudanças” (GEBARA, 1997, p. 14).

De acordo com Rosemary Ruether (1996, p. 131 e 135), o cristianismo e a ideologia científica são acusados como as principais causas e agentes de imposição da dominação das mulheres e da Natureza. A autora firma que, no contexto da América Latina e da África, o fundamento da dominação das mulheres e da Natureza é o empobrecimento da maioria do povo, particularmente das mulheres e das crianças, e o empobrecimento da terra.

Citando Haroldo Reimer, Wanda Deifelt (2013, p. 111), afirma que o Ecofeminismo considera que a crise ecológica atual envolve um colapso nas relações do ser humano com a Natureza, dos seres humanos entre si, da criação com seu Criador. Defende que para superar a atual crise ecológica é necessária a reinterpretação da Bíblia, a revisão da Teologia; é preciso haver novas propostas de espiritualidade e de compromisso da humanidade com uma vivência real de valores que promovam o bem comum.

Assim, para avançar na mudança cultural patriarcal milenar de domínio sobre as mulheres, será necessário muito diálogo, altruísmo, abertura ao diálogo, sobretudo, com os diferentes, com os discriminados por questões culturais, religiosas, de gêneros, dentre outras, considerando ainda a complexidade dos seres humanos em suas múltiplas relações com o divino, com a Natureza, com o próximo e consigo mesmo.

Dando continuidade ao estudo Ecofeminista, talvez, uma das questões mais polêmicas entre as tendências desse Movimento seja a relação de vínculo entre mulher e Natureza. Se a mulher está, naturalmente, mais ligada à Natureza do que o homem, ou se essa

ligação é construída socialmente a partir da sua posição no sistema sexo-gênero da sociedade patriarcal.

De acordo com Ivone Gebara (1997, p. 16), o fato de as mulheres serem mais afetadas com as crises ambientais nada tem a ver com a relação delas com a Natureza, mas sim com a existência, em nível mundial, de políticas de poder exercidas pelos homens sobre as mulheres, sobretudo com as atribuições sociais de cuidado com a família. A autora prefere trabalhar um Ecofeminismo que pense a dimensão religiosa da vida humana, sem sacralizar o mundo da Natureza nem o das mulheres, mas buscar caminhos alternativos de sobrevivência.

Emma Siliprandi (2000, p. 69) considera problemática a visão que orienta algumas correntes do Ecofeminismo, baseada na ideia de que as mulheres simplesmente por terem nascido mulheres já estão mais identificadas com a Natureza e seriam, por esta razão, “depositárias de um ‘princípio feminino’ dado por sua condição de mães, que as identificaria com a fertilidade e com a criação, tendo, assim, uma posição privilegiada em defesa do meio ambiente.

Nesse sentido, Naia Oliveira (2005), afirma que não se encontra aporte teórico para responder sobre uma ligação especial existente entre a mulher e a Natureza:

A associação das mulheres com a natureza pode ser encarada como um recurso de poder, um estímulo para a mobilização [...]É assumindo-se como cidadãs que poderão combater a dupla subordinação, não tanto na igualdade com a natureza, mas respondendo pelas suas próprias vidas e pela preservação do meio ambiente (OLIVEIRA, 2005, p. 104-105).

Concordando com Raquel Duarte (2015, p. 57), ao afirmar que mulheres estão culturalmente mais ligadas à Natureza por uma imposição da cultura machista e patriarcal, a qual excluiu a mulher do mundo da produção, da Ciência e da Tecnologia e não como um fator natural, Rosemary Ruether verifica que a conexão entre a dominação das mulheres e a dominação da Natureza é geralmente estabelecida no nível cultural-simbólico:

A cultura patriarcal definiu as mulheres como seres “mais próximos da natureza” ou como seres que, na cisão entre natureza e cultura, estão no lado da natureza. Isso se mostra na maneira como as mulheres foram identificadas com o corpo, a terra, o sexo, a carne em sua mortalidade, fraqueza e “propensão ao pecado” *vis-à-vis* uma interpretação da masculinidade que a identifica com o espírito, a mente e o poder soberano tanto sobre as mulheres quanto sobre a natureza (RUETHER, 1996, p. 130).

Nesse sentido, para o Ecofeminismo não existe hierarquia natural entre as pessoas, e entre pessoas e Natureza. Procura superar a visão dualista entre o homem e a mulher, entre o ser humano e a Natureza através do estabelecimento de relações mais integradas entre os seres

humanos e com toda a criação, além de propor uma reavaliação de valores e conceitos pré-estabelecidos.

Compreende-se a importância de ambos os argumentos diante da necessidade de empoderamento das mulheres com o propósito de construir uma sociedade mais justa e fraterna e um meio ambiente mais sustentável. Assim, é importante frisar que no decorrer de toda nossa pesquisa, com base no paradigma ecológico, construiu-se a compreensão de que o ser humano deve se identificar com a Natureza, fazendo parte da mesma teia da vida, como forma de promover a cidadania planetária e caminhar para a sustentabilidade socioambiental.

Há uma interessante discussão sobre os objetivos ou agenda dos movimentos ambientalistas e do Ecofeminismo. Apesar do movimento ambientalista defender o controle de natalidade como uma medida de proteção do meio ambiente, este debate não é feito sob a perspectiva das ecofeministas, dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e menos ainda do aborto legal (DUARTE, 2015, p. 55).

Porém, constata-se que os Movimentos Ecofeministas e ambientalistas possuem agendas comuns, sendo de fundamental importância que trabalhem de forma conjunta no sentido de construir formas de viabilizar uma melhor convivência em uma comunidade interligada e sem hierarquias, pois trata-se de questões sobre qualidade de vida, de mundo mais justo e saudável para todos e da permanência da humanidade e demais seres vivos na Terra.

Dentre as inúmeras lutas em defesa da Natureza em que os Movimentos Ecofeministas brasileiros se encontraram inseridas neste início de século XXI, está a resistência às barragens para hidrelétricas, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas e às usinas nucleares. Também mostraram seu protagonismo na construção de alternativas populares e sustentáveis através da agroecologia e da agricultura familiar, do extrativismo, da proteção dos bosques e florestas, dentre outros.

No Brasil, o Ecofeminismo se desenvolveu mais no sudeste do país, principalmente a partir do livro “Elogio da Diferença: o feminismo emergente”, de Rosiska Darcy de Oliveira, publicado em 1991, “representando o feminismo da diferença, pelo qual as mulheres deveriam conquistar os espaços sociais a partir de sua realidade própria ou de sua diferença em relação aos seres humanos” (GEBARA, 1997, p. 12).

Por fim, o Ecofeminismo tem avançado de forma significativa na defesa das causas das mulheres e das questões ambientais. Contudo, as ideias e ações propostas pelas ecofeministas precisam chegar com mais ênfase à população em geral, para que todos possam repensar as relações que se estabelecem na Natureza, com vistas à compreensão e à superação



desse sistema de domínio e de destruição para intensificar a defesa das mulheres e da nossa Casa comum.

Avalia-se que a relação mais harmônica do ser humano com a Natureza não resulte, necessariamente, na superação da dominação das mulheres pelos homens. Mas, para avançar na mudança cultural patriarcal milenar de domínio sobre as mulheres, será necessário muito diálogo, a promoção de um ensino que valorize a diversidade, um embate que sempre foi difícil, e atualmente, nos âmbitos local e global, constitui-se um desafio ainda maior.

Considera-se que há, ainda, uma distância do ideal de uma sociedade ecológica global, na qual as mulheres possuam os mesmos direitos e oportunidades que os homens e, acima de tudo, uma sociedade em que os pobres da Terra não sejam oprimidos e discriminados nem a Natureza seja explorada e destruída. Essa realidade ainda é utópica, mas é preciso acreditar no destino da criação contínua, evoluindo em busca da nova Criação, cujo ideal de justiça, paz e harmonia seja alcançado.

Neste capítulo trata-se das relações estabelecidas com a Natureza nas Religiões dos povos primevos, nas Religiões Judaico-cristãs e nos Novos Movimentos Religiosos no Brasil. No capítulo três, encontra-se um estudo crítico das práticas ecológicas no âmbito de duas Igrejas Cristãs no Brasil (Igreja Católica e Igreja Evangélica Assembleia de Deus), como forma de estender o debate sobre a importância de trabalhar as questões ambientais de forma mais intensa nas Igrejas.

### **3 ENSINO ECOLÓGICO DO MAGISTÉRIO DA IGREJA CATÓLICA E DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL (1990-2015)**

Neste último capítulo, fez-se um estudo crítico das práticas ecológicas no âmbito de duas Igrejas Cristãs no Brasil – Igreja Católica e Igreja Evangélica Assembleia de Deus – como forma de estender o debate sobre a importância de trabalhar as questões ambientais de forma mais intensa nas Igrejas, incentivando o diálogo entre Educação Ambiental e teológica, no sentido de que elas promovam a conversão ecológica dos cristãos, passando de destruidores a cidadãos conscientes das suas responsabilidades com toda a Criação.

Assim, diante da conjuntura socioambiental atual, as Religiões são desafiadas a contribuir com a Educação Ambiental dos seus participantes e da sociedade, promovendo através do diálogo na prática da vida religiosa, de forma sistêmica e integral, a conscientização ambiental e práticas culturais sustentáveis que respeitem a vida e o ambiente (MAÇANEIRO, 2011a, p. 85).

É importante que as Igrejas evangélicas assumam a responsabilidade em contribuir para reverter a situação de exploração ambiental, pois o protestantismo foi um dos protagonistas do sistema capitalista, colaborando para a destruição da Natureza, ao seguir a cosmovisão utilitarista ao invés de seguir a ordenança divina de dominar a Natureza (Gn 1, 28) com inteligência e sabedoria, retirando dela os recursos necessários a sua subsistência e sendo corresponsável por sua conservação (BARRETO, 2014, p. 22).

Certamente, as Igrejas como promotoras e representantes do Reino de Deus, onde imperam a justiça, a paz e alegria, devem assumir o compromisso de trabalhar em prol das causas ambientais, pois a injustiça social faz com que os menos favorecidos sejam os primeiros a sentirem as consequências do desequilíbrio ambiental provocado pelo aquecimento global, o que provoca mais desequilíbrio por conta da luta destes pela sobrevivência.

A seguir, são abordadas as práticas ecológicas desenvolvidas no âmbito da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil; na sequência, são estudadas as práticas ecológicas vivenciadas pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil. Analisam-se produções sobre as referidas Igrejas, no período que vai das preparações para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (Rio-92) até o lançamento da Encíclica “*Laudato Si'*: sobre o cuidado da Casa comum”, em 2015, pelo Papa Francisco.

### **3.1 A CONTRIBUIÇÃO ECOLÓGICA DO MAGISTÉRIO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL**

No estudo das abordagens ecológicas pelas Igrejas, são identificados, principalmente, documentos da Igreja Católica, visto que o Vaticano é uma cidade-Estado, observador permanente das Nações Unidas e de outras instituições da ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Portanto, isto explica a necessidade de tantas produções na área ambiental e a existência de um órgão central com especialistas para cuidar dos vários temas da sociedade.

A Igreja Católica Apostólica Romana, sendo a maior instituição dentro do cristianismo, tem grande responsabilidade no debate das urgentes causas ecológicas, pois é fomentadora de valores morais e éticos para considerável parcela da sociedade, podendo promover Educação Ambiental sistemática na comunidade, contribuindo de forma significativa para a redução dos impactos ambientais provocados pelos seres humanos (PINTO; COELHO, 2016, p. 07).

Nesse sentido, o cristianismo deve ser protagonista na promoção de uma cultura ecológica ambiental e humana nas comunidades cristãs, fazendo com que estas vivam em harmonia com a Natureza, construindo um mundo de paz e justiça para toda a criação.

De acordo com Afonso Murad (2008, p. 240) nos últimos 40 anos as Igrejas cristãs, sobretudo a Católica, formaram um enorme contingente de agentes de pastoral que atuaram ativamente na promoção da cidadania e na superação da pobreza. Sendo que, diante da questão ambiental atual, estas pastorais podem dar novo vigor às práticas ecológicas transformadoras, promovendo a cidadania ambiental nas suas comunidades e o cuidado com a Natureza.

As pastorais sociais da Igreja Católica estão integrando a questão ambiental na sua visão de sociedade e nas suas práticas cotidianas. Assim, o empenho de pessoas e de grupos cristãos em iniciativas socioambientais permite diálogo muito importante para a sociedade e para a fé cristã, no sentido de reverter a situação de degradação socioambiental atual (MURAD, 2009, p. 295).

De acordo com Jeane Barreto (2014, p. 53), a Igreja Católica consegue promover ações práticas de preservação e conservação da Natureza, de forma que algumas tendências da Teologia católica tem a percepção de que a Natureza, além de ser criação de Deus, é sagrada e

é uma forma de Deus se manifestar; também considera a Natureza como provedora de medicamentos e como elemento de interligação entre ser humano e Natureza.

Porém, para promover ações efetivas de educação ambiental, as estratégias da Igreja deverão ser aprimoradas, através de ações pedagógicas constantes do clero junto às comunidades, como forma de promover a conscientização ambiental da comunidade e consequente mudança de comportamento em defesa do meio ambiente (ROCHA, 2008, p. 258). A seguir, uma discussão sobre o que diz oficialmente a Igreja.

### 3.1.1 Ecologia nos Documentos e Pronunciamentos do Vaticano

Há importantes ensinamentos no magistério dos Papas Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI, e Papa Francisco sobre a questão ecológica. Como nosso período de estudo é a partir de 1990, são apresentados os títulos de alguns documentos e de mensagens importantes para o debate ecológico de Paulo VI e documentos dos 12 primeiros anos de João Paulo II.

Assim, foi publicado pelo Papa Paulo VI os seguintes documentos que tratam da temática ambiental: Constituição Pastoral do Concílio do Vaticano II - *Gaudium et Spes* (1965), no qual se propõe o diálogo da Igreja com o mundo; das Encíclicas *Populorum Progressio* (1967), que articula o papel da Igreja no processo de desenvolvimento; *Humanae Vitae* (1968), onde a Igreja se manifestou contra o controle artificial da natalidade; documentos do episcopado latino-americano (CELAM) de Medellin (1968) e da Carta Apostólica *Octogesima adveniens* (1971), além de mensagens por ocasião do 25º aniversário da Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1970 e da abertura da Conferência Ambiental de Estocolmo em 1972.

Entre os principais documentos do Papa João Paulo II, publicados antes de 1990, sobre este assunto estão: a Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (1979) que ressalta a ambivalência e o temor do progresso técnico, onde o ser humano é ameaçado por aquilo que ele mesmo produz; a campanha da fraternidade (CF) de 1979, cujo tema foi “Por um mundo mais humano” e o lema: “Preserve o que é de todos”, que promoveu a discussão entre Religião, modernidade e Ecologia; além disso, proclamou São Francisco de Assis patrono da Ecologia, como uma forma de orientar os cristãos no respeito pela integridade da criação; a questão ecológica também é abordada nos documentos do episcopado latino-americano (CELAM) de Puebla (1979).

Após estas breves citações, as experiências ecológicas da Igreja são abordadas de forma mais sistêmica. Nesta perspectiva, a partir de 1989, no período de 1º de setembro a 04 de outubro, ocorrem as comemorações do Tempo para a Criação encerrando com a Festa de São Francisco de Assis, na tradição católica romana e na anglicana. É um tempo de oração, reflexão sobre o cuidado e o uso adequado da Natureza, e para renovação do compromisso ecológico. Essas celebrações fazem parte das iniciativas da justiça climática do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)<sup>10</sup>, através do qual, Igrejas, organizações ecumênicas e redes religiosas são chamadas a orar e a celebrar a Criação, promovendo estilos de vida sustentáveis e enfatizando os aspectos ético e a espiritualidade ecológica (PEREIRA, 2012, p. 81).

Não se pode desconsiderar os esforços e o protagonismo do Papa Paulo VI em defesa das questões ambientais, porém, foi a partir do pontificado de João Paulo II que a preservação da Natureza e o desenvolvimento sustentável passaram a fazer parte do discurso oficial e começaram a serem discutidas de fato dentro da Igreja. Considerando a Conferência Ambiental Rio – 92 e o agravamento dos problemas ambientais, a Igreja se viu no dever de agir, de forma a responder às muitas questões colocadas à sociedade pelo movimento ambientalista (COSTA, 2015b, p. 33).

Nesse sentido, João Paulo II, em sua mensagem para a 23ª Jornada Mundial pela Paz, em 1990, faz a relação da paz com Deus e paz com a Criação; afirma que a paz mundial está ameaçada e cita como uma das causas a falta de respeito à Natureza, a exploração dos recursos e consequente deterioração da qualidade de vida. Reconhece a necessidade de um trabalho efetivo da Igreja no sentido de promover a conscientização ambiental da população. Na ocasião, tratou a crise ecológica como problema moral e alertou sobre a responsabilidade de todos no cuidado com o meio ambiente (JOÃO PAULO II - DIA MUNDIAL DA PAZ, 1990, § 1 e 13).

Diante da crise ecológica atual, é necessária a mudança de hábitos e de estilo de vida em relação à Natureza. Essa transformação foi chamada pelo Papa João Paulo II, em 2001, de conversão ecológica, durante uma audiência dirigida a todos os preocupados em se

---

<sup>10</sup> O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) principal organização ecumênica em nível internacional, fundada em 1948, em Amsterdam, congrega mais de 340 Igrejas. Desde a década de 1970 tem ajudado a promover um movimento para a justiça climática que incentiva milhões de pessoas ao redor do mundo, tendo participação efetivas nas Conferências Climáticas e demais encontros promovidos pelas Nações Unidas (PEREIRA, 2012, p. 81).

comprometerem contra a catástrofe ecológica, termo que reaparece em vários outros documentos do Vaticano (CARNEIRO, 2015, p. 25).

Assim, na comemoração do centenário da Encíclica “Rerum Novarum”, João Paulo II escreve a Carta Encíclica “Centesimus Annus”, em 1991, na qual considera o consumismo prejudicial à saúde física e espiritual e agente causador da degradação do ambiente. Além disso, critica a ação humana que, ao invés de cuidar da Criação, age de forma agressiva, provocando a revolta da Natureza (GARMUS, 2009, p. 869).

Na Semana de Estudos da Pontifícia Academia de Ciências, em 1992, estudou-se o acentuado crescimento demográfico, seu impacto no meio ambiente e a disponibilidade dos recursos naturais. Na ocasião, a Igreja defendeu que a diminuição da população não garante a preservação da Natureza, sendo necessário melhorar a educação da sociedade, de forma que esta mude seu estilo de vida consumista para um comportamento de respeito à Natureza e à dignidade da pessoa humana, além de promulgar leis e impetrar ações que impeça a destruição do meio ambiente (GARMUS, 2009, p. 870).

Nessa perspectiva, a partir da Conferência Rio-92, muitas Religiões, entre as quais a Católica e as ligadas ao CMI, procuraram oferecer em suas comunidades uma Educação Ambiental integral com o objetivo de promover mudanças de práticas culturais insustentáveis para práticas que respeitem a vida e o ambiente.

Assim, João Paulo II em carta à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIDP -1994), retorna à questão demográfica e sua relação com o meio ambiente, reafirmando que problemas ambientais não se restringem ao crescimento demográfico, mas envolvem questões bem mais complexas como o modelo econômico que promove o consumismo e o desperdício. Sugere às nações buscar tecnologias menos poluidoras e rever seus padrões de consumo como forma de conservar o meio ambiente para esta e as gerações futuras (GARMUS, 2009, p. 870).

Na Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, em 1995, João Paulo II faz a seguinte afirmação:

O ser humano é convidado a uma verdadeira conversão a fim de reconhecer a beleza da criação e preservar o ‘bem comum’ de toda a humanidade. Ele é convidado a libertar-se da escravidão do consumo e da corrida para ter ‘sempre mais’. Deve reencontrar o sentido da gratuidade de mudar o próprio modo de ver, a fim de aprender a considerar a criação como dom de Deus, como único Criador (JOÃO PAULO II - *EVANGELIUM VITAE*, 1995, § 15).

Desta forma, em 1996, João Paulo II, em documento enviado para o “Conselho sobre a Fome”, aborda este problema com a questão ambiental. Relaciona o desmatamento como

consequência dos desequilíbrios sociais e ambientais nos países pobres e defende que os gastos com a preservação ambiental e a redução dos impactos ambientais sejam integrados nos custos das atividades econômicas, de forma que o desenvolvimento seja duradouro e equitativo (GARMUS, 2009, p. 871).

Em outro documento “A importância da publicidade” (1997) o Papa afirma que a propaganda promove um estilo de vida desregrado, com desperdício e saque dos recursos ambientais, causando graves danos à Natureza. Reafirma que o ser humano, tomado pelo desejo de possuir e de gozar, consome de modo excessivo e desordenado os recursos da Terra, ameaçando sua própria vida (GARMUS, 2009, p. 873).

Ainda em 1997, o Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, ao falar sobre a reforma agrária, indica a má distribuição das terras como uma das causas da degradação ambiental, provocando um processo dificilmente reversível, com redução da fertilidade do solo e exposição à erosão, diminuição da água subterrânea, o assoreamento de rios e lagos, dentre outros problemas socioambientais (GARMUS, 2009, p. 873).

Por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente em Johannesburgo (2002), o representante do Vaticano lembrou a declaração conjunta sobre a ética ambiental da perspectiva cristã, assinada durante o evento com o Patriarca Bartolomeu I, líder espiritual dos cristãos ortodoxos, fazendo com que, pela primeira vez, a questão ambiental se tornasse o ponto de aproximação das duas correntes do cristianismo em questões de fé. Afirmou que o motivo da presença da Santa Sé na Conferência se pautava pela defesa do desenvolvimento sustentável como forma de promover o ser humano, a sua dignidade e direitos (CARNEIRO, 2015, p. 53).

Por sua vez, na Exortação Apostólica Pós Sinodal (2003), João Paulo II conclama a todos que respeitem o ambiente e cuidem da Criação. Reconhece que a crise ecológica é uma crise espiritual e conclama os bispos a promoverem a conversão ecológica em suas comunidades, ensinando o ser humano a resgatar sua posição de cuidador da Natureza, passando a agir como ministro do Criador. Na ocasião, reinterpreta Rm 8, 22, afirmando que, ao invés da expectativa da revelação dos filhos de Deus, a Natureza está em um espasmo de morte que tende a agarrar o próprio ser humano para destruí-lo (GARMUS, 2009, p. 872).

Ademais, no Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2004), afirma que o ser humano não deve utilizar a Terra de forma arbitrária e soberana, como se ela não possuísse um destino dado por Deus. Mas deve agir na Natureza como colaborador de Deus, sem abusar dela nem danificá-la, intervindo para ajudar a desenvolvê-la, segundo sua essência e os

propósitos de Deus, que oferece ao ser humano a honra de cooperar na obra da Criação (DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA, 2004, § 460).

Iniciando as abordagens ecológicas na Encíclica *Caritas in Veritate* de 2009, o Papa Bento XVI aponta como maior dificultador da preservação da Natureza a falta de solidez moral da sociedade em geral, ao permitir que o aborto seja legalizado e que sejam feitas pesquisas com embriões humanos, fazendo com que a consciência comum do conceito de Ecologia seja neutralizada. Diante desta realidade, os incentivos e as penalizações econômicas e até ações educativas tornam-se insuficientes, devido à contradição em defender o respeito ao ambiente natural, enquanto a educação e as leis não ajudam a respeitar a pessoa humana. “Esta é uma grave antinomia da mentalidade e do costume atual, que avilta a pessoa, transtorna o ambiente e prejudica a sociedade” (BENTO XVI - *CARITAS IN VERITATE*, 2009, § 51).

Desta forma, Bento XVI na Homilia da Solenidade de Pentecostes (2009), faz uma relação entre a Ecologia ambiental e a Ecologia espiritual, afirmando que ambas podem ser corrompidas. Assim como a poluição atmosférica envenena o ambiente e os seres vivos, a poluição do coração e do espírito mortifica e envenena a existência espiritual. Assim como o ar é para a vida biológica, o Espírito Santo é para a vida espiritual. Afirma que o equilíbrio ecológico depende da tríade ambiente – ser humano – espírito, todos interligados pelo amor.

Ainda em 2009, o Cardeal Rodriguez Maradiaga, presidente da Caritas Internacional, em discurso para embaixadores, incentiva os representantes das nações a produzirem um acordo global sobre a redução dos gases poluentes, que seja forte, responsável e justo, de modo a assegurar a sobrevivência e o bem-estar de todos. Pede uma colaboração mais eficiente no desenvolvimento dos países mais pobres, os mais atingidos pelas mudanças climáticas. Defende ainda que os países mais poluidores sejam os que mais paguem pelas ações que visem reduzir os poluentes e suas consequências.

De acordo com Beatriz Carneiro (2015, p. 55) o Papa Bento XVI defendeu de forma intensa as causas ecológicas e, através dos seus textos e pronunciamentos, procurou tornar o Vaticano um espaço sustentável, com medidas que reduzem a emissão de gás carbônico, reciclagem de materiais e uso de energia solar.

No Dia Mundial da Paz, em 2010, com o tema: “Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação”, o Papa Bento XVI voltou a citar a contradição em solicitar dos jovens o respeito ao meio ambiente enquanto não são ajudados a respeitarem a si mesmos. Reafirma que o livro da vida é único, que os deveres para com o ambiente derivam dos deveres para com a pessoa e do seu relacionamento com os outros. Afirma a urgência e o dever de toda pessoa de proteger



a Natureza para construir um mundo de paz e uma oportunidade para entregar às novas gerações a perspectiva de um futuro melhor para todos (BENTO XVI - DIA MUNDIAL DA PAZ, 2010, § 12 e 14).

Destaca-se o protagonismo ambiental do Papa Francisco e suas propostas de cuidado com a nossa Casa comum, através da Encíclica *Laudato Sí*, em um dos subtópicos a seguir.

Antes de passar para o próximo item, uma breve análise da Conferência de Aparecida (V CELAM), que ocorreu no Brasil, em 2007. O documento final apresenta a Natureza como herança e espaço de convivência a ser cuidado e protegido pelo ser humano em benefício de todos. Defende que nas intervenções sobre os recursos naturais não predominem os interesses de grupos econômicos e tecnológicos, como forma de garantir o direito à qualidade de vida para as futuras gerações. Porém, por ter centrado mais em Cristo, sua redenção e missão, no documento há poucos textos bíblicos relacionados à Ecologia da Criação, não sendo abordado de forma adequada o cuidado com a Natureza dentro da missão evangelizadora (CELAM, 2007, § 471).

Ainda assim, o documento da V CELAM critica a subordinação da preservação da Natureza ao desenvolvimento econômico, o que termina provocando danos à biodiversidade, o esgotamento da água potável, a contaminação do ar, entre outros. Defende que o valor da pessoa humana e de suas necessidades de sobrevivência devem prevalecer diante da produção de agrocombustíveis. [...] Afirma que a Terra é afetada pelas mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global que é provocado, principalmente, pelo estilo de vida consumista da população dos países desenvolvidos (CELAM, 2007, § 66).

A partir do exposto, destaca-se a importância de abordar aqui um documento significativo na relação Ecologia e Religião que ainda não foi visto nesta Dissertação: A Carta da Terra. Proposta desde a Conferência Rio 92, a Comissão para sua elaboração final foi criada em 1995, organizada em Haia, Holanda, e que contou com o envolvimento de 46 países. Esta Carta foi ratificada em 2000, e estabelece os Princípios de Conservação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável.

A Carta da Terra apresenta uma visão integradora e holística; considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam propostas e ações integradas. Ela representa um grito de urgência diante das ameaças que pesam sobre a biosfera e a humanidade. Um documento em favor da esperança de um futuro promissor comum a toda Criação e ao Planeta (CARTA DA TERRA, 2000, p. 119).

Assim, essa Carta defende uma consciência planetária que considera que o ser humano e os demais seres vivos têm um destino comum. Portanto, a humanidade deve somar esforços para construir uma sociedade sustentável baseada no respeito à Natureza, nos Direitos Humanos, na justiça econômica e social e em uma cultura da paz. Para tanto, o ser humano deve assumir responsabilidades com seus semelhantes, com os seres vivos e com as futuras gerações (MURAD, 2013a, p. 448).

Dando continuidade ao estudo da Ecologia no catolicismo, aborda-se a seguir, a Ecologia no Catecismo da Igreja Católica e, na sequência, a Carta Encíclica *Laudato Si'*: Sobre o Cuidado da Casa comum, publicada em 2015, pelo Papa Francisco.

### 3.1.1.1 Ecologia no Catecismo da Igreja Católica (CIC)

O Catecismo da Igreja Católica (CIC-1992) é o documento oficial sobre a prática da fé e do magistério da Igreja, no qual estão contidos os ensinamentos necessários de orientação e prática do catolicismo em todo o mundo. Seu período de elaboração (1985-1992) coincide com o momento de fortalecimento dos debates ecológicos em todo o mundo, com o florescimento da consciência ambiental e das discussões sobre a relação dos humanos com a Natureza. Ou seja, um período em que a perspectiva biocêntrica começa a entrar na pauta de discussão de intelectuais e de instituições internacionais, dentre elas a Igreja Católica (PINTO; COELHO, 2016, p. 10).

Porém, o CIC apresenta fortes traços antropocêntricos, com breves apontamentos biocêntricos. Apresenta os seres humanos como possuidores da Terra e criaturas eleitas, a quem Deus confiou a responsabilidade de submeter e dominar a Natureza. Em compensação, afirma que os seres humanos são responsáveis pelo uso racional dos recursos naturais e que devem tratar com zelo e respeito os seres vivos e os recursos minerais que dão sustentação à vida (PINTO; COELHO, 2016, p. 10).

Para superar este antagonismo, é necessária uma qualificada mediação pedagógica, de forma que a visão antropocêntrica, que contribuiu para o agravamento da crise ecológica, seja superada pela visão biocêntrica e pela reinterpretação ecológica dos textos bíblicos, na perspectiva de promover a conscientização ambiental da comunidade, o respeito, o cuidado e consideração com a Natureza e seus recursos.

O CIC trata as questões ambientais de forma genérica, sem apontar culpados pela destruição ambiental. Afirma que o ser humano tem a vocação de dominar o Planeta, mas que esta soberania não pode ser exercida de forma arbitrária e destrutiva:

O uso dos recursos minerais, vegetais e animais do universo não pode ser desvinculado do respeito pelas exigências morais. O domínio concedido pelo Criador ao ser humano sobre os seres inanimados e os outros seres vivos, não é absoluto, mas regulado pela preocupação da qualidade de vida do próximo, inclusive das gerações futuras; exige um respeito religioso pela integridade da criação (JOÃO PAULO II - CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1992, § 2415).

Nesse sentido, pode-se considerar que o CIC apresenta o ser humano integrado ao restante da criação e reconhece a tarefa do cristão em combater a injustiça e as formas estruturais de pobreza de modo a conseguir-se um ambiente mais seguro. A Igreja reconhece, ainda, os deveres dos seres humanos com os seus semelhantes e com toda a criação.

### 3.1.1.2 Carta Encíclica *Laudato Si'*: sobre o Cuidado da Casa comum

Considerando a realidade socioambiental atual, em 2015, o Papa Francisco lançou a carta Encíclica “*Laudato Si'*: sobre o cuidado da Casa comum”. Dividida em seis capítulos. Inicialmente é feita uma diagnose do Planeta e estimula a percepção dos problemas ambientais atuais; em seguida, faz uma avaliação do paradigma de desenvolvimento da modernidade e da questão ecológicas à luz da reflexão teológica científica e ética; na última parte, apresenta proposições de ação alicerçada no diálogo, na educação e em uma espiritualidade ecológica.

Nesse sentido, a Encíclica alerta para as incoerências do paradigma da Modernidade e dos modelos consumistas e exploratórios, além de sua racionalidade instrumental, sugerindo a revisão do antropocentrismo à luz da Bíblia, de forma que a economia seja redimensionada pelo princípio do bem comum e da solidariedade para com os pobres.

Em linguagem acolhedora e contextualizada com o momento atual, a *Laudato Si'* vem contribuir com a causa ecológica dentro do cristianismo e com a promoção de uma consciência ecológica planetária, além de ser um exemplo estimulador para bispos, presbíteros e demais agentes de pastoral (MURAD, 2017, p. 491).

Assim, a Encíclica chama a atenção para se investir na formação para uma Ecologia integral, segundo a qual o ambiente é considerado uma herança divina e que deve ser cuidado pela humanidade. É denominada de encíclica verde, por ser considerado o documento mais

contundente da Igreja Católica que aborda as questões cruciais para a defesa e cuidado do meio ambiente (MAÇANEIRO, 2015, p. 448).

Portanto, o Papa Francisco apresenta a Ecologia à luz da Teologia da Criação e, a partir desta, convoca os fiéis a uma conversão ecológica, um chamado para que os cristãos se conscientizem da realidade socioambiental e assumam de coração sua vocação de cuidador da criação, como parte essencial de uma existência virtuosa. Essa espiritualidade ecológica deve nascer das convicções de fé, baseada em uma mística conforme a qual o ser humano passa a ter admiração, respeito e identificação com Natureza e suas inter-relações com todos os seres. Nesse sentido, volta-se para o mundo com novo olhar e passa a contribuir com sua evolução rumo à nova Criação (MURAD, 2017, p. 493).

Então, no capítulo IV da *Laudato Si'*, é retomada a doutrina socioambiental católica, ao enfatizar a Ecologia integral dentro de um modelo de interdependência e de inter-relação que inclui as diversas abordagens ecológicas, o princípio do bem comum, a justiça intergeracional com o propósito de promover a conscientização e a mudança de comportamento da comunidade em defesa e cuidado com o meio ambiente. Sendo que a interdependência entre todos os seres vivos obriga-nos a pensar numa Casa comum cujas soluções e ações propostas devem ser feitas a partir de uma perspectiva global, sob a interlocução dos órgãos da ONU, dos Conselhos ecumênicos, dentre outros representantes nos fóruns globais (MURAD, 2017, p. 473).

Sobre os desafios socioambientais atuais, assim se expressa o Papa Francisco:

Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (FRANCISCO - *LAUDATO SÍ'*, 2015, § 139).

São encontrados diversos pontos comuns entre a Carta da Terra e a Encíclica *Laudato Si'*, dentre eles, a referência da Terra como nosso lar; a exigência de respeito e cuidado a todos os seres vivos; a relação intrínseca entre Ecologia e justiça social; a condenação aos padrões dominantes de consumo e de produção com base no lucro e satisfação imediata; a necessária mudança nas mentalidades e estilos de vida (CARNEIRO, 2015, p. 60).

Dessa forma, a *Laudato Si'* trouxe um grande avanço para a abordagem ecológica no meio cristão. Porém, não abordou todos os aspectos da temática ecológica, como as reflexões

ecofeministas, a importância das mulheres no cuidado com o Planeta, a ausência da temática de gênero, assim como de temas voltados para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Também não tratou da contribuição das outras Religiões para o cuidado com a Natureza (MURAD, 2017, p. 491).

O documento em tela propõe a superação do modo de viver globalizado e homogeneizado pelo mercado produtor de mercadorias. Considera que as questões sociais e ambientais estão interligadas, e que para se reverter a degradação ambiental é necessário solidariedades para a melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Assim, como forma de promover a preservação ambiental, defende o incentivo à agricultura sustentável, ao investimento em matriz energética ecológica, à edição de Leis para gestão dos recursos florestais e marinhos, à possibilidade de acesso à água potável a todos os povos, além do respeito aos diversos saberes e culturas locais.

A Encíclica reconhece a ação humana como um dos fatores do aquecimento global e defende ações coletivas para enfrentar as causas das mudanças climáticas e da degradação dos ecossistemas, além de propor uma nova relação do ser humano com toda a criação. Enfim, é um chamado à ação e à união de esforço que vai além das Religiões, capaz de mobilizar religiosos, místicos, cientistas, ativistas, ateus e outros grupos em defesa dos ecossistemas e da biodiversidade da nossa Casa comum.

Considerando que desde 1989 a Igreja Ortodoxa e o CMI comemoram o 1º de setembro como o dia de oração pelo o meio ambiente, o Papa Francisco, instituiu em 2015, o dia 1º de setembro como o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, com o propósito de chamar a atenção de toda a humanidade para o futuro do Planeta e da necessidade de uma conversão ecológica que permita ao ser humano viver em harmonia com a Natureza.

Após um estudo das abordagens ecológicas mais gerais da Igreja Católica, mostra-se, a seguir, como a Ecologia é tratada nos documentos e pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, a qual analisa, entre outros documentos, os construídos durante as Conferências Rio-92, a Rio +20 e os das Campanhas da Fraternidade (CF) de 2004, 2007, 2011 e 2016.

### **3.1.2 A Ecologia nos documentos e pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB)**

Configura-se um desafio extraordinário abordar as temáticas ecológicas no seio da Igreja cristã, seja pela novidade da temática para muitos, seja pela própria dinâmica da Igreja Católica no Brasil como um complexo em termos de visões políticas e tendências culturais por parte dos religiosos e leigos que a compõem.

Inicialmente, destaca-se a greve de fome do bispo D. Cappio, realizada em dezembro de 2007 contra a transposição do Rio São Francisco. Apesar de não ter impedido a obra e o movimento não ter uma metodologia teológica com mediações sócio-políticas, conseguiu mobilizar a sociedade, provocou mudanças de consciência nos povos indígenas, movimentos populares, intelectuais, técnicos e artistas, que assumiram papel mais ativo em defesa do rio e das comunidades ribeirinhas (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2012, p. 83).

Na sequência, analisa-se o documento nº 91 da CNBB de 2010 que traz como título: “Por uma reforma do Estado com participação democrática” e como subtítulo “Fortalecer exigências éticas em defesa da vida e do meio ambiente” (§ 84 a 85). No parágrafo 84, refere-se ao considerável potencial de riquezas naturais em nosso país, chamando a atenção das autoridades para a necessidade de controle social como forma de prevenção contra os desenfreddos interesses financeiros. No parágrafo 85, considera como necessidade garantir a água como um bem público para todos os seres vivos; assegurar o uso dos solos agrícolas; garantir a legalização e a posse das terras dos povos indígenas e dos quilombolas e proteger a biodiversidade brasileira (CNBB, DOCUMENTO 91, 2010, § 84 a 85).

Por sua vez, os parágrafos 92 a 95 esclarece que o cuidado com o Planeta é responsabilidade humana; afirma que se deve cuidar da Terra como um dom do Criador, chamando a atenção para a necessidade de consciência ética na realização de projetos, bem como defendendo como necessária a promoção de um novo modelo de desenvolvimento e orienta ainda sobre a urgência da fiscalização e proibição da exploração comercial de pessoas e/ou empresas que destroem o meio ambiente (CNBB, DOCUMENTO 91, 2010, § 92 a 95).

O documento “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2011-2015)” ao falar sobre a biodiversidade, o parágrafo 114 defende que um importante campo de atuação da Igreja é educar para a preservação da Natureza e para o cuidado com a Ecologia humana, através de atitudes que respeitem a biodiversidade e de ações que zelem pelo meio ambiente; solicita o empenho de todos, a fim de que o crescimento econômico seja orientado

para o desenvolvimento sustentável. No parágrafo nº 70 defende que no cuidado e na promoção da vida está a preocupação com os problemas ambientais que ameaçam os ecossistemas e a vida na Terra (CNBB, DOCUMENTO 94, 2011, § 70 e 114).

### 3.1.2.1 Ecologia nos documentos da CNBB construídos durante as Conferências Rio- 92 e a Rio +20

A partir da Conferência Rio-92, as questões ecológicas foram dinamizadas, dentro da Igreja Católica, em um processo crescente desde a Conferência de Estocolmo em 1972 e do protagonismo do Papa Paulo VI.

Segundo Elton Costa a questão ecológica, dentro desta Igreja, operou nas seguintes intersecções:

Entre os desdobramentos da ECO-92, das rearticulações teóricas e práticas da Teologia da Libertação, da despolitização de dioceses e paróquias, das novas leituras que a sociedade globalizada dinamizava, através da queda do Muro de Berlim e das contradições do sistema neoliberal no Brasil. [...] O plano pastoral social sobre a temática ecológica, elaborado pela conferência, levantou questões tratadas anteriormente, principalmente no que diz respeito à vinculação direta entre os problemas ambientais contemporâneos e os problemas ligados à pobreza e à miséria no mundo (COSTA, 2015, p. 229).

Nesse sentido, por ocasião da realização Rio-92 a Igreja Católica do Brasil, por meio da CNBB – Setor Pastoral Social, promoveu em Brasília o Seminário sobre Ecologia e Desenvolvimento, sendo publicado documento final com o título “A Igreja e a questão ecológica – leitura eticoteológica a partir da análise crítica do desenvolvimento”, que é dividido em três partes: o desafio do direito à vida; o desenvolvimento sustentável; a responsabilidade humana pela criação (CNBB, SETOR PASTORAL SOCIAL, 1992, p. 25).

Este documento inicia com a questão sobre o desenvolvimento, considerando um modelo em crise, que iniciou com o advento da modernidade, passando pelas experiências no decorrer do tempo. Em seguida, trata da difícil relação do ser humano com o meio ambiente e a garantia do direito à vida, devido ao paradigma de desenvolvimento etnocêntrico.

Quanto ao desafio das incoerências da proposta de desenvolvimento sustentável, lamenta que nem o modelo capitalista, nem o modelo socialista de Estado conseguiram tratar de forma adequada os problemas ambientais globais. E que o capitalismo, para se manter no poder, acaba gerando um violento processo de destruição dos recursos naturais, o que é

agravado com o novo paradigma do neoliberalismo, conforme o qual tudo passa a ser controlado pelo mercado (CNBB, SETOR PASTORAL SOCIAL, 1992, p. 20).

Ao abordar a responsabilidade pela criação de Deus, começa fazendo uma autocrítica das tradições judaico-cristãs e uma releitura do “sujeitar e dominar”, aborda a presença de Deus na criação, trata da questão ética ecológica e da necessidade de uma conversão ecológica, promovendo a reflexão com o intuito de despertar a consciência do ser humano sobre as necessidades urgentes no cuidado da criação.

Na conclusão, o documento alerta que pelo fato do ser humano interferir na Natureza torna-se responsável pela sua preservação ou destruição. Enfatiza ainda que a elaboração das propostas de desenvolvimento deve estar subordinada a valores éticos, que garantam os direitos de toda a humanidade e o respeito à criação (CNBB, 1992, p. 10).

Quanto à Conferência Rio + 20, em 2012, no Espaço da Coalizão Ecumênica e Inter-religiosa "Religiões por Direitos", no âmbito da Cúpula dos Povos, paralela à Rio+20, diversos líderes religiosos do Brasil, por iniciativa da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das Religiões pela Paz, reuniram-se para debater a relação entre as religiões e as questões ambientais, sendo produzida a “Carta das Religiões e o cuidado da Terra” (MURAD, 2013 a, p. 470).

Nesta Carta, os líderes religiosos defendem que as tradições religiosas devem firmar compromissos efetivos com a defesa da vida no Planeta, contribuindo para a ampliação da consciência dos seus seguidores sobre os valores fundamentais da vida pessoal, socioeconômica e ambiental, orientando para a convivência pacífica e respeitosa entre os povos, as culturas e os credos, e destes com toda a criação. Ainda afirmam que Religiões, sociedade, desenvolvimento sustentável e meio ambiente são realidades estritamente correlatas.

A declaração final da Cúpula dos Povos denuncia que a verdadeira causa estrutural da crise socioambiental global é o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico. E afirma que:

À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico financeiro. [...] A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos (CÚPULA DOS POVOS, 2012, p. 3).



Entre outras ações propostas na Carta, os líderes também defendem que as Religiões devem promover o valor e o cuidado da criação, através do desenvolvimento de uma nova ética na relação com o meio ambiente, com novas atitudes em defesa de todas as formas de vida, sustentada em políticas públicas que tratem de justiça ambiental em uma espiritualidade que demonstre a gratuidade e o dom da vida (MURAD, 2013a, p. 472).

Por fim, na “Cúpula dos Povos”, também foram abordadas questões sobre soberania alimentar, mudanças climáticas, juventude e justiça ambiental, novos paradigmas e desenvolvimento sustentável; povos tradicionais de terreiros e paz, conflitos religiosos e bens comuns, além de denunciar os motivos da crise ambiental e humanitária global e oferecer soluções de desenvolvimento para o Planeta e para as sociedades.

### 3.1.2.2 Ecologia nas Campanhas da Fraternidade (CF) promovida pela CNBB

Nas duas últimas décadas, o tema da Ecologia tem sido trabalhado nas comunidades Católicas através das Campanhas da Fraternidade através das quais a Igreja sugere e promove ações práticas, desempenhando uma importante ação evangelizadora que ressalte a beleza da solidariedade humana, abordando os valores éticos cristãos na promoção da conscientização ecológica e da mudança de comportamento individual e coletivo no sentido de respeito e cuidado com o meio ambiente.

Ao inserir as temáticas ambientais de forma cada vez mais explícita nas CF, a Igreja Católica no Brasil revela-se consciente da gravidade dos problemas ambientais e se propõe a trocar experiências e encontrar caminhos para superar esses problemas.

Acompanhando o envolvimento do Vaticano com as temáticas ambientais a partir do papa Paulo VI, a Igreja Católica no Brasil tem se esforçado em trabalhar as temáticas ecológicas em suas comunidades, sobretudo a partir das Campanhas anuais da Fraternidade (CF). Entre as que deram destaque ao cuidado com a Natureza, está a CF de 1979, “Por um mundo mais humano”, a de 1986, “Fraternidade e terra”, a CF de 2004, “Fraternidade e água: água, fonte de vida”; a de 2007, “Fraternidade e Amazônia: vida e missão neste chão”; a de 2011, “Fraternidade e a Vida no Planeta”.

Nesta perspectiva, em 2004, a CNBB promoveu a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Água – Água, Fonte de Vida”, tendo o propósito de promover a conscientização da sociedade sobre a importância da água e da necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa humana, das gerações presentes e futuras.

Dentre as propostas protagonizadas pela CNBB, pode-se citar uma pesquisa sobre a realidade hídrica do Brasil a partir das comunidades; constituição da Defensoria das Águas para capacitar a sociedade civil na reivindicação pelo direito às águas e mobilização da sociedade contra privatização dos recursos hídricos. Assim, nesta Campanha, foram promovidas ações que permitiram à comunidade um novo pensar, agindo em defesa dos recursos hídricos e do meio ambiente (NANDI, 2015, p. 33).

Já em 2007, a CNBB promoveu a Campanha da Fraternidade com o tema “Fraternidade e Amazônia: vida e missão neste chão”, com o propósito de conhecer as agressões sofridas pelos povos da Amazônia diante do atual modelo econômico e cultural; denunciar as injustiças e as desigualdades sociais na Região, além de chamar a atenção da sociedade para a necessidade de uma conversão ecológica, um novo estilo de vida e de um projeto de desenvolvimento humano, no qual seja dada prioridade ao cuidado com a vida humana e com toda a Natureza. Nesta Campanha, foram abordadas diversas realidades amazônicas: etnia, Ecologia, flora, fauna, população urbana e ribeirinha, cultura, colonização e desenvolvimento (CNBB, CF 2007, p. 35).

De acordo com Juliana Oler (2010, p. 107) a temática ambiental da CF de 2007 não teve grande representatividade nos meios de comunicação católicos, correspondendo geralmente a menos de 10% dos textos publicados. Sendo que as notícias referentes à questão ambiental ocorreram durante todo o ano, mas com acentuada diminuição após o mês de março.

A referida pesquisadora ainda afirma que:

A Igreja focou seus esforços em denunciar as injustiças e desigualdades sociais na região amazônica. Quando tratou das questões ambientais da Amazônia, usou um discurso romântico e antropocêntrico, seguindo as diretrizes da tradição judaico-cristã (OLER, 2009, p. 107).

Nesse sentido a autora chama a atenção das Igrejas e de seus líderes para a necessidade de uma autocrítica, assumir sua parcela de culpa e reconhecer as consequências do antropocentrismo presente na Teologia judaico-cristã, de forma que ocorram mudanças de compreensão e de atitudes, passando a ser vivenciada uma hermenêutica ecológica de textos bíblicos como forma de promover a conscientização, o respeito e o cuidado com a criação.

Ronaldo Rocha (2008, p. 257) considera que, apesar das intensas discussões na Igreja sobre várias questões sociais e ambientais, a formação da consciência ética dos cristãos sobre estas questões pode ser considerada modesta, sobretudo na área ambiental. As Campanhas da Fraternidade com temas ambientais parecem não entrar no coração dos fieis mais do que a

divulgação das notícias, ou seja, discurso político e institucional não alcança o coração da sociedade, não sendo diferente com as demais Igrejas (ROCHA, 2008, p. 35).

Por sua vez, a CF de 2011 teve o tema “Fraternidade e a vida no Planeta: a criação geme em dores de parto (Rm 8, 22)”, com o propósito de denunciar situações de riscos ambientais e apontar responsabilidades, promover a conscientização das comunidades cristãs sobre a gravidade das mudanças climáticas, levando a reflexão sobre a necessidade de resolver os problemas provocados pelo uso inadequado dos recursos naturais e motivar todos a participar dos debates e das ações que visam preservar a qualidade de vida no Planeta (CNBB, CF 2011, p. 35).

A Campanha em tela defende que as comunidades cristãs devem dar exemplos de cuidado e sustentabilidade ambiental e do controle da nossa pegada ecológica, diminuindo o consumo. O desmatamento, o agronegócio, a questão energética, as mudanças climáticas e o consumismo estiveram na pauta de discussão em todos os níveis eclesiais. Sendo proposto o incentivo às formas sustentáveis de geração de energia, redução do desmatamento e dos impactos ambientais do sistema de agronegócio como forma de superar os problemas socioambientais decorrentes do aquecimento global (NAHRA, 2014, p. 76).

Por fim, a Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) de 2016 teve como tema: “Casa comum, nossa responsabilidade: quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça, qual riacho que não seca (Am 5. 24)”, foi lançada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) junto com a CNBB. Esta Campanha teve o propósito de chamar a atenção para a questão do saneamento básico no Brasil e sua importância para garantir desenvolvimento, saúde integral e qualidade de vida para todos, além do empenho por políticas públicas e o incentivo a atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro da vida em nosso Planeta (CONIC – CFE, 2016; NANDI, 2015, p. 36).

Esta CFE está em concordância com a Encíclica *Laudato Si'*, com a Peregrinação por Justiça e Paz do CMI e com a convocação feita pela ONU, para que Religiões colaborem para a promoção de mudanças de valores no que diz respeito ao meio ambiente. As Campanhas de 2000, 2005 e 2010 também foram ecumênicas, mas os temas ecológicos foram tratados indiretamente.

A Igreja Católica, mesmo mantendo a distância entre a teoria e prática, tem se esforçado na promoção da conscientização ambiental da comunidade católica e da população em geral, a partir do envolvimento do Papa Paulo VI, da continuidade das ações ambientais por João Paulo II, com sua defesa da necessidade de uma conversão ecológica, de Bento XVI com a relação destruição ambiental coma questão moral e espiritual e, principalmente, a partir

da proposta de Ecologia integral defendida pelo Papa Francisco. Merece destaque neste processo a CNBB, que desde 1979 tem insistido em trabalhar as questões ecológicas em suas Campanhas da Fraternidade.

### **3.2 A CONTRIBUIÇÃO ECOLÓGICA DO MAGISTÉRIO IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS NO BRASIL**

Os líderes das Assembleias de Deus no Brasil, no início do século XX, com intuito de resguardar a sua fé e manter o ardor espiritual, abominaram a reflexão teológica e a intelectualidade. Fazendo com que, por não exercitar sua produção teológica, passasse a depender das produções dos assembleianos norte-americanos (CARVALHO, 2014, p. 194).

Assim, a Teologia da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil (AD), sofre influência da teoria dispensacionista, criada por John N. Darby (1800-1882), aperfeiçoada e divulgada por Cyrus I. Scofield (1843-1921); de acordo com essa teoria, Deus lida com a humanidade em sete dispensações sucessivas. Segundo essa corrente teológica, estamos na sexta, considerada a dispensação da Graça e que com a vinda de Cristo se iniciaria a última, a do Milênio (SILVA, 2015, p. 145).

De acordo com Bertone Sousa (2010, p. 242), a AD adota a Teologia milenarista e pré-tribulacionista, segundo a qual os crentes esperam ser arrebatados para os céus, antes da Grande Tribulação que duraria sete anos e seria um período de grande destruição humana e ambientais. Decorridos os sete anos, Cristo voltaria e o mal seria expulso da Terra, sendo estabelecido o Reino de Deus ou do Messias, que teria duração de mil anos. Após esse período, ocorreria o Juízo Final, seguido da formação de Novos Céus, Nova Terra e uma Nova Jerusalém, que desceria do Céu e seria habitada pelos salvos.

Assim, na declaração de fé das Assembleias de Deus, afirma-se que a promessa divina de que a Terra permanece para sempre (Ec 1, 9) significa que sempre haverá uma Terra, mas não necessariamente a mesma, reforçando o ensino de que esta Terra será destruída e surgirá outra (CGADB, 2016, p. 199).

De acordo com a Teologia da AD, é impossível ao ser humano estabelecer o Reino de Deus sobre a Terra ou se apropriar dele por esforços da Igreja e da sociedade. A vinda e a implantação deste Reino de paz e prosperidade será um evento de exclusiva intervenção divina, período em que a Natureza terá restaurada a sua plenitude (MAJEWSKI, 2010, p. 49).

Porém, se o cristão acredita que Cristo é Senhor de toda a existência humana, então é dever da Igreja dar atenção às questões sociais, ambientais e políticas. O cumprimento do mandamento divino de cuidar da criação deve ser compreendido como ato inerente ao cristão que se propõe a trabalhar pelo Reino de Deus e tem a Bíblia como regra de fé e prática.

Nesse sentido, na Teologia da AD, as palavras registradas na Bíblia servem como parâmetro e critério do agir do ser humano; vigora, assim, uma hermenêutica mais literalista, no sentido de deduzir dos textos bíblicos as regras para a condução do viver do crente e da comunidade.

A maioria dos evangélicos possui uma visão de negação para as questões sociais e ambientais; o que interessa é o cuidado com a espiritualidade. Essa percepção de que o importante é a salvação da alma e que o mundo e a Natureza tem menor valor vai de encontro aos propósitos de Deus de preservar a vida e salvar a sua criação. Ver-se-á no próximo subtópico um pouco mais sobre esta compreensão (COSTA, 2012, p. 31).

### **3.2.1 Desafios Ecológicos diante da separação Igreja/Mundo e da teoria dispensacionalista**

As Igrejas como propagadoras do Reino de Deus, através do evangelho integral, têm responsabilidade social como todo o mundo. Porém, com relação à questão ambiental, muitos cristãos não têm consciência da necessidade de cuidado e preservação dos ecossistemas. Uma das principais causas desta alienação é a influência gnóstica dualística que separa a Igreja do mundo, provocando o entendimento de que o crente não pode estar no mundo, nem deve se envolver com as coisas do mundo.

Esta visão é compartilhada pelos participantes das Igrejas Assembleias de Deus, que pregam uma mensagem distorcida da escatologia, que afirma estar o mundo caminhando para o fim. Essas concepções atreladas à visão cristã antropocêntrica sobre a Natureza, que considera o ser humano superior ao conjunto da criação, impedem ou dificultam uma adequada abordagem da Ecologia nessas Igrejas, pois, considera ainda que a Natureza não deve ser sacralizada (BARRETO, 2014, p. 39).

Com relação à teoria dispensacionalista, considera-se que produz uma escatologia fundamentalista, segundo a qual todos os problemas ambientais e sociais que afligem a humanidade são considerados sinais da vinda de Cristo. Defende que o futuro está determinado; portanto, não adianta agir para tentar melhorar a sociedade e o ambiente,

restando ao cristão esperar que os sinais aconteçam e Cristo volte para implantar o Reino de Deus e, assim, resolver todos os problemas (MAJEWSKI, 2010, p. 63).

Entre os sinais considerados escatológicos no meio pentecostal, podem ser citados os desastres naturais reiterados, o aquecimento global, as guerras, as epidemias, o aumento da maldade, das injustiças, da criminalidade, da pobreza, da tecnologia; além de eventos considerados escatológicos, como a restauração de Israel, o surgimento da União Europeia e a formação de blocos econômicos, vistos como o ressurgimento do império romano (MAJEWSKI, 2010, p. 63).

Assim, esses argumentos radicais de sinais de final dos tempos terminam provocando nos cristãos uma conduta passiva, dificultando o entendimento de que as realidades sociais e ambientais são muito complexas.

Nesse sentido, César Carvalho, afirma que:

Qualquer visão pessimista e irresponsável que ainda exalta a omissão e torna a atitude egoísta algo piedoso com a desculpa de que “as coisas são assim mesmo, pois Jesus está voltando”, não tem mais espaço em um mundo preocupado em despertar nas novas gerações um senso de responsabilidade com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento de medidas que diminuam a dor e o sofrimento humano (CARVALHO, 2014, p. 205).

No entanto, pode-se identificar alguma mudança nesta realidade, tomando como exemplo, um artigo publicado em 2010, pela principal revista do dispensacionalismo norte-americano “Chamada da Meia-noite”. Com o título “Base Bíblica de Ação Social e Política”, o autor Thomas Ice aborda a importância de a Igreja se envolver com as questões sociais, procurando destacar a base bíblica para um envolvimento social e político dentro da estrutura dispensacionalista tradicional e reconhecer que são procedentes parte das críticas, direcionadas às Igrejas Evangélicas, por sua falta de engajamento social e político (CARVALHO, 2014, p. 203).

Nesse sentido, não se pode justificar a exploração dos recursos ambientais utilizando-se de teorias e ensinamentos bíblicos descontextualizados. Portanto, essa visão de finais dos tempos precisa ser revista, pois acaba por impedir ou dificultar que as Igrejas ensinem aos seus participantes que devem ter responsabilidades no cuidado com o Planeta. As Igrejas precisam promover a conscientização dos cristãos, fazendo com que trabalhem pelo Reino de Deus, que é de harmonia, justiça e paz, tendo uma compreensão mais ampla, conforme a qual toda a criação está envolvida no projeto divino.

A doutrina da vinda de Cristo sempre esteve presente entre os cristãos, desde a Igreja primitiva. Mas, ao contrário do credo apostólico, com a afirmativa da vinda de Cristo para

julgar os vivos e os mortos, a Teologia da AD procurar detalhar supostos eventos escatológicos que são praticamente incontestáveis nessa Igreja. Isto se deve ao desenvolvimento da teoria dispensacionista, sobretudo, no século XIX, e sua adoção por muitas Igrejas pentecostais, ocorrida em reação à ideia liberal do estabelecimento do Reino de Deus na Terra através da ação social (CARVALHO, 2014, p. 193).

Considerando que a Igreja primitiva atuava no social, pois Paulo exortou a Igreja de Tessalônica que não deveria parar de trabalhar e de cuidar das questões sociais, independente das dificuldades e de sinais escatológicos (I Ts 4, 11; II Ts 3, 11-15). Portanto, não se justifica a Igreja atual deixar de cumprir seu papel social e ambiental, pois quando a Igreja se isola das questões sociais e busca seus próprios interesses tem se afastado dos propósitos do Reino de Deus. Muitas vezes esse ensino distorcido entre Igreja e mundo ocorre na sutileza de mensagens espiritualistas.

Neste contexto, para a Igreja conseguir alcançar essa nova geração será preciso trabalhar o social, rompendo com a visão dicotômica que separa o cristão da sociedade, pois o Evangelho do Reino é muito mais importante que o cumprimento de regras religiosas. Quando as tradições dificultam trabalhar para o Reino de Deus, elas têm de ser reavaliadas (CARVALHO, 2014, p. 205).

Outro fator que dificulta o envolvimento dos cristãos com as questões ambientais é o fato de alguns grupos associarem os movimentos ecológicos a uma Religião ligada à Nova Era. Os cristãos têm a missão de levar as boas novas à humanidade e, para tanto, precisam estar abertos ao diálogo e trabalhar de forma coletiva por uma causa tão importante como a ambiental.

Os cristãos devem compreender que também são cidadãos da Terra, pois nela vivem e deixarão seus descendentes. Portanto, deverão tratá-la com cuidado para que ela possa voltar ao seu estado de equilíbrio, garantindo a qualidade de vida para esta e as futuras gerações. Nesse sentido, é preciso romper com essa “santidade” que só valoriza o espiritual, esquecendo o material, pois essa visão vai de encontro ao ensino bíblico que reconhece a dignidade do ser humano de forma integral, o corpo humano como santuário do Espírito Santo (I Co 6.19,20; II Co 16) (CARVALHO, 2014, p. 204) e o Planeta como nossa Casa comum.

Sobre essa questão de supervalorizar o espiritual Cesar Carvalho afirma que:

Essa cosmovisão maniqueísta, que hipervaloriza o “além escatológico” e esquece o mundo que é criação de Deus, que não reflete acerca do fato de o ser humano ter recebido um mandato cultural que lhe foi outorgado na criação, tendo então a obrigatoriedade de cuidar da Terra, não tem respaldo

bíblico, antes é fruto do tradicionalismo (CARVALHO, 2014, p. 205).

Alguns grupos evangélicos possuem uma visão mais ecológica e participam de movimentos como o da “igreja verde”, que crê no cumprimento das profecias, mas defende que o ser humano como imagem de Deus tem responsabilidade de cuidar de sua criação (COSTA, 2012, p. 31).

Enfim, diante da percepção dos pentecostais de que está ocorrendo na sociedade a destruição dos valores cristãos, ao invés de se fechar, a Igreja deve atuar na defesa desses valores, através do diálogo com outras Igrejas cristãs e a sociedade, discutindo o significado de certas práticas e valores, influenciando e se deixando influenciar pelo debate de ideias e outras interpretações bíblicas, e não simplesmente, lutando por normas que restrinjam as condutas individuais e coletivas que consideram incompatíveis com os valores cristãos (MAJEWSKI, 2010, p. 44).

### **3.2.2 Ecologia na Revista Lições Bíblicas da Escola Bíblica Dominical - EBD**

Igrejas e locais dedicados a cultos e formação religiosa como a Escola Bíblica Dominical - EBD, na qual os participantes são organizados por faixa etária para estudos bíblicos sistematizados, constituem um ambiente propício para a promoção da conscientização ambiental e a formação de cidadãos que cuidem da Natureza e se envolvam nas causas ambientais (COSTA, 2012, p. 15).

De acordo com Rodrigo Majewsky (2010, p. 48), o ensino sobre a participação política consciente, bem como sobre a importância da presença ativa dos cristãos em todos os setores da sociedade, como formadores de opinião, tem sido uma constante nas lições dos últimos anos. As responsabilidades do crente enquanto cidadãos da Terra são sempre bastante enfatizadas.

Em pesquisa realizada por Bertone Sousa (2010, p. 255), a partir da análise das questões sociais nas lições bíblicas da Escola Bíblica Dominical – EBD, evidenciou-se que as questões pertinentes à modernidade são fortemente combatidas pela retórica assembleiana, tais como: ecumenismo, divórcio, homossexualidade e casamento gay, aborto, eutanásia, secularismo, evolucionismo, humanismo, ateísmo, feminismo, contestação do modelo patriarcal e novas formas de organização familiar, dentre outros.

Ainda sobre a postura fundamentalista assembleiana, o autor em tela afirma:



Ao ver-se como portadora da mensagem da salvação, a Assembleia de Deus nega a alteridade, a pluralidade e a diferença. Nesse sentido, evidencia-se pelo fechamento e pela resistência em dialogar com outras religiosidades, embora reconheça que não deve se afastar completamente de outras igrejas protestantes (SOUSA, 2010, p. 224).

Os líderes assembleianos acusam o ecumenismo de negar a divindade de Jesus Cristo, a necessidade do novo nascimento, a ressurreição e o retorno de Cristo, e se posicionam contra o modernismo, por negar a infalibilidade da Bíblia. Devido sua postura fundamentalista, esses líderes voltam-se para combater aspectos da pós-modernidade, tentando evitar que o avanço da ciência adentre as portas da igreja, seja absorvido pelos fiéis e arrefeça sua fé religiosa (SOUSA, (2010, p. 237).

Muitos pastores da AD considerarem a Ecologia um tema secundário, político ou não bíblico. Porém, nas últimas décadas, as lideranças da AD passaram a se interessar mais por problemas sociais e ambientais. A partir de 1992, conseguiram-se avanços significativos como a abordagem dos problemas ambientais nas revistas Lições Bíblicas de Jovens e Adultos das Escolas Bíblicas Dominicais – EBD, da Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD. As demais faixas etárias possuem currículo trienal e não contemplam diretamente a questão ambiental.

Em pesquisa realizada por Rodrigo Majewski (2010, p. 17) nas revistas Lições Bíblicas da EBD, no período de 1987 a 2010, constatou-se que nas temáticas teológicas destas lições houve uma crescente preocupação com temas relacionados com o cristão e a sociedade, principalmente após o ano de 2005. Porém, das 52 lições anuais, são poucas as que de algum modo fazem menção ao aspecto social ou ecológico; limitam-se à abordagem sobre o transcendente ou sobre a comunhão individual com Deus e com o próximo.

Nesse sentido, o Pr. Elienai Cabral, na lição 05, “Mordomia do dinheiro” comenta sobre o cuidado que os cristãos devem ter ao utilizar os recursos naturais:

A mordomia cristã nos ensina a usar recursos naturais na medida necessária, controlando-os e conservando-os, a fim de que possa tirar o melhor proveito possível para si próprio e também para os demais. [...] Muitas vezes as devastações inconscientes das matas empobrecem a terra, e a exploração desordenada dos recursos minerais trazem consequências drásticas aos que precisam dos mesmos, posteriormente. (CABRAL, 1987, p. 19).

A questão ecológica volta a ser mencionada na revista Lições Bíblicas em 2002, quando abordou o livro de Oséias, com a afirmação de que a destruição do meio ambiente seria uma possível consequência da falta de conhecimento sobre Deus. Porém, a Ecologia foi trabalhada explicitamente apenas em 2003, quando foi inserida novamente a questão da

mordomia cristã na revista, através da lição “Cuidando da Terra”, tendo uma das treze lições abordando o tema meio ambiente (MAJEWSKI, 2010, p. 19).

Sobre a abordagem social nas lições bíblicas da EBD, Rodrigo Majewski afirma que:

O aspecto público, com ênfases no social, político e ecológico, nunca esteve de todo ausente do discurso oficial da AD. Porém, estas questões começaram a ser trabalhadas com maior frequência e qualidade a partir de 1996, havendo por último uma atualização sensível do discurso a partir de 2005, com o surgimento do novo currículo da EBD (MAJEWSKI, 2010, p. 24).

Porém, percebe-se uma certa dicotomia no discurso assembleiano, pois na última lição de 2003, ao trabalhar a “justiça social”, defende-se o cuidado das necessidades materiais do ser humano e de não se conformar com as injustiças, mas considera que a prioridade da Igreja continua sendo a pregação do evangelho e a salvação do indivíduo, integrando-o ao Reino de Deus (MAJEWSKI, 2010, p. 20).

Assim, pode-se considerar um razoável avanço, mesmo avaliando que os conteúdos das revistas Lições Bíblicas que abordam os problemas ecológicos possuem um estilo mais conservador comparado aos dos movimentos ecológicos. Juntamente com essa revista de 2003, foi lançado o livro “Mordomia Cristã” de Elienai Cabral, considerado a produção que mais se aproxima de uma fundamentação teológica da vida em sociedade dos participantes das Assembleias de Deus, com possíveis implicações ecológicas. O livro serviu como fonte de subsídios para aprofundamento, tendo um capítulo sobre o meio ambiente (MAJEWSKI, 2010, p. 19).

Além disso, o autor da lição da EBD em tela reconhece a legitimidade dos sindicatos, a importância da atuação dos cristãos para o melhoria do meio ambiente se refere ao termo cidadania, para criticar os que só pensam nos seus direitos como cidadãos e se esquecem dos seus deveres para com a sociedade, o próximo e o alheio, enquanto a Bíblia é clara em relação aos cuidados sociais e ambientais (MAJEWSKI, 2010, p. 21).

Na revista Lições Bíblicas do terceiro trimestre de 2008, foram abordados problemas sociais como ansiedade, depressão, consumismo, ambição, falta de paz, males do corpo, drogas. Porém, sem muito estímulo com o envolvimento dos participantes para tratar dessas questões na sociedade. O comentarista da lição afirma que os assembleianos compreendem e aceitam as responsabilidades pessoais e coletivas quanto ao cuidado do Planeta, mas não como a razão da esperança, pois essa está em Cristo, que breve redimirá os filhos de Deus junto com toda a criação (Rm 8.19-23), (MAJEWSKI, 2010, p. 28).

Na revista Lições Bíblicas do terceiro trimestre de 2011, a lição 10, “A atuação Social da Igreja”, se concentra na questão social e quando fala da Igreja atual faz um breve

relato do Congresso Internacional sobre a Evangelização Mundial de Lausanne, 1974, na Suíça, onde foi discutido, entre outros temas, a responsabilidade social cristã. Cita conferências regionais, Lausanne II – 1989, em Manilla, Filipinas, que teve entre outros objetivos, a conscientização de que a evangelização e o envolvimento sócio-político fazem parte do dever cristão, devendo caminhar juntos, além de possibilitar contatos ecumênicos entre os evangélicos para melhor planejamento e cooperação.

Na revista Lições Bíblicas do segundo trimestre de 2015, a lição 11, “Os discípulos de Jesus e a questão ambiental”, abordou a responsabilidade do cristão com a Natureza à luz da Bíblia, contida no encargo que Deus determinou quando entregou tudo ao ser humano após a Criação. Essa revista afirma que a Bíblia tem muito a dizer sobre a temática ambiental, pois contem princípios que devem nortear o modo como os cristãos lidam com o meio ambiente. Deus autorizou o ser humano a reinar sobre toda a criação (Gn 1.26), pois este é o mordomo que administra os bens de Deus, tendo a responsabilidade pelo cuidado com a Natureza, pois o jardim foi plantado por Deus para que o ser humano pudesse cuidar dele e cultivá-lo (MILOMEM, 2015, p. 79).

A referida lição comenta sobre as Leis ambientais bíblicas estabelecidas para a nação de Israel e questiona o porquê da Bíblia enfatizar a importância do cuidado com a criação divina e entre os assembleianos prevalecer a ideia de que toda postura pró-preservação está vinculada a grupos que defendem o meio ambiente. Defende que os cristãos não podem se omitir no dever de cuidado da Natureza, de acordo com a doutrina da mordomia cristã, porém não deve seguir a ideologia ambientalista que faz da preservação da Natureza uma verdadeira filosofia de vida, com nuances de religiosidade (MILOMEM, 2015, p. 80).

O autor da lição defende que a iminência da vinda de Cristo não deve servir de desculpa para uma vida cristã apática com as questões sociais, culturais e ecológicas. Não pode interferir no equilíbrio da Natureza estabelecida desde a Criação; mas como cidadão responsável e consciente, o cristão possui o dever legal de defender e preservar os recursos naturais. Ele ainda afirma que a solução para a questão ambiental não está numa Religião baseada na Natureza, mas no cristianismo que reconhece a singularidade do ser humano, como imagem e semelhança de Deus para e, sendo assim, também responsáveis pela criação (MILOMEM, 2015, p. 79).

Por fim, esta lição de 2015 critica o humanismo, o evolucionismo e acusa as Religiões primevas de divinizar a Natureza e ensinar que o mundo é a morada do divino e que a Natureza está cheia de deuses ou espíritos. Defende que a ‘desdeificação’ da Natureza foi

fundamental para a ciência, que o cristianismo a transformou de objeto de medo e adoração em objeto de estudo científico.

Na revista Lições Bíblicas do terceiro trimestre de 2015, a Lição 07, “As catástrofes ambientais”, há a afirmação que as tragédias ambientais não são resultado da ação divina, mas da ganância e da irresponsabilidade do ser humano com o meio ambiente e do descaso dos governantes com a vida humana. Defende que, diante das tragédias naturais, ao invés de condenar e procurar culpados, a Igreja e os cristãos devem ajudar as vítimas, demonstrando o amor de Deus e proclamando a esperança escatológica dos novos Céus e da nova Terra (Carvalho, 2015, p. 49).

A lição afirma que os desastres ambientais têm contribuído para a descrença e o abandono da fé em Deus. Foram tratadas várias catástrofes naturais provocadas por tsunamis, terremotos e furacões dos últimos anos, apontando para a dependência de Deus e dos sinais dos tempos. Defende que a Igreja e os cristãos devem ensinar a sociedade como cuidar da criação, se envolvendo nos cuidados com o meio ambiente como forma de cumprir este mandamento de Deus (Carvalho, 2015, p. 52).

Uma das novidades da Ecologia nas Assembleias de Deus foi a abordagem da questão ecológica na revista Lições Bíblicas para adolescentes do terceiro trimestre de 2017, até então só vistos nas lições de jovens e adultos. Na lição 12, “Sociedade e Meio Ambiente”, o autor considera um erro deixar de cuidar bem do Planeta por acreditar que um dia irá morar na Nova Jerusalém (BUENO, 2017, p. 86).

Nesse sentido, reconhece o aquecimento global como uma realidade, diferente das lições anteriores, que o consideravam uma teoria. Alerta sobre a finitude dos recursos naturais não renováveis e o cuidado com os recursos hídricos, afirmando que estes devem ser geridos pelo governo e pela população. Aborda questões relacionadas ao cuidado com o lixo e os esgotos (BUENO, 2017, p. 88).

Por fim, faz uma reflexão de como a próxima geração receberá o Planeta e comenta sobre o patriarca Abraão, que mesmo sendo ancião, após o nascimento do filho, plantou um bosque (Gn 21,33), mostrando a importância de construir o futuro para nossos descendentes a partir do presente.

Considerando ser a EBD o principal espaço de trabalho com as questões ambientais nas AD, e que essa escola pode contribuir para a formação de valores ambientais e de uma cidadania ambiental atuante, é fundamental estudar as potencialidades da EBD, bem como o perfil e a formação dos seus professores.

Nesse sentido, em pesquisa realizada por Samantha Costa e Sinaida Castro (2016), com o objetivo de identificar a concepção de Educação Ambiental e meio ambiente dos professores de EBD da Assembleia de Deus – Templo Providência em Belém – PA, constatou-se que os professores, em maioria, são mulheres, estudantes, solteiros, proferem a fé e frequentam a Igreja no período de 0 a 10 anos, atuando como professores voluntários da EBD pelo período de 0 a 5 anos (COSTA; CASTRO, 2016, p. 04).

Ainda sobre a pesquisa em tela, com relação à concepção de meio ambiente, 35,7% dos professores responderam que é o local onde vivemos e nos relacionamos com os outros seres vivos, nosso habitat. Quanto à concepção de Educação Ambiental, 57,1% argumentou que é preservar, reciclar, cuidar e zelar para não prejudicar a Natureza e onde se vive. Todos os professores entrevistados afirmaram que a Bíblia fala sobre Educação Ambiental e 75% se sente responsável por fazer Educação Ambiental (COSTA; CASTRO, 2016, p. 05).

Assim, grande parte dos professores da EBD compreendeu o conceito de meio ambiente, mas a maioria confundiu Educação Ambiental com cuidado ambiental, pois a primeira objetiva a construção de novos valores que direcionem as práticas, as atitudes, e que estas possam ser críticas, que promovam mudanças de comportamentos em defesa da vida, enquanto o cuidado ambiental refere-se ao comportamento adequado que se deve ter com o meio ambiente (COSTA; CASTRO, 2016, p. 07).

As organizações religiosas como a EBD, com o uso dos princípios bíblicos para a construção de valores, pode contribuir para a socialização de saberes ambientais e promover a conscientização crítica junto à comunidade cristã e com a sociedade em geral, da necessidade de mudança em sua forma de lidar e de pensar o ambiente, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e cidadãos atuantes, diante das dificuldades socioambientais atuais. A promoção da Educação Ambiental a partir de textos bíblicos poderá ser muito positiva, pois, já faz parte de uma prática pedagógica já vivenciada na EBD, o que promove um melhor entendimento sobre os conceitos e as temáticas que envolvem a Ecologia (COSTA; CASTRO, 2016, p. 09).

Portanto, a EBD é um ambiente potencial para a realização de práticas de Educação Ambiental, promovendo a conscientização e consequentes mudanças de comportamentos dos seus membros, ou seja, é um espaço de reflexão e construção de valores, que pode fazer com que o este conhecimento seja colocado em prática, formando cidadãos cuja consciência se reflita em filosofia de vida, numa espiritualidade ecológica.

Porém, devido à falta de aprofundamento das questões ambientais trabalhadas no conjunto das lições da EBD, as constatações, afirmações e perguntas reflexivas, pouco

contribuem para a conscientização ambiental, principalmente pelo fato de que as abordagens dessas temáticas ocorrem esporadicamente ao longo dos anos em que é dividido o currículo desta escola bíblica. Para reverter esta situação, a EBD deve promover de forma sistemática em suas aulas a conscientização e a formação de valores ambientais dos seus estudantes e da comunidade local.

### **3.2.3 Ecologia em outros Projetos e Participações das Assembleias de Deus**

De acordo com a concepção assembleiana, também é função da Igreja promover melhorias da sociedade e das condições de vida de todos, pregando um evangelho integral, sem utopias quanto a uma sociedade perfeita, justa e igual. Apesar de considerar a Igreja como peregrina, defende que esta atue de forma consciente das suas atribuições e de sua importância na sociedade, com o propósito de melhorar a realidade social e ambiental, de certa forma antecipando aspectos do Reino de Deus (MAJEWSKI, 2010, p. 43).

Nesse sentido, os cristãos são desafiados a contribuir para que este mundo se aproxime dos ideais do Reino de Deus e da nova Criação. Para tanto, seria necessária uma Teologia pentecostal com relevância pública, com o desenvolvimento de uma conduta humilde diante da sociedade, estando presente nos debates e ações referentes a assuntos de interesse público, fazendo análises teológicas em diálogo com a cultura e a sociedade (MAJEWSKI, 2010, p. 76).

Essa relação Igreja e sociedade foi discutida no terceiro Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial, com participação de mais de 4.000 líderes evangélicos, de quase 200 países, que participaram do congresso realizado na Cidade do Cabo, em 2010.

Na Parte I do Pacto de Lausanne III, encontra-se registrado o compromisso assumido com a preservação da criação de Deus:

Tal amor pela criação de Deus exige que nos arrependamos da nossa contribuição na destruição, no desperdício e na poluição dos recursos da terra e do nosso consentimento com a idolatria tóxica do consumismo. Em vez disso, nos comprometemos com urgente e profética responsabilidade ecológica. Apoiamos os cristãos cujo chamado missionário particular seja principalmente em defesa e ação em favor do meio ambiente, bem como aqueles comprometidos com o cumprimento do mandato divino de proporcionar bem estar e atender as necessidades humanas (PACTO DE LAUSANNE III, 2010, p. 17).

Se, historicamente, as Igrejas evangélicas não se preocupavam com as questões ambientais, a situação foi agravada com o desenvolvimento da Teologia da prosperidade com

suas necessidades de resultados imediatos e de incentivo às práticas consumistas. Destaca-se que esta Teologia não é defendida pelos líderes das Assembleias de Deus, mas acaba influenciando o comportamento de boa parte dos cristãos, independente das Igrejas.

Sobre as práticas ambientais nas Igrejas evangélicas, Marcos Scarpioni afirma:

Podemos identificar práticas de educação ambiental, mas na maioria das vezes os agentes não têm conhecimento técnico, nem envolve a maioria da comunidade, normalmente as ações se restringem à coleta de materiais reciclados, que gera uma pequena renda que é destinada às obras assistenciais ou missões promovidas pela própria instituição (SCARPIONI, 2014, p. 27).

Compreende-se que o crescimento da religiosidade espiritual neopentecostal caminha na contramão do movimento de consciência planetária, pois a ênfase espiritual é a benção aqui e agora, e não no futuro; é o pessoal e não o global; a experiência imediata seduz fiéis e Igrejas; a Teologia da prosperidade está atrelada ao consumismo, tudo isso dificulta uma consciência ecológica planetária. (BATISTA, 2008, p. 149).

Deus não promete outra criação nova, mas o seu desenvolvimento a partir de tudo que já foi criado. Não se pode esperar outro mundo, mas se deve esperar a transformação do mundo existente. Assim, a expectativa pela vinda do Reino de Deus deve gerar no cristão a habilidade de resistir à violência e de trabalhar para a transformação da realidade social e ambiental na qual estamos inseridos.

As Assembleias de Deus têm procurado trabalhar as questões ambientais nas suas comunidades através da EBD. Porém, há certa dicotomia entre as concepções ambientais assembleianas, se por um lado o ser humano é compreendido como o mordomo da Criação, tendo a responsabilidade de cuidar e preservar a Natureza, por outro lado, o ensino escatológico escapista de fim do mundo vai de encontro à proposta de educação ambiental. Avalia-se que, para reverter essa situação, é necessário superar a visão de fuga deste mundo e sair da questão ética da administração cristã para a promoção de uma consciência ecológica, onde toda a criação tem um destino de comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vínculo entre Religião e Ecologia perpassa inúmeras questões que incluem o conhecimento das tradições religiosas e do discurso ocidental referente a práticas ecológicas e sustentáveis. Entre as proposições desta relação interdisciplinar estão a construção de uma identidade ecológica capaz de minimizar a intolerância e a discriminação em relação às práticas e os rituais das diferentes Religiões, bem como o incentivo ao cuidado com o meio ambiente.

Deve-se considerar que a Terra, enquanto parte do plano de Deus para a existência e a salvação de toda a criação, deverá ser cuidada e preservada em todos os seus aspectos: o ser humano com suas culturas e crenças, os animais, as plantas, enfim, todos os seres bióticos e abióticos, pois, todos os seres fazem parte do sistema da vida, são interdependentes e inter-relacionados, devendo funcionar de forma integrada para a continuidade da vida em nosso Planeta.

Nesse sentido, as Religiões devem promover em suas comunidades uma espiritualidade ecológica, comprometida com a Natureza, com a inclusão dos pobres aos recursos naturais, implementando ações em diálogo com os anseios sociais, de forma que sejam promovidas mudanças socioambientais significativas no Planeta, no sentido do desenvolvimento de toda a criação e para a construção da sua plenitude.

Para tanto, é necessário um desenvolvimento sustentável baseado no paradigma ecológico que respeite e valorize os ciclos da Natureza, enquanto parte integrante da vida humana. Acima de tudo, é urgente a promoção de uma consciência planetária de acordo com a qual a humanidade e os demais seres vivos tenham o direito à vida, fundamentada no estabelecimento de relações mais integradas entre os seres humanos e destes com toda a criação.

Ao considerar que a Bíblia não contém toda a revelação da qual o mundo precisa atualmente, deve-se abrir ao que o Espírito nos fala em outras culturas e tradições espirituais da humanidade, através do diálogo inter-religioso com grupos tradicionais para que se possa promover a interação entre ser humano e Natureza, avançando em defesa do meio ambiente. Assim, destaca-se a concepção ecológica dos povos de Religiões indígenas e de matriz africana, que têm uma relação espiritual de louvor e reverência aos elementos naturais e elevado senso de comunhão com a Natureza.

Considera-se que a humanidade precisa desenvolver uma nova estrutura relacional e melhor convivência, baseada na interdependência e na mutualidade de toda comunidade de



vida, na qual prevaleçam a gentileza e o cuidado entre os seres humanos e destes com os demais seres vivos, procurando reestabelecer a comunhão com a Natureza e com o Criador. É preciso somar esforços com os vários setores sociais interessados em contribuir na luta ecológica para o equilíbrio ambiental, com destaque para o movimento ecofeminista, com sua visão ampla e diversificada dos problemas humanos e ambientais, experiência política e confiança para criticar a cultura e propor mudanças.

Diante da situação de crise e da exploração socioambiental pela qual passa o nosso Planeta, é necessário ir além dos meios políticos e técnicos. Para começar a reverter essa situação de exploração, é necessário muito diálogo entre os líderes mundiais e suas instituições, na tentativa de estabelecer consensos baseados em valores éticos e morais válidos para toda a humanidade. Diante da complexidade dos problemas socioambientais, as instituições religiosas podem fazer parcerias e interações com outras organizações sociais e órgãos governamentais no sentido de desenvolver e/ou cooperar na implantação de programas, de projetos educacionais e em ações práticas de preservação e recuperação dos ambientes degradados, além de promover a reflexão e a conscientização ambiental e a consequente mudança de comportamentos da sua comunidade e das demais pessoas na defesa da integridade da criação.

Entretanto, apesar dos esforços dos ambientalistas e da participação de vários líderes mundiais nas Conferências Ambientais e Climáticas em âmbito mundial, ao longo dos últimos 40 anos, há um grande abismo entre a realidade socioambiental atual e as práticas sustentáveis necessárias para assegurar a manutenção da vida na Terra. Se cada indivíduo for conscientizado da sua responsabilidade ambiental, é possível caminhar para um estilo de vida e de desenvolvimento sustentável que contribua para alterar o rumo da destruição ambiental e melhoria da qualidade de vida de todos e do Planeta.

As Igrejas têm um grande potencial para atuar como instrumento de educação ambiental, pois trabalham com encontros semanais com diferentes faixas etárias e classes sociais, fazendo com que os processos educacionais e a construção de valores em suas comunidades tenham caráter permanente. Todavia, entre os requisitos para que as Igrejas consigam promover uma efetiva conscientização ambiental das suas comunidades está uma releitura ecológica de textos bíblicos, o repensar e reelaborar suas Teologias da Criação, da salvação e da consumação, considerando-as como integradas e processáveis ao longo da história de forma que a fé dialogue com as grandes questões da humanidade, contemplando a realidade atual em seus múltiplos contextos, facilitando a conscientização, o compromisso e o protagonismo da comunidade cristã em defesas das causas sociais e ambientais.

Nesse sentido, o cristão que vive orientado pela esperança da nova Criação, conforme a qual haverá perfeito equilíbrio, não tem como permanecer apático, pois sua atuação como representante do Reino de Deus na humanidade, deve motivá-lo a entregar-se para transformar a realidade em defesa do bem comum, sendo capaz de relacionar a fé com a Natureza de forma cotidiana, enfrentar as tensões e carências e encontrar soluções que possibilitem o atendimento às necessidades básicas e a qualidade de vida de todos os seres e ao cuidado dos recursos naturais.

Atualmente, as questões socioambientais são decisivas para a sobrevivência da humanidade e para a continuidade da vida no nosso Planeta, sendo necessário que o cristianismo amplie o debate ecológico. Avance do campo da ética e da Teologia da Criação para o cuidado efetivo da nossa Casa comum, através da promoção de uma consciência planetária que incentive a mudança de comportamentos, de forma que o cristão se reconheça como cidadão dos Céus e da Terra e passe a tratar a Natureza com cuidado para que ela possa voltar ao seu estado de equilíbrio, garantindo a qualidade de vida para si e para as futuras gerações.

Assim, compreende-se que a esperança escatológica da nova Criação, vista também como uma questão ambiental, incentiva o cuidado com a Natureza, sendo uma das formas do Evangelho se fazer presente na história em meio às crises e aos desafios do mundo atual, melhorando a realidade e dando novos contornos ao futuro.

Considera-se, ainda, que tanto a Igreja Católica quanto as Assembleias de Deus não promovem uma Educação Ambiental que possa fazer frente aos desafios atuais. Na Igreja Católica, há inúmeras produções e documentos; mas devido à própria dinâmica litúrgica, os estudos sobre as práticas ambientais salutares não têm a devida intensidade. Todavia, deve-se reconhecer os esforços do Vaticano e da CNBB, que têm insistido em inserir as temáticas ecológicas em seus documentos, em Campanhas da Fraternidade e em pronunciamentos nos fóruns mundiais, regionais e visitas oficiais aos vários países.

Nas Assembleias de Deus, a questão ambiental é trabalhada apenas nas Escolas Bíblicas Dominicais (EBD), sendo abordada essa temática em uma ou duas lições a cada cinco anos, contemplando pessoas de determinadas faixas etárias, restringindo-se à questão ética ligada à mordomia cristã, sem muitos incentivos às mudanças de comportamentos, além do ensino escatológico escapista assembleiano que é antagônico ao cuidado do Planeta. Portanto, é preciso que essa Igreja mude de posicionamento teológico e ambiental, intensificando as ações de educação ambiental, trabalhando Ecologia de forma interdisciplinar

nas lições da EBD e na liturgia dos cultos, no sentido de promover a conscientização ambiental e a mudança de comportamento em defesa da Natureza.

Não há consenso entre a Igreja Católica e os movimentos ambientalistas em relação à proposta de diminuição do crescimento da população pelo controle da natalidade, como forma de proteção ambiental e manutenção da qualidade de vida na Terra. Neste sentido, nas últimas décadas, o Vaticano vem alertando que o foco do problema ambiental não é a população, mas o modelo capitalista de produção e do mercado neoliberal com seu modelo econômico excludente. Além disso, os alvos preferenciais nas medidas de controle populacional são os mais pobres.

Considerando que toda a Criação ficará livre de seu cativeiro através da ação dos filhos de Deus, a Igreja deve ser protagonista na promoção do cuidado com a Natureza, tendo um projeto educativo, participativo e crítico envolvendo toda a comunidade. A ação redentora é efetuada no presente. A ligação entre criação e filhos de Deus deve ultrapassar a esperança escatológica e resultar em um exercício concreto de cidadania humana baseada na ética e no cuidado.

Percebe-se que as Igrejas não enfatizam a responsabilidade do ser humano em estabelecer uma relação adequada com a Natureza; e não motivam, de forma adequada, os cristãos a se empenharem em causas socioambientais como uma forma de expressar a fé cristã, como um compromisso de vida, numa ética ecológica do cuidado com a Natureza nas práticas cotidianas individuais e coletivas. Assim, promover a conscientização ambiental e a mudança de comportamentos, fazendo com que as pessoas se vejam participantes do projeto divino no cuidado com a criação, é uma atribuição das comunidades de fé.

A dimensão do cuidado com a Natureza é uma atribuição inerente ao ser humano, sendo um dos aspectos da imagem de Deus mais importante e que precisa ser retomado como condição essencial para a sustentabilidade do Planeta. Assim, as Igrejas devem promover um processo coletivo de Educação Ambiental crítica e reflexiva que provoque a mudança de comportamentos da comunidade cristã no cuidado com o meio ambiente, fazendo com que esta participe de movimentos ecológicos, de estudos e socialização de experiências com ambientalistas como forma de aprendizagem recíproca motivada pelo amor a Deus e ao conjunto da criação.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marco Antônio Pereira de. **Urbanização e (des)ruralização da agricultura familiar e seus atores**. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Ecologia e Produção Sustentável) da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.
- ALMEIDA JUNIOR, Silvio Luiz W. de. **Holismo e espiritualidade cristã**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- AMARAL, Leila. **Carnaval da Alma: comunidade, essência e sincretismo na Nova Era**. Petrópolis: Vozes, 2000. 231 p.
- AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais. Volume I. 2. ed. 325 p. *In*: CROUZET, Maurice (dir.). **Coleção História Geral das Civilizações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BARROS, Márcio Vinicius Araújo de. **Pegada ecológica: um estudo aproximativo para aplicabilidade nas indústrias do polo industrial de Manaus (PIM)**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Sustentados pelo Céu e pela Terra: ética, Religião e espiritualidade. *In*: 21º Soter - **Congresso Anual da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião**. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 144-157.
- BARRETO, Geane Martins Nogueira. **Percepção da natureza em diferentes movimentos religiosos**. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde). PUC – Goiás, Goiânia, 2014.
- BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica: Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 370 p.
- BENTO XVI. *CARITAS IN VERITATE*. **Carta encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Paulinas, 2009. ( 79§), 87 p.
- \_\_\_\_\_. **DIA MUNDIAL DA PAZ. Mensagem dia Mundial da Paz**. Se quiseres cultivar a paz, preserva a Criação. 2010. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém: nova edição revista e ampliada**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2002. 2206 p.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995. 319 p.
- \_\_\_\_\_. O Herege Iluminado (Entrevista a Nelson Liano Jr.). **Revista Planeta**, ed. 296, ano 25, n. 5, mai. 1997. São Paulo: Três, 1997, 80 p.
- \_\_\_\_\_. **Ética e Eco-espiritualidade**. Campinas: Verus, 2003. 203 p.
- \_\_\_\_\_. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 008. 235 p.
- \_\_\_\_\_. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012. 200 p.
- \_\_\_\_\_. **Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 199 p.

BOFF, Clodovis M. Ecologia na ótica do niilismo: por uma Ecologia aberta ao transcendente. **Revista Perspectiva Teológica** - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Belo Horizonte, v. 42, n. 118, p. 343-362, 2010. Quadrimestral. ISSN 2176-8575.

BOYER, Orlando. **Pequena enciclopédia bíblica**. 7ª ed. São Paulo: Vida, 1995. 672 p.

BUENO, Telma. **Adolescentes: vivendo em sociedade**. Lições Bíblicas Professor. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. 96 p.

CABRAL, Elienai. **Mordomia Cristã**. Lições Bíblicas. Maturidade Cristã, jovens e adultos. Rio de Janeiro: CPAD, 1987. 48 p.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Sombras na Catedral: a influência New Age na Igreja Católica e o holismo da teologia de Leonardo Boff e Frei Betto. **Revista de Estudos e Pesquisa da Religião - Numen**. Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 85-125, 1998. Semestral. ISSN 2236-6296.

CAPRA, Fritjot. **O ponto de mutação**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1991. 421 p.

\_\_\_\_\_. **A teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006. 256 p.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. Ecopolítica e a Igreja Católica no terceiro milênio: a conversão ecológica. **Revista Ecopolítica** – PUC/SP. São Paulo, n. 12, p. 13-69, mai/ago. 2015. Quadrimestral. ISSN 2316-2600.

CARVALHO, César Moisés. Preparando a Escola Dominical do segundo século das Assembleias de Deus: identidade e relevância. **Azusa: Revista de Estudos Pentecostais** - Faculdade REFIDIM. Joinville, v. 5, n. 1, p. 179-208, jan. 2014. Semestral. ISSN 2178-7441.

\_\_\_\_\_. **Novos tempos, novos desafios: conhecendo os desafios do século XXI**, Lições Bíblicas Professor para Jovens. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. 110 p.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; STEIL, Carlos Alberto A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, Ecologia e espiritualidade. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 11, n. 2, p. 289-305, jul./dez. 2008. Semestral. ISSN 1809-4422.

CARTA DA TERRA, 2000. *In*: ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi. **A Educação Ambiental na Escola: abordagens conceituais**. Erechim/RS: Edifapes, 2003. p. 119-124. Disponível em: <[http://www.uricer.edu.br/site/cursos/arq\\_trabalhos\\_usuario/765.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/cursos/arq_trabalhos_usuario/765.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2017.

CELAM. **Documento de Aparecida**. Edições CNBB. São Paulo: Paulus, 2007. 298 p.

CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**, Rio de Janeiro: CPAD, 2016. 243 p.

CHAGAS, Manoel Roberto Ferreira. **O Sagrado Ecológico: relação entre o ser humano e a natureza no Candomblé Jeje Savalú em Belém do Pará**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

CIRNE, Lúcio Flávio R. **O espaço da coexistência: uma visão interdisciplinar da ética socioambiental**. São Paulo: Loyola, 2013. 216 p.

CNBB, SETOR PASTORAL SOCIAL. **A Igreja e a questão ecológica: leitura ético-teológica a partir da análise crítica do desenvolvimento**. São Paulo: Paulinas, 1992, 55 p.

\_\_\_\_\_. CF 2007. Vida e missão neste chão. **Campanha da Fraternidade**. São Paulo: Ed.

Salesianas, 2007. 392 p.

\_\_\_\_\_. DOCUMENTO 91. **Por uma reforma do Estado com participação democrática**. Brasília: Edições CNBB, 2010, p. 53.

\_\_\_\_\_. DOCUMENTO 94. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011 - 2015**. 3ª ed. Brasília: Edições CNBB, 2011. 112 p.

\_\_\_\_\_. CF 2011. A criação geme em dores de parto (Rm 8,22). **Campanha da Fraternidade**. Brasília: Edições CNBB, 2011. 63 p.

CORREIA JÚNIOR, João Luiz. Religião e Ecologia: um convite a conspirar em favor da vida. **Revista Hermenêutica** - Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia. Salvador, v.10, n. 1, p. 23-43, 2010. Semestral. ISSN 2238-2275.

COSTA, Elton Laurindo. A tradição na imagem de São Francisco de Assis: uma representação moderna do problema ecológico. **Revista Mouseion** - Museu e Arquivo Histórico La Salle. Canoas, n. 22, p. 31-53, dez. 2015. Quadrimestral. ISSN 1981-7207.

COSTA, Iracy Lima Cazaes. **A Educação Ambiental e a Igreja Evangélica**. 2012. 77 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2012.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Como normatizar trabalhos acadêmicos**: projetos, monografias e artigos. 2ª ed. Recife: Fundação Apolônio dos Santos Abranches, 2013. 130 p.

COSTA, Samantha. E. A; CASTRO, Sinaida. M. V. Educação Ambiental (EA) em espaços não formais de educação: a potencialidade da Escola Bíblica Dominical (EBD) para a formação de valores ambientais. **Revista Scientia Plena**. Aracaju, vol. 12, n. 06, p. 01-10, 2016. Mensal. ISSN 1808-2793.

CROATTO, José Severino. **Mito e interpretação da realidade**. São Paulo: Paulinas, 2001 a.

\_\_\_\_\_. **As linguagens da experiência religiosa**: uma introdução à fenomenologia da religião. São Paulo: Paulinas, 2001 b. 521 p.

CONIC – CFE 2016. **Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2016**. “Casa comum, nossa responsabilidade: quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça, qual riacho que não seca (Am 5. 24)”, 24 p. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/portal/cf-ecumenica>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

**CÚPULA DOS POVOS**. Documentos Finais na Rio + 20. Por Justiça Social e Ambiental, 2012. Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Documentos\\_Finais\\_da\\_Cupula\\_dos\\_Povos\\_na\\_Rio\\_20.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Documentos_Finais_da_Cupula_dos_Povos_na_Rio_20.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2016, 39 p.

D’ANDREA, Antony A. Fischer. **O self perfeito e a Nova Era**: individualismo e reflexividade em religiosidades pós-tradicionais. São Paulo: Loyola, 2000. 237 p.

DEIFELT, Wanda. Corporeidade como ponto de encontro entre a teologia feminista e o ecofeminismo. **Revista Caminhos** - PUC Goiás. Goiânia, v. 11, n. 2, p. 109-122, jul./dez. 2013. Semestral. ISSN 1983-778X.

DUARTE, Raquel Cristina Pereira. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero**: uma análise à luz da teoria bidimensional de justiça. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

ELIADE, Micea. **O sagrado e o profano**. Trad. de Rogério Fernandes, São Paulo: Martins Fontes, 1992. 109 p.

\_\_\_\_\_. **Mito e realidade**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 184 p

EPOPÉIA DE GILGAMESH. *In*: WILKEN, ISABEL SAMPAIO. O dilúvio no poema de Gilgamesh. O poema de Gilgamesh. **Revista de História - USP**. São Paulo, v. 34, n. 69, p. 15-40, (1967). Edição Contínua. ISSN 2316-9141. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/125977>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Laudato Si'***: sobre o cuidado da Casa comum. Vaticano, 2015. 192 p. Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FREIRE, Ludmila de Almeida. **A Universidade e a questão do conhecimento**: o currículo acadêmico na perspectiva da inter/transdisciplinaridade e da Ecologia de saberes. 2015. 134 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FREITAS E SILVA, Cilma Laurinda. **As ervas nos rituais de umbanda**: magia e poder da natureza. 2012. 215f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2012.

GARCIA, Loreley. A relação mulher e natureza: laços e nós enredados na teia da vida. **Revista Gaia Scientia** - PRODEMA/UFPB. João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 11 – 16, jan./jun. 2009. Semestral. ISSN 1981-1268.

GARMUS, Ludovico. Ecologia nos Documentos da Igreja Católica. **Revista Brasileira. Eclesiástica** – REB. Petrópolis, fascículo 276. p. 861- 884, 2009. Trimestral. ISSN 0101-8434.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a Religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997. 129 p.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 11ª ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2001. 56 p.

GUERREIRO, Silas. **Novos movimentos religiosos**: o quadro brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2006. 135 p.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilhas paradigmáticas na educação ambiental. *In*: LOUREIROS, Carlos Frederico; B. LAYRARGUES, Phillippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 15-29.

JOÃO PAULO II – DIA MUNDIAL DA PAZ. **Mensagem para a Celebração do 23º Dia Mundial da Paz**, 1990. 16§. Disponível em: <<https://w2.vatican.va/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA**. Edição vaticana, 1992, 2865 §. Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. 2004, 583 §. Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **EVANGELIUM VITAE. Carta Encíclica *Evangelium Vitae***, 1995, 105 §. Disponível em: <<http://www.vatican.va/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

JUNGES, José Roque. Repensar a Visão Criacionista: cristianismo e Ecologia. **Revista Pistis e Praxis: Teologia e Pastoral**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 355-369, jul./dez. 2009. Semestral. ISSN 1984-3755.

\_\_\_\_\_. Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo? **Revista Perspectiva Teológica** - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Belo Horizonte, v. 33, n. 89, p. 33-66, 2001. Quadrimestral. ISSN 2176-8575.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**. 4. ed. Trad. de Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 2003. 215 p.

LIMA, Fabrício Wantoil. **Dimensões ambientais de textos bíblicos**: contribuições para formação de princípios no âmbito do direito ambiental contemporâneo. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

LOVELOCK, James. A vingança de *Gaia*: mudanças climáticas e a vulnerabilidade do Planeta. **Revista eletrônica do Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. São Leopoldo, n. 171, ano VI, p. 11-13, 13-03-2006. Quinzenal. ISSN 1981-8793.

MACHADO, Leônidas da Cruz. **Liturgia e ecologia**: apontamentos para uma práxis pastoral ecológica na Igreja Metodista. 2010. 313 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

MAJEWSKI, Rodrigo Gonçalves. **Assembleia de Deus e Teologia Pública**: o discurso pentecostal no espaço público. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2010.

MAÇANEIRO, Marcial. Ética e episteme: contribuição das religiões para a ecologia. **Revista Encontros Teológicos** – ITESC. Florianópolis, n. 58, p. 77-92, 2011a. Quadrimestral. ISSN 1415-4471.

\_\_\_\_\_. **Religiões e Ecologia**: cosmovisão, valores, tarefas. São Paulo: Paulinas, 2011b. 201 p.

\_\_\_\_\_. Ecologia, fé e justiça social: Para uma recepção da Encíclica *Laudato Si'* de Papa Francisco. **Revista Medellín** – Bogotá – Colômbia. Bogotá, vol. 41 n. 163, p. 435-460, sep./dic. 2015. Quadrimestral. ISSN 0121-4977.

MEGA, Orestes Jayme. **Mitologia e paisagem Mbyá-Guarani**: Ecologia simbólica da Tekoá Tavaí, Cristal, Rio Grande do Sul. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MILOMEM, Valmir. **Jesus e o seu tempo**: conhecendo o contexto da sociedade judaica nos tempos de Jesus. Lições Bíblicas Professor para Jovens. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. 110 p.

MOLTMANN, Jürgen. **Deus na criação**: doutrina ecológica da criação. Petrópolis: Vozes, 1993. 421 p.

MORAIS, Eveline Rachel Moreira de. **A Bíblia na educação ambiental**: a contribuição dos textos ecocêntricos do Antigo Testamento. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

MURAD, Afonso Tadeu. Fé Cristã e Ecologia: o diálogo necessário. **Revista Perspectiva Teológica** - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Belo Horizonte, v. 40, n. 111, p. 229-242, 2008. Quadrimestral. ISSN 2176-8575.



\_\_\_\_\_. O núcleo da Ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Revista Pistis e Praxis: Teologia e Pastoral**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009. Semestral. ISSN 1984-3755.

\_\_\_\_\_. Consciência planetária, sustentabilidade e Religião. Consensos e tarefas. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v. 11, n. 30, p. 443-475, abr./jun. 2013a. Trimestral. ISSN 2175-5841.

\_\_\_\_\_. Encantamento: uma chave da consciência planetária à luz da Ecoteologia. **Revista Paralellus**. Recife, v. 4, n. 8, p. 137-151, jul./dez. 2013b. Semestral. ISSN 2178-8162.

\_\_\_\_\_. *Laudato Si'* e a Ecologia Integral: um novo capítulo da Doutrina Social da Igreja. **Revista Medellín – CEBITEPAL – Bogotá – Colômbia**. Bogotá, vol. 43 n. 168, p. 469-494, may./ago. 2017. Quadrimestral. ISSN 0121-4977.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessário a educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. 118 p.

NAHRA, Jorge João Aparecido. 2014. A Igreja Católica e o Meio Ambiente: considerações sobre os textos-base da Campanha da Fraternidade a partir do Concílio Vaticano II. **Revista Brasileira Multidisciplinar - ReBraM** (Uniará) - Universidade de Araraquara. Araraquara, v. 17, n. 2, p. 61-79, dez. 2014. Semestral. ISSN 1415-3580.

NANDI, Domingos Volney, 2015. Os temas ecológicos nas Campanhas da Fraternidade. **Revista Encontros Teológicos – FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina**. Florianópolis, ano 30, v. 72, n. 03, p. 27-36, 2015. Quadrimestral. ISSN 2525-846X.

OLER, Juliana Rodrigues Larrosa. Fraternidade e Amazônia: a proposta ambientalista da Campanha da Fraternidade de 2007. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental – UNESP**. São Paulo, vol. 4, n. 1, p. 87-109, 2009. Semestral. ISSN 2177-580X.

OLIVEIRA, Naia. Grupos Mulheres da Terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. **Revista Mulher e Trabalho**. Porto Alegre, v. 5, p. 101-112, 2005. Anual. ISSN 1519-8820.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; QUEIROZ, Fábio Adriano de. Teologia da Libertação na prática ecológica: o bispo e o rio. **Revista Caminhos – PUC – Goiás**. Goiânia, v. 10, n. 2, p. 74-89, jul./dez. 2012. Semestral. ISSN 1983-778X.

OLIVEIRA, Rosalira dos Santos. Religiões da Terra e ética ecológica. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 26-44, abr./jun. 2010. Trimestral. ISSN 2175-5841.

PACTO DE LAUSANNE III. **Terceiro Congresso Internacional sobre Evangelização Mundial**. 68 p. Disponível em: <<https://www.lausanne.org/pt-br/recursos-multimedia-pt-br/compromisso-da-cidade-do-cabo-pt-br/compromisso>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

PEREIRA, Maurício Tavares. **Novo paradigma civilizatório: ética e Ecologia em Leonardo Boff**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, Pilato. **Justiça e Paz com a Criação: A Ecologia em interação com Justiça e Paz na experiência prática e reflexiva do Conselho Mundial de Igrejas**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática). Faculdade de Teologia PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PINTO, Luiz Eduardo de Souza; COELHO, Dannel Ferreira. O Catolicismo Romano e o domínio da Natureza como fontes da vulnerabilidade humana. *In: V Congresso em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros* (Unimontes). 29 jun./01 jul. p. 05 a 11, 2016.

REIMER, Haroldo. **Toda a criação**. Ensaios de Bíblia e Ecologia. São Leopoldo: Oikos, 2006. 145 p.

\_\_\_\_\_. Hermenêutica ecológica de textos bíblicos. *In: MOURA, Marlene Castro Ossami. (Org.). Ecologia e espiritualidade: os gritos da Mãe-Terra*. Goiânia: Editora da UCG, 2007. p. 15-28.

\_\_\_\_\_. Criação e cuidado. **Revista Pistis e Praxis: Teologia Pastoral**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 2009. Semestral. ISSN 1984-3755.

\_\_\_\_\_. **Bíblia e Ecologia**. São Paulo: Editora Reflexão, 2010. 142 p.

\_\_\_\_\_. Paz na Criação de Deus: esperança e compromisso. **Revista Estudos Teológicos - EST**. São Leopoldo, v. 51, n. 1, p. 138-156, jan./jun. 2011. Semestral. ISSN 2237-6461.

RICHTER REIMER, Ivoni; MATOS, Keila. Sobre Origens do Ser e das Coisas: uma apresentação. *In: \_\_\_\_\_*. (orgs). **Mitologia e literatura sagrada**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009. p. 7-10.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: mulheres do primeiro e do terceiro mundo. 1996. **Revista Estudos Teológicos - EST**. São Leopoldo, v. 36, n. 2, p. 129-139, jul./dez. 1996. Semestral. ISSN 2237-6461.

ROCHA, Ronaldo Henrique Giovanini. O papel da Igreja no processo de formação de uma consciência ambiental sustentável. *In: 21º Soter - Congresso Anual da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 257-260.

SANTOS, Akiko. O que é transdisciplinaridade. **Periódico Rural Semanal**, da UFRJ, I parte: na semana de 22/28 de agosto de 2005; II parte: na semana de 29/04 de setembro de 2005. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/leprtrans/arquivos/O\\_QUE\\_e\\_TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf](http://www.ufrj.br/leprtrans/arquivos/O_QUE_e_TRANSDISCIPLINARIDADE.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SANTOS, José Alves. **O Reino de Deus e sua dimensão planetária**. 2014. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

SCARPIONI, Marcos. Religião, Direito Ambiental e Meio Ambiente: estudo da correlação das práxis religiosas, práxis jurídicas e os impactos socioambientais na periferia urbana de Rio Grande da Serra no grande ABC Paulista. **Revista Ius Gentium** – Centro Universitário Internacional – UNINTER. Curitiba, v. 8, n. 5, p. 06-34, jan./jun. 2014. Semestral. ISSN 2237-4965.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - EMATER/RS**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 61-70, jan./mar. 2000. Trimestral.

SILVA, Jairo Rivaldo da O. Discurso sobre a expectativa do fim do mundo nas Religiões Evangélicas Pentecostais e as suas consequências para a sociedade contemporânea. **Revista Diálogos** – UPE. Garanhuns, n. 13, p. 142-155, jan./mar. 2015. Quadrimestral. ISSN 2236-1499.

SILVA, Juscelino. **A base bíblica da teologia trinitária na antropologia teológica de Jürgen Moltmann**. 2007, 115 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Mauro Luiz Ferreira. Deslumbramento e preservação ante a sacralidade da vida: despertar para a religiosidade holística. **Protestantismo em Revista - EST**. São Leopoldo, v. 32, p. 136-145, set./dez. 2013. Quadrimestral. ISSN 1678-6408.

SILVEIRA, João P. de Paula. Ecologia e novos movimentos religiosos na modernidade tardia: um estudo da Seicho-no-Ie do Brasil. **Métis: história e cultura**. Caxias do Sul, v. 14, n. 28, p. 73-87, jul./dez. 2015. Semestral. ISSN 2236-2762.

SOUSA, Bertone de Oliveira. Religião e Negação da Modernidade: a leitura fundamentalista da Bíblia nas revistas de Escola Bíblica Dominical da Assembleia de Deus. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Associação Nacional de História – ANPUH. Maringá, ano 3, n. 7, p. 223-250, mai. 2010. Quadrimestral. ISSN 1983-2850.

SUSIN, Luiz Carlos. **A Criação de Deus: Deus e Criação**. São Paulo: Paulinas, 2010. 175 p.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e Nova Era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. **Revista Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, julho, 2008. Quadrimestral. ISSN 1984-0438. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872008000100006>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

TEIXEIRA, Faustino. O “ensino do religioso” e as Ciências da Religião. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 839-861, out./dez. 2011. Trimestral. ISSN 2175-5841.

VENTURINI, Estefânia B.; COSTA, Vânia M. Flores. Utilização de práticas alternativas da filosofia de vida Seicho-No-Ie voltadas para ações de educação ambiental. **Revista Monografias Ambientais - REMOA/UFSM**. Santa Maria, v.7, n.7, p. 1705-1716, mar./jun. 2012. Quadrimestral/Fluxo Contínuo. ISSN 2236-1308.

WHITE JUNIOR, Lynn. As raízes históricas de nossa crise ecológica. **Agenda Latino Americana**. São Paulo, v. 1, p. 38-39. 2010. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2010/info/docs/WhitePort.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

WWF, BRASIL. **World Wild Fund for Nature**. 2017. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

XAVIER, Érico Tadeu. Meio ambiente e Ecologia: uma reflexão bíblica sobre a responsabilidade cristã. **Revista Hermenêutica - Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia**. Salvador, v. 11, n. 1, p. 11-28, 2011. Semestral. ISSN 2238-2275.